

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-graduação em Geografia

Tratamento da Informação Espacial

Tiago Sandes Costa

**ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL A PARTIR DA EXPANSÃO DOS
ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS EM ARAPIRACA, AL**

Belo Horizonte, MG

2025

Tiago Sandes Costa

**ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL A PARTIR DA EXPANSÃO DOS
ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS EM ARAPIRACA, AL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, *campus* Coração Eucarístico, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia (TIE).

Orientadora: Profa. Dra. Ana Márcia Moreira Alvim
Área de Concentração: Análise Espacial

Belo Horizonte, MG

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C838a Costa, Tiago Sandes
Análise da segregação socioespacial a partir da expansão dos espaços residenciais fechados em Arapiraca, AL / Tiago Sandes Costa. Belo Horizonte, 2025.
170 f. : il.

Orientadora: Ana Márcia Moreira Alvim

Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial

1. Urbanização - Arapiraca (AL). 2. Segregação urbana - Arapiraca (AL). 3. Mercado imobiliário. 4. Sistemas de informação geográfica. 5. Análise espacial (Estatística). 6. Geografia urbana. I. Alvim, Ana Márcia Moreira. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 911.3:711

Tiago Sandes Costa

**ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL A PARTIR DA EXPANSÃO DOS
ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS EM ARAPIRACA, AL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, *campus* Coração Eucarístico, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia (TIE).

Orientadora: Profa. Dra. Ana Márcia Moreira Alvim

Área de Concentração: Análise Espacial

Profa. Dra. Ana Márcia Moreira Alvim (Orientadora)

Prof. Dr. Vitor Koiti Miyazaki (UFU)

Prof. Dr. Alexandre Magno Alves Diniz (PUC Minas)

Prof. Dr^a. Maria Clélia Lustosa Costa (UFC)

Prof. Dr. Wagner Barbosa Batella (UFJF)

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2025

*A minha mãe, Maria Josélia Pereira Sandes,
por sempre acreditar nos filhos e, por eles, tudo fazer!*

*A minha avó, Ana Pereira de Barros Sandes (IN MEMORIAM) e ao meu avô, Manoel Vieira
Sandes (IN MEMORIAM) pelos momentos que vivemos e por me ensinarem a importância da
família!*

*A minha esposa Gisele Nunes de Souza Sandes, aos meus filhos Gabriel Nunes de Souza
Sandes e Miguel Nunes de Sousa Sandes.*

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu bom Deus por me abençoar na conquista dos meus sonhos;

À família, por me apoiar em todas as tomadas de decisões que, impreterivelmente, me dediquei à docência.

À Gisele Nunes de Souza Sandes, aos meus filhos Gabriel Sandes e Miguel Sandes que sempre dedicaram suas vidas pelo meu sonho de passar em um concurso público para docente. Apoiaram-me e compreenderam minha ausência nesse período em suas vidas;

Aos meus pais James Alves Costa e Maria Josélia Pereira Sandes, ao meu irmão Tácio Sandes Costa e a minha irmã Thallita Maria Sandes Costa pelos momentos de apoio e incentivo;

À Miha orientadora profa. Dra. Ana Márcia Moreira Alvim pela dedicação, reconhecimento e críticas à proposta de tese. Sem essas fases nunca chegaria à defesa. Em quatro anos de doutoramento a senhora sempre acreditou no meu potencial e se dedicou inteiramente a proposta;

Agradeço também aos docentes do programa de pós-graduação em Geografia – Tratamento da Informação espacial que perfisseram meus caminhos até esse momento;

Ao IFMA, por fomentar a capacitação de servidores com afastamento integral de suas atividades docentes. Esse período foi importante para dedicação integral ao curso e a pesquisa;

À CAPES, pelo fomento de bolsas de doutorado que oportunam qualificação profissional aos docentes das Universidades e dos Institutos Federais;

Aos doutores Sérgio Lana, Erika Jorge, Gleyber Eustáquio, Jussara Neves e aos e futuros doutores Juliana Caputo, Erick Vinicius e Glaycon Andrade que compartilharam essa trajetória de quatro anos no programa de Pós-graduação em Geografia.

Aos meus colegas e amigos que trilham a educação do município de Palmeira dos Índios (AL), no qual pude conviver e partilhar a docência na escola Professora Municipal Marinete Neves.

Escola essa que tenho orgulho de ter sido aluno e voltado como professor;

Aos profissionais da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente do município de Arapiraca, na pessoa do arquiteto Josival, pela disponibilização dos dados e por acreditarem que a proposta pode contribuir com o desenvolvimento urbano de Arapiraca;

Aos meus amigos Clóvis Ramos, Roberto Feitosa e Gênisson Amorim obrigado pelo apoio.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

"A propriedade privada introduz a desigualdade entre os homens, a diferença entre o rico e o pobre, o poderoso e o fraco, o senhor e o escravo, até a predominância do mais forte. O homem é corrompido pelo poder e esmagado pela violência".

Jean-Jacques Rousseau

RESUMO

A urbanização contemporânea, influenciada pelas transformações econômicas, tecnológicas e culturais, revela padrões de segregação socioespacial induzida pelo mercado imobiliário em cidades médias. O objetivo desta pesquisa é analisar a segregação socioespacial da cidade de Arapiraca, estado de Alagoas, a partir do espraiamento dos espaços residenciais fechados. Esses empreendimentos estabelecem um cenário de desigualdades espaciais, aonde a segregação vem se apresentando como produto da apropriação desigual do espaço urbano pelo capital imobiliário reproduzindo desigualdades e contradições. A pesquisa se alicerça em quatro etapas distintas: inicialmente, buscou-se fazer um levantamento bibliográfico sobre cidades médias segregadas; em um segundo momento foi feita a coleta de dados georreferenciados de Arapiraca seguida da composição de um banco de dados para caracterização da cidade e do seu entorno, além da coleta na base de dados do IBGE; o terceiro momento foi marcado pelas atividades de campo exploratórias para verificação das hipóteses e busca de dados e informações em órgãos governamentais para validação da pesquisa; e em um último momento, em ambiente *GIS*, as informações passaram por geoprocessamento permitindo uma análise desses espaços segregados. Com base no Cadastro Nacional de Endereços Para Fins Estatísticos (CNEFE) puderam-se identificar três subcentros diversificados na cidade de Arapiraca: Na Rua Samaritana, na Avenida Deputada Ceci Cunha e na Rua Expedicionários Brasileiros. Os indicadores socioespaciais empregados nesta pesquisa apontaram, nas últimas duas décadas, para uma crescente oferta de imóveis residenciais em Arapiraca, tanto em conjuntos habitacionais quanto em espaços residenciais fechados. Consideradas áreas de expansão da mancha urbana no Plano Diretor de 2006, a Zona Especial de Expansão Urbana (ZEEU) e a Zona de Ocupação Dirigida (ZOD) conduziram a consolidação dos empreendimentos imobiliários pela franja da cidade induzidas por equipamentos periféricos. Contudo, identificou-se que o bairro Canafitula desponta como um novo indutor desse tipo de empreendimento atraindo investimentos do setor imobiliário, que por sua vez atrai estabelecimentos comerciais e de serviços, alterando a morfologia funcional da cidade. Diante do exposto, verifica-se que o modelo centro-periferia cede espaço à cidade fragmentada associada às metrópoles da América Latina, com a classe média e a alta morando em espaços residenciais fechados em zonas periféricas da cidade, criando ilhas residenciais. Em síntese, os ERFs vêm modificando a paisagem urbana ao longo de duas décadas. Nota-se assim um processo gradativo da estratificação social, segregação induzida e autosegregação, tendo como resultado emite uma cidade socioespacialmente segregada, tanto do ponto de vista econômico quanto socioespacial, evidenciando profundas desigualdades socioespaciais. O modelo de desenvolvimento urbano característico das metrópoles é vem se desenvolvendo em cidades médias. Problemas e/ou desafios como: déficit habitacional, ocupação irregular, relativos às questões ambientais e à segurança pública, a falta de mobilidade, entre tantos outros, acompanham esse padrão de desenvolvimento e colocam em xeque os mecanismos de mitigação destes na cidade de Arapiraca.

Palavras-chave: Espaço intraurbano; Cidade média; Arapiraca-AL; Morfologia; Autosegregação.

ABSTRACT

Contemporary urbanization, influenced by economic, technological, and cultural transformations, reveals patterns of socio-spatial segregation driven by the real estate market in mid-sized cities. The aim of this research is to analyze the socio-spatial segregation of the city of Arapiraca (AL), in the state of Alagoas, based on the spread of gated residential areas. These developments initiate a process of spatial inequalities, where segregation emerges as a condition for the unequal appropriation of urban space by real estate capital, reproducing disparities and contradictions. The research is structured in four distinct phases: Initially, a bibliographic review was conducted on segregated mid-sized cities; Secondly, georeferenced data from Arapiraca was collected, followed by the creation of a database to characterize the city and its surroundings, along with data from the IBGE database; The third phase involved exploratory fieldwork to verify the hypotheses and gather data and information from government agencies to validate the research; Lastly, within a GIS environment, the information was processed, enabling analysis of these segregated spaces. Based on the National Address Database for Statistical Purposes (CNEFE), three diversified sub-centers were identified in Arapiraca: Rua Samaritana, Avenida Deputada Ceci Cunha, and Rua Expedicionários Brasileiros. The socio-spatial indicators employed in this research showed a growing supply of residential properties in Arapiraca over the past two decades, including housing complexes and gated communities. Designated as urban expansion areas in the 2006 Master Plan, the Special Urban Expansion Zone (ZEEU) and the Directed Occupation Zone (ZOD) facilitated the consolidation of real estate developments along the city's fringes, driven by peripheral infrastructure. However, it was found that the Canafitula neighborhood stands out as a new driver of this type of development, attracting investments from the real estate sector, which in turn attracts commercial and service establishments, altering the city's functional morphology. In view of the above, it becomes evident that the center-periphery model gives way to the fragmented city associated with Latin American metropolises, where middle and upper classes reside in gated communities located in peripheral zones, forming residential islands. In summary, gated residential areas (GRAs) have altered the urban landscape over the last two decades. This reflects a gradual process of social stratification, induced segregation, and self-segregation, resulting in a city that is socio-spatially segregated both economically and socially, highlighting profound socio-spatial inequalities. The urban development model characteristic of metropolises is replicated in the mid-sized city of Arapiraca. Challenges such as housing deficits, irregular occupation, environmental and public safety concerns, and lack of mobility, among others, accompany this development pattern and call into question the mechanisms for mitigating these issues within the city of Arapiraca.

Keywords: Intra-urban space; Medium-sized city; Arapiraca-AL; Morphology; Self-segregation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da localização do Município de Arapiraca (AL), 2023.....	26
Figura 2 - Sistema de classificação da paisagem através de Zonas Climáticas Locais (LCZ), 2012.....	31
Figura 3 - Escalas de segregação, 2004	37
Figura 4 - Modelo Kolh-Sjoberg, 1960.....	39
Figura 5 - Modelo espacial clássico de Bugess, 1925.	40
Figura 6 - Modelo espacial clássico de Hoyt, 1939.....	40
Figura 7 - Novo modelo de cidade latino-americana, 2002.....	44
Figura 8 - Itinerários fluviais em Alagoas, 1871	56
Figura 9 - Imagens da construção e da estação da ferrovia Piranhas-Jatobá, 1881	58
Figura 10 - Construção de uma ponte ferroviária em Piranhas no ano de 1881	59
Figura 11 - Mapa da ferrovia Piranhas-Jatobá, 1881	59
Figura 12 - Mapa Ferroviário de Alagoas em 1905	60
Figura 13 - Divisão política das cidades da província de Alagoas em 1872	62
Figura 14 - Proposta de divisão Regional de Alagoas, 1962	63
Figura 15 - Mapa da proposta de divisão regional, 1965.....	64
Figura 16 - Mapa da Região Fumageira de Alagoas, 1960.....	66
Figura 17 - Mapa da distribuição da população no Estado de Alagoas, 2022	68
Figura 18 - Mapa das Mesorregiões e Microrregiões do estado de Alagoas, 2017	69
Figura 19 - Mapa das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de Alagoas, 2017	70
Figura 20 - Hierarquia urbana do estado de Alagoas, 2018.....	75
Figura 21 - Regiões de Planejamento de Alagoas, 2022	78
Figura 22 - Mapa da Região de Influência das Cidades (REGIC) – Alagoas, 2018.....	79
Figura 23 - Região Metropolitana do Agreste, 2019	80
Figura 24 - Mapa da Região de Influência de Arapiraca, 2018	81
Figura 25 - Mapa da Região Imediata de Arapiraca, 2018	83
Figura 26 - Mapa da população da Região Imediata de Arapiraca, 2024	85
Figura 27 - Rodovias Estaduais que ligam Arapiraca ao Sertão e ao estado de Pernambuco, 2024.....	86
Figura 28 - Perfil topográfica do sítio urbano de Arapiraca (AL), 2025	92
Figura 29 - Mapa hipsométrico do entorno do município de Arapiraca, 2024.....	93
Figura 30 - Zona Especial de Expansão Urbana de Arapiraca, 2006	97

Figura 31 - Condomínio Ouro Verde em Arapiraca (AL), 2022	99
Figura 32 - ERF e loteamentos com alvará de funcionamento em Arapiraca (AL), 2005 a 2025.....	104
Figura 33 - Vista do Perucaba Bairro Planejado, Arapiraca 2024	105
Figura 34 - Jardins Perucaba I, 2024	106
Figura 35 - Jardins Perucaba II, 2024	106
Figura 36 - Reserva Perucaba, 2024	107
Figura 37 - Planetário de Arapiraca, 2022	107
Figura 38 - Município de Arapiraca e localização dos vetores em expansão, 2025	108
Figura 39 - Complexo hospitalar Manoel André na AL-220, 2025.....	109
Figura 40 - Rodovia AL-115 onde se localiza o Campus da Universidade Federal de Alagoas, 2025.....	109
Figura 41 - Bosque das Arapiracas, 2023	110
Figura 42 - Zonas Especiais de Arapiraca, 2006	111
Figura 43 - Bairros de Arapiraca (AL), 2023	113
Figura 44 - Centro e subcentros de Arapiraca (AL), 2022.....	116
Figura 45 - Estrutura intraurbana de Arapiraca (AL), 2025	120
Figura 46 - Principais avenidas e ruas de Arapiraca (AL) 2025.....	121
Figura 47 - Uso e Ocupação do Solo do Município de Arapiraca, ano 2006	124
Figura 48 - Uso e Ocupação do Solo do Município de Arapiraca, ano 2016	125
Figura 49 - Tipificação das paisagens encontradas em Arapiraca, 2024.....	126
Figura 50 - Tipologias encontradas em Arapiraca, 2024.....	127
Figura 51 - Densidade urbana de Arapiraca, por setor censitário, 2022.....	128
Figura 52 - Tipologias de ocupação do solo em Arapiraca, 2025.....	130
Figure 53 - Índice de criminalidade em Arapiraca, por bairros, 2012.....	134
Figure 54 - Índice de criminalidade em Arapiraca, por bairros, 2017.....	134
Figura 55 - Espaços residenciais em Arapiraca, 2024	137
Figura 56 - Distância do Perucaba bairro planejado para o centro de Arapiraca, 2023.....	139
Figura 57 - Distância do Residencial Agreste para o centro de Arapiraca, 2023	139
Figura 58 - Espace Arapiraca, 2024.....	140
Figura 59 - Evolução dos loteamentos entre 2000 e 2015 em Arapiraca (AL)	141
Figura 60 - Localização de novos loteamentos em Arapiraca, 2024	142
Figura 61 - Número de espaços residenciais fechados em Arapiraca, por bairros 2024	143
Figura 62 - Índice Brasileiro de Privação (IBP) em Arapiraca, por setor censitário, 2020	145

Figura 63 - Posição dos ERF e assentamentos precários no Bairro Massaranduba, 2022.....	146
Figura 64 - Índice Brasileiro de Privação (IBP) em Arapiraca, por setor censitário, 2020	147
Figura 65 - Coleção de mapas com dados populacionais, de renda e localização dos ERF e ZEIS, 2010	149
Figura 66 - Sementeira Residence em Arapiraca, 2025.....	150
Figura 67 - Vista panorâmica do AltaVille Residence em Arapiraca, 2025.....	151
Figura 68 - Coleção de mapas com dados populacionais, de renda e localização dos ERF e ZEIS, 2022	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - PIB Per Capita (R\$), 2021	73
Tabela 2 - Cinco maiores PIBs dos municípios alagoanos, 2020-2021	73
Tabela 3 - Economia dos municípios que compõe a RIA, 2021	87
Tabela 4 - Participação dos setores da economia do município no emprego municipal (%), 2021	88
Tabela 5 - Dados do uso do solo da zona rural do Município de Arapiraca, nos anos de 2006 e 2016, calculados a partir do perímetro de 2006.	123
Tabela 6 - Dados do uso e ocupação do solo do território de Arapiraca, nos anos de 2006 e 2016	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População de Alagoas entre os anos de Comarca e Província entre 1776 e 1889..	61
Gráfico 2 - Urbanização do Brasil e de Alagoas.....	65
Gráfico 3 - Taxa de crescimento populacional de Arapiraca comparada as metrópoles regionais nordestinas e Brasil, 1980-2021	72
Gráfico 4 - Evolução populacional dos municípios que compõe a Região Imediata de Arapiraca (1991-2022).....	84
Gráfico 5 - Evolução do IDHM, 1991-2010	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição dos indicadores e parâmetros para cálculo do IBP, 2020	28
Quadro 2 - Base de dados consultados para produção de mapas, quadros, tabelas e gráficos .	29
Quadro 3 - Correspondência entre categorias de centros de pesquisa REGIC	74
Quadro 4 - Classificação dos centros urbanos	82
Quadro 5 - Legislação Federal	94
Quadro 6 - Legislação vigente que trata dos espaços residenciais fechados em Arapiraca.....	98
Quadro 7 – ERF e loteamentos com alvará de funcionamento em Arapiraca (AL),	100
Quadro 8 - Zoneamento morfológico-funcional e níveis de hierarquia urbana: cidades médias.	114
Quadro 9 - Estabelecimentos que compõem os subcentros diversificados de Arapiraca, 2022	117

LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 1 - Índice de Vulnerabilidade à Violência Criminosa (IVC)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Agência Nacional das Águas
CHIS – Conjuntos Habitacionais de Interesse Social
CNEFE – Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos
CNG – Conselho Nacional de Geografia
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais
ERF – Espaços Residenciais Fechados
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBP - Índice Brasileiro de Privação
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFAL – Instituto Federal de Alagoas
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IPTU – Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana
IVC – Índice de Vulnerabilidade Criminal
LCZ – Zonas Climáticas Local
PEA – População Economicamente Ativa
PIB – Produto Inter Bruto
PMA - Prefeitura Municipal de Arapiraca
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PND – Programa Nacional de Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual de Alagoas
PUC MINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
ReCiMe – Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias
REGIC – Região de Influência das Cidades
RIA – Região Imediata de Arapiraca
RMA – Região Metropolitana do Agreste
RMPI – Região Metropolitana de Palmeira dos Índios
SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas
SRTM - *Shuttle Radar Topography Mission*
SSP – Secretaria de Segurança Pública
UNEAL – Universidade Estadual de Alagoas

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

ZEEU – Zona Especial para Expansão Urbana

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

ZOD – Zona de Ocupação Dirigida

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 METODOLOGIA	25
3 O ESPAÇO EM DISCUSSÃO: DO URBANO AO SOCIAL	34
3.1 Segregação socioespacial: as novas “fronteiras” da cidade	35
3.2 Organização do espaço urbano nas cidades médias	46
3.3 Alguns estudos sobre cidades médias com foco na segregação	51
4 ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ALAGOANO: UMA ÊNFASE NA REGIÃO IMEDIATA DE ARAPIRACA	55
4.1 Formação histórico-territorial de Alagoas	55
4.2 As Regiões de Alagoas	68
4.3 Região de Influência das Cidades: Arapiraca em um contexto regional	71
4.4 Arapiraca em sua Região Imediata	82
5 ARAPIRACA: ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO E MORFOLOGIA URBANA	89
5.1 Sítio urbano	91
5.2 Pensar a cidade: a gestão urbana de Arapiraca	93
5.3 O desenho da cidade: o espaço intraurbano de Arapiraca	112
5.4 A paisagem arapiraquense: evolução do uso e ocupação do solo e morfologia urbana ...	122
6 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM ARAPIRACA	133
6.1 A violência do medo: os contrastes da cidade de Arapiraca	133
6.2 Expansão e consolidação dos espaços residenciais fechados (ERF)	140
6.3 A cidade socioespacialmente segregada: novos padrões de localização periférica em Arapiraca	144
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS	158

1 INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas do século XX, a Escola de Ecologia Social de Chicago contribuiu intensamente para compreensão da estrutura urbana, inicialmente estadunidense, despertando nos anos seguintes a necessidade de métodos e técnicas de estudos que levassem em consideração outras variáveis, a exemplo da sua posição na região e seus aspectos culturais, que condicionariam um processo de urbanização dissemelhante de outros territórios. Processo que ocorre em suas diferentes escalas e de forma diferenciada no tempo e espaço. Mas o que, “em princípio, deu certo em determinado local não deve ser simplesmente transposto da forma de modelo de solução para outros lugares” (Ferreira, 2014, p. 33). Porém, o que se vê, é que modelos foram replicados em realidades distintas levando à transformações consideráveis inclusive em cidades latino-americanas, constituindo nestas um espaço segregado com eminente reestruturação urbana.

As transformações econômicas, tecnológicas e culturais ao longo da história cumpriram papel primordial para a aceleração da dinâmica urbana vinculando-se a concentração de classes sociais hegemônicas que intensificam a função das cidades enquanto mercadoria. Nos últimos anos, estudos apontaram para uma nova tendência espacial da urbanização no Cone Sul, com uma forte influência do meio técnico-científico informacional e de uma economia globalizada.

Borsdorf (2003) afirma que geógrafos alemães contribuíram com modelos de cidade latino-americana e, embora se diferenciem em detalhes, apontavam para a mesma ideia principal. Borsdorf, Bähr e Janoschka (2002) delineiam que na urbanização das cidades latino-americanas, destacam-se alguns princípios da estruturação espacial: (1500- 1820) centro-periferia, (1820-1920) linearidade, (1920-1970) polarização e que a partir de 1970 até os dias atuais, a urbanização é marcada pela fragmentação. Essa predisposição estaria ligada diretamente aos grandes projetos imobiliários presentes nessas cidades, e que veem se expandido ao longo dos anos, com amplas avenidas e duplicação de rodovias a partir da instituição de suas Zonas Especiais de Expansão Urbana (ZEEU).

Tendo em vista essa propensão, Mattos (2016) elenca algumas tendências dessa urbanização com novas estruturas produtivas, desregulamentação dos mercados de trabalho, negócios imobiliários e novos créditos urbanísticos alterando a morfologia urbana. Nas últimas décadas, as pesquisas no campo da geografia urbana se aprofundam em análises morfofuncionais das cidades (Gauthier; Gilliland, 2005; Lo, 2007), principalmente em cidades médias (Sathler *et al.*, 2015).

Compreender as tendências e especificidades das cidades médias brasileiras, tendo

como escopo a segregação socioespacial, suas formas e feições e refletindo sobre suas transformações históricas, traz novas perspectivas para os estudos urbanos e regionais, contribuindo assim, para compreensão da apropriação da dinâmica do espaço. De acordo com Santos, “essas cidades médias são, crescentemente, lócus do trabalho intelectual, o lugar onde se obtém informações necessárias à atividade econômica” (Santos, 2005, p. 136).

É nesta perspectiva, que se propõe aprofundar o estudo sobre a segregação socioespacial e suas tendências na contemporaneidade, a fim de compreendê-la enquanto fenômeno contemporâneo dos grandes centros urbanos. Com isso, busca-se entender a ocorrência em cidades médias e como ela vem desencadeando uma reestruturação do tecido urbano, induzindo sua fragmentação em cidades de diversos portes.

Em uma economia hegemonicamente mercantil, como diria Capel (1972), a sociedade, na qual a cidade e o espaço, em geral, não pertencem a seus habitantes e não são modelados em função dos seus interesses, mas de acordo com os interesses, às vezes contraditórios, de vários agentes mercantilistas. Os capitais tomam as cidades capitalizando-as e agregando valor a espaços privilegiados provocando assim, uma disfunção social do território que reflete na expropriação de espaços vitais de convivência.

Na dinâmica da urbanização brasileira, as cidades adquiriram características e funções distintas, o que implica na diferenciação destas por níveis hierárquicos, sendo um deles, o de cidades médias. Sendo Arapiraca uma cidade média e considerando os estudos publicados pelo IBGE que permeiam as interações e o papel que esta desempenha na rede urbana alagoana, optou-se por melhor compreender sua estrutura intraurbana.

Admitindo que a segregação não se limita apenas ao modelo centro-periferia, ou seja, ao uso residencial em que os serviços e a classe média e com alto poder aquisitivo se localizam no centro, levantou-se três hipóteses. A primeira hipótese é que processo de produção do espaço urbano, em sua dimensão ampla, ocorre a partir das mesmas lógicas e interesses nas metrópoles e nas cidades menores e, dessa maneira, pode haver implicações e desdobramentos diferentes em cada realidade urbana do país, dada as suas particularidades.

. Contudo, se faz necessário compreender sua intensidade em suas diversas escalas e como se relacionam na estrutura intraurbana. A segunda hipótese é que a apropriação do espaço intraurbano a partir da autosegregação, disposta pela implantação dos espaços residenciais fechados, induziu a cidade de Arapiraca a segregação socioespacial. A terceira hipótese baseia-se nas complexas relações estabelecidas no espaço intraurbano, saindo de um modelo centro-periferia para a fragmentação com a dispersão da população de alta renda para fora do centro, atraindo assim, setores do comércio e serviços. As hipóteses levantadas nesse estudo baseiam-

se nas análises da complexidade das estruturas intraurbanas em cidades médias. Portanto, para comprovar essas hipóteses se faz necessário analisar socioespacialmente sua dinâmica e ocupação do espaço intraurbano.

No presente estudo será considerada a inserção do setor imobiliário e da camada da sociedade segregada para entender os aspectos locais, considerando o espaço urbano e a distribuição desses grupos. Essas informações serão fundamentais para compreensão da lógica da segregação socioespacial por meio da reprodução do espaço urbano, determinante para configuração de um espaço metamorfozado que, produz um espaço segregado e periférico.

Diante do contexto apresentado, com a tese tem-se por objetivo analisar a segregação socioespacial no espaço urbano da cidade de Arapiraca (AL) a partir do espraiamento dos espaços residenciais fechados¹ (ERF). Com isso, busca-se compreender os processos e dinâmicas na produção e reprodução do espaço urbano evidenciando suas feições e processos, auxiliando no entendimento da complexa dinâmica do espaço urbano, no qual as formas urbanas podem influenciar as práticas sociais, numa relação dialética. Igualmente, se fez necessário compreender a espacialização dos empreendimentos imobiliários e sua influência no espaço intraurbano; Analisar os padrões de ocupação estabelecidos pelo mercado imobiliário, a fim de identificar qual tendência está explicitamente influenciando a espacialização dos empreendimentos; e apontar as causas e contradições do processo de (re) produção da segregação socioespacial e a estrutura morfológica da cidade de Arapiraca, AL.

Para alcançar os objetivos propostos, a tese está organizada em seis capítulos. Após a introdução e a apresentação dos percursos metodológicos, o primeiro capítulo tem como enfoque a dinâmica urbana em cidades médias com enfoque nas discussões conceituais de segregação socioespacial, evidenciando o espaço urbano e a expansão dos espaços residenciais fechados em suas diversas escalas e suas especificidades no espaço intraurbano enquanto categoria de análise. O subsequente, delinha o contexto histórico da formação territorial do Estado de Alagoas, com ênfase na regionalização, perfazendo uma categorização da cidade de Arapiraca a partir dos critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em sua divisão regional, mostrando seu papel central enquanto cidade média. O quinto capítulo apresentam à estrutura intraurbana de Arapiraca e a morfologia da cidade, associando

¹ Adotou-se o termo genérico “espaços residenciais fechados”, que é sugerido por Dal Pozzo (2011, p. 64-65, 128-134) para designar tanto os “loteamentos fechados” - regidos pela Lei Federal 6.766/79 com alterações previstas em Lei Federal 9.784/99, entretanto, com fechamentos perimetrais sem respaldo em leis federais – quanto os “condomínios horizontais” - regidos pela Lei Federal 4.591/64 – que, do ponto de vista legal (e da ilegalidade intrínseca à figura dos loteamentos fechados, no nível das leis federais), são distintos.

o uso e ocupação do solo e por fim, as terminações finais traz uma análise espacial partir da variável rendimento médio nominal presente nos indicadores dados do censo demográfico do IBGE de 2010 e 2022 que visa apontar os padrões espaciais de segregação estabelecida com a inserção dos espaços residenciais fechados na cidade de Arapiraca, estado de Alagoas.

Portanto, o estudo justifica-se pela necessidade de uma análise da expansão dos espaços residenciais fechados enquanto forte tendência contemporânea, considerando o aspecto histórico, partindo da premissa de um fenômeno urbano de grandes centros e tendo como principal enfoque um novo padrão habitacional, com impactos sociais e urbanísticos e com forte segregação em cidades médias, constitui o propósito para o desenvolvimento da pesquisa como de expressiva relevância para compreensão das dinâmicas referente à produção e reprodução do espaço urbano em Arapiraca.

Revisitar as publicações de autores que dialogam na Geografia Urbana foi determinante para estruturar as principais discussões que norteiam a pesquisa. O embasamento teórico possibilita uma maior compreensão do espaço por meio da materialização da segregação socioespacial em cidades médias e discorre sobre como esse processo também incorpora o espaço social. Nessa mesma vertente o trabalho engloba uma caracterização da cidade de Arapiraca numa perspectiva histórica, evidenciando o percurso que estabelece a formação territorial enfatizando suas regionalizações ao longo dos anos. Para tanto, os dados geoespaciais foram fundamentais análise espacial aliada a uma abordagem aborgagem Geo-Histórica do território alagoano a partir da leitura Espíndola (1871), Brandão (1909) e Lima (1965) enquanto referências na Geografia de Alagoas.

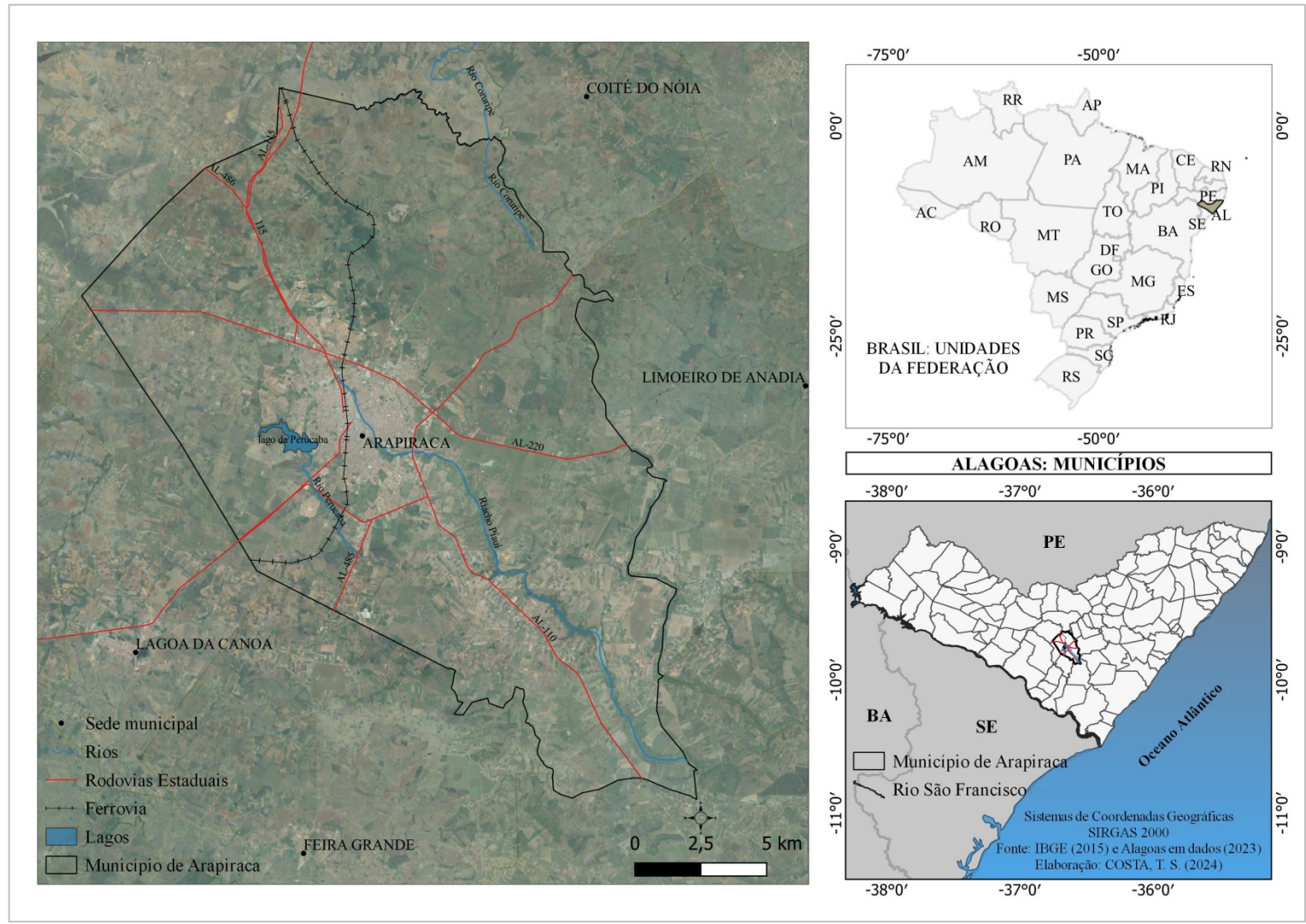
Adiante, a temporalidade da pesquisa pretende contribuir com os estudos urbanos a partir de uma perspectiva analítica que possa descortinar aspectos relevantes na análise espacial englobando atributos que visem compreender o espaço urbano em sua dinâmica contemporânea.

2 METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa está alicerçada em quatro momentos distintos: inicialmente, buscou-se fazer um levantamento bibliográfico sobre cidades médias segregadas; em um segundo momento foi feita a coleta de dados georreferenciados de Arapiraca seguida da composição de um banco de dados para caracterização da cidade e do seu entorno, além da coleta na base de dados do IBGE; o terceiro momento foi marcado pela atividade de campo exploratório para verificação das hipóteses e busca de dados e informações em órgãos governamentais para validação da pesquisa; e em um último momento, em ambiente *GIS*, as informações passaram por geoprocessamento permitindo uma análise desses espaços segregados.

Dada à dimensão e o porte demográfico de Arapiraca optou-se por trabalhar o setor censitário como unidade espacial, ou seja, a menor unidade territorial estabelecida pelo IBGE, pois esta permite verificar a diferenciação espacial. Localizada em uma região estratégica e distante 135 km da capital, Maceió, a cidade de Arapiraca interliga a Zona da Mata e o Sertão alagoano como demonstrado na figura 1.

Figura 1 - Mapa da localização do Município de Arapiraca (AL), 2023



2.1 Primeira fase da pesquisa

Nessa primeira fase fez-se uma pesquisa bibliográfica com vistas a ter um aporte teórico que pudesse alicerçar a tese, recorrendo-se a uma literatura consolidada e reconhecida nacionalmente e internacionalmente, principalmente no que se refere à segregação socioespacial em cidades médias, contribuindo assim, com as discussões que norteiam os estudos urbanos. Deste modo, o referencial teórico traz uma discussão sobre essa segregação socioespacial, que apresenta diferenciações socioespaciais diversas a partir de agrupamentos de indivíduos em espaços residenciais exclusivos, que se apropriam de espaços da cidade, afastando-se da inclusão enquanto representação socioespacial (Navez-Bouchanine, 2002).

Torna-se relevante compreender a dinâmica intraurbana em cidades médias, suas consequências no campo econômico, social e cultural a partir do pressuposto da mobilidade urbana, privatização do espaço e segregação socioespacial em cidades médias. Para isso, autores como Abreu (2013), Alvarez (2013), Amorim Filho (2007), Bergamaschi (2014), Botelho (2007), Caldeira (2000), Carlos (2015), Feitosa (2021), Ferreira (*et al*, 2011), Guimarães (2023), Padua (2015), Ribeiro (2007), Sabatini (*et al*, 2001), Salas, (1993) Santos (1993), Sposito (2013) dentre outros, compuseram o marco teórico-conceitual. Estudos de Souza e Martins (2019), Nardi (2010), Bessa (2005) e Oliveira (2007) fazem apontamentos sobre Arapiraca enquanto cidade média e destacam seu papel no âmbito econômico e regional destacando sua centralidade.

Nesse contexto, ressaltam-se os agentes produtores do espaço urbano de modo que possibilite a compreensão das desigualdades socioespaciais na cidade de Arapiraca. O levantamento historiográfico do estado de Alagoas nos permite perceber o modelo de desenvolvimento econômico da cidade que deságua no momento atual, numa estrutura intraurbana complexa e que apresenta novas tendências de crescimento urbano.

2.2 Segunda fase da pesquisa

Nessa fase da pesquisa buscaram-se dados secundários que evidenciassem a influência da cidade de Arapiraca em sua região e como é o espaço intraurbano desta, para assim, compreender sua dinâmica socioespacial. Os dados da pesquisa para análise espacial da cidade de Arapiraca foram obtidos junto a fontes oficiais, como: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas (SEPLAG), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), Agência

Nacional das Águas, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e Prefeitura Municipal de Arapiraca (PMA). Assim foi possível criar um banco de dados geográficos para elaboração de mapas, gráficos e tabelas. Para identificar a localização dos subcentros, foi utilizado o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) com dados atualizados do Censo Demográfico de 2022. Essa fase tornou possível analisar a dinâmica historiográfica do estado de Alagoas e as relações estabelecidas da cidade de Arapiraca com seu entorno.

Outro indicador importante para compreensão da espacialização segregatória é o Índice Brasileiro de Privação (IBP). Desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em parceria com a Universidade de Glasgow, na Escócia, esse índice possibilita medir níveis de privação socioeconômica. Publicado em 2020, o índice congrega as informações disponíveis no Censo Demográfico de 2010, sendo aplicável a pequenas áreas, a exemplo do setor censitário. Sua adequabilidade possibilitou a visualização das desigualdades socioespaciais em Arapiraca, inclusive tendo como critério a condição urbanística. O IBP é composto por três indicadores:

Quadro 1 - Composição dos indicadores e parâmetros para cálculo do IBP, 2020

Indicador	Parâmetro
Renda	Percentual de domicílios com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo
Escolaridade	Percentual de pessoas analfabetas com idade igual ou superior a sete anos
Condições dos domicílios	Percentual de domicílios com acesso inadequado ao saneamento básico e sem água encanada, coleta de lixo, vaso sanitário e banheiro no domicílio

Fonte: <https://cidacs.bahia.fiocruz.br/inovacao/indice-brasileiro-de-privacao-ibp/>

Para o aprimoramento das análises foram levantados dados secundários em órgãos governamentais que pudessem embasar o estudo. Os dados coletados compuseram o escopo da tese e puderam relacionar os diversos fatores e fenômenos urbanos evidenciando em suas diversas escalas a dinâmica empreendida pela cidade de Arapiraca. Para elaboração do mapa altimétrico no *QGIS*, foi realizada captura de cenas do *Landsat 8*. O quadro 2 faz menção a

esses dados.

Quadro 2 - Base de dados consultados para produção de mapas, quadros, tabelas e gráficos

Orgão	Dados coletados	Arquivo	Descrição
Alagoas em dados	Mesorregiões e Microrregiões de Alagoas; Regiões de Planejamento.	<i>Shapfile</i>	Mapas
CNEFE	Endereços	Planilha do Excel	Mapa
CPRM	Recursos hídricos	<i>Shapfile</i>	Localização de rios e lagos
IBGE	Região de influência das cidades; Dados da urbanização; Dados demográficos; Taxa de crescimento populacional; Produto Interno Bruto; Hierarquia urbana; Censo demográfico 2010 e 2022; Estrutura intraurbana.	<i>Shapfile</i> Planilha do Excel	Mapas, gráficos, tabelas e quadros
PMA	Dados sobre a localização dos espaços residenciais fechados	Planilha do Excel e <i>Shapfile</i>	Mapas e quadros
SRTM	Dados da elevação do terreno	Imagens de satélite	Mapa
SSP/AL	Dados da criminalidade	Planilha do Excel	Mapa

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No contato feito com o setor de geoprocessamento da Secretaria Municipal de Urbanismo de Arapiraca, foram disponibilizadas informações sobre os empreendimentos reconhecidos pelo poder público, entre os anos de 2006 e 2023 que, em sua maioria, encontram-se sem regulamentação e apresentam serviços públicos sendo realizados em seu interior. Arquivos em formato *Shapfile* também foram cedidos e compõem as análises finais da tese.

Ao observar as tendências de crescimento das metrópoles e a expansão imobiliária em estudos que outrora evidenciam o aumento da criminalidade como motivador do incremento da autosegregação em espaços residenciais fechados, tendo assim, a garantia ilusória da segurança patrimonial e física, optou-se por considerá-la neste estudo. Ao tratar o espaço intraurbano em

idades médias, Henrique (2010) enfatiza as mudanças na morfologia dessas cidades, caracterizando-as pelo aumento da violência e a inserção de capitais especulativos impostos pelos grandes empreendimentos imobiliários como padronização do modo de vida moderna. Para tanto optou-se por utilizar o Índice de Vulnerabilidade à Violência Criminosa (IVC) calculado como proposto por Cerqueira (*et al*, 2017). Os dados de criminalidade foram cedidos pela Secretaria de Segurança Pública de Alagoas (SSP/AL), referentes aos anos de 2012 e 2017 para o cálculo do IVC a partir de Cerqueira (*et al*, 2017).

Equação 1 – Cálculo do Índice de Vulnerabilidade à Violência Criminosa (IVC)

$$IVC = \frac{\text{Número total de CVLI do bairro}}{\text{População do Bairro}} \times \frac{x}{1.000} \quad (1)$$

Sendo:

0,01 – 0,05 criminalidade baixa

0,51 – 0,99 criminalidade média

1 ≥ Criminalidade alta

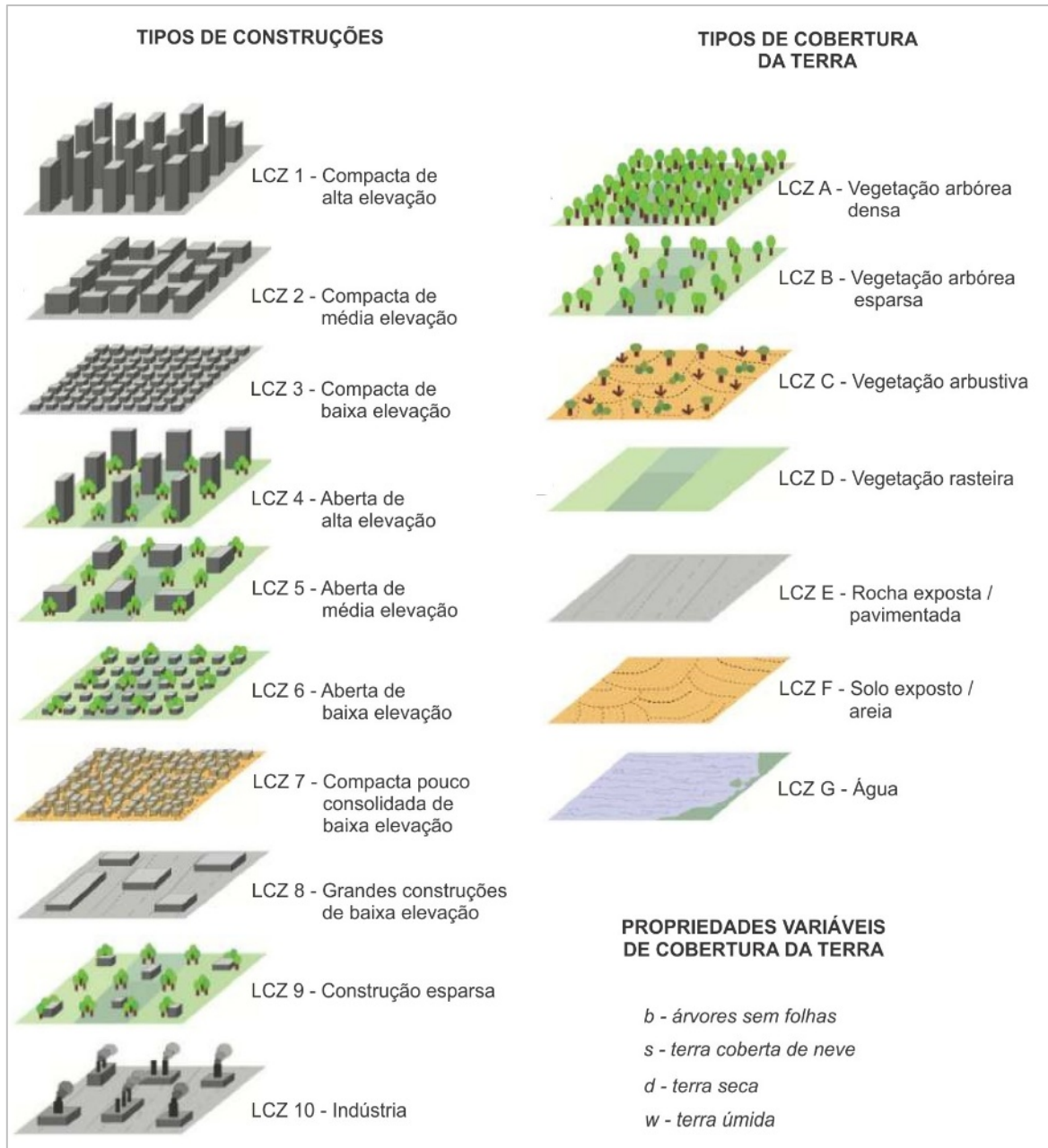
Fonte: Cerqueira *et al*, 2017

Essas informações trazem aspectos relevantes à pesquisa com a espacialização dos índices de criminalidade que, podem corroborar com o aumento de empreendimentos murados. O agravamento da prática de crimes letais intencionais criou subsídios para apresentação desigual dessas ocorrências.

Outro fator determinante para o entendimento morfológico perpassa pela identificação dos padrões de uso e ocupação do solo. Para isso, utilizou-se como procedimento a metodologia baseada no esquema de classificação de *Local Climate Zones* (LCZs), muito utilizada nos estudos climáticos e proposta Stewart e Oke (2012) para caracterização da paisagem urbana em escala local. Com essa aplicação, a partir de imagens do *google earth Pro*, pôde-se estabelecer padrões gerais de uso e ocupação do solo e identificando cada tipologia no espaço intraurbano. Assim, a partir do conhecimento empírico das realidades a serem analisadas torna-se capaz a sua validação, configurando uma importante ferramenta para os estudos sobre cidades médias. As LZCs retratam tipologias de ocupação do solo e compreendem 17 classes, dispostas em dois grupos que englobam tipologias construídas e de cobertura do solo conforme estabelecido na

figura 2.

Figura 2 - Sistema de classificação da paisagem através de Zonas Climáticas Locais (LCZ), 2012



Fonte: Adaptado de Stewart e Oke (2012)

A classificação foi realizada com o auxílio do *software generator* que se caracteriza pela eficiência ao planejamento urbano das cidades pequenas e médias. Tendo em vista a dimensão do espaço urbano da cidade de estudo, a utilização dessa ferramenta possibilitou a identificação dos padrões de uso de ocupação do solo de modo que em campo fez-se apenas a verificação.

Embora essa classificação seja usualmente utilizada em estudos de climatologia urbana, nesta tese optou-se em fazê-la, pois corrobora com o objetivo proposto. A disponibilidade no banco de dados urbano mundial (*World Urban Database and Portal Tool*) permite comparar em escala local a constituição da paisagem e seus padrões de ocupação associada à disponibilidade de *softwares livres*, admitindo assim, possibilidades de análises do espaço urbano a partir das imagens disponíveis, contribuindo significativamente para planejamento urbano em escala local.

2.3 Terceira fase da pesquisa

Entre os meses de abril e setembro de 2024 foram realizadas atividades de campo qualitativo-descritivos para coleta de dados junto à gestão pública municipal. Nesse interim, buscou-se um levantamento dos espaços residenciais fechados regulamentados pelo órgão competente e sua disposição na cidade de Arapiraca, além da aferição dos principais empreendimentos. Esse percurso exploratório possibilitou a produção de um produto cartográfico que espacializasse os ERF por Bairros, garantindo uma visualização real das zonas de expansão. Por conseguinte, foram coletadas informações na Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente referente aos endereços, proprietários e número de residências e apartamentos auxiliando na identificação e posterior análises e discussões sobre a presença desses projetos nas zonas de expansão urbana de Arapiraca.

Dados geoespaciais também foram disponibilizados para elaboração dos produtos cartográficos espacializando a localização dos residenciais. No que concerne a não aplicação de questionários e possíveis entrevistas com moradores desses Espaços Residenciais foi uma opção metodológica.

2.4 Quarta fase da pesquisa

Para determinação da segregação socioespacial na cidade de Arapiraca, foram selecionadas variáveis disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos Censos Demográficos de 2010 e 2022, isso pelo fato destes espaços residenciais terem sido majoritariamente ocupados na última década. Devido a não publicização integral dos dados estatísticos do Censo Demográfico de 2022 para comparação com variáveis presentes no Censo de 2010, a partir dos setores censitários, o estudo considerou a variável valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis com rendimentos por domicílios

particulares permanentes ocupados para efeito da análise espacial. Essa variável nos representar cartograficamente a distribuição dos residentes de Arapiraca em seu espaço intraurbano conforme sua remuneração.

Para tratamento dos dados, utilizou-se o banco de dados geográficos georreferenciados no Sistema de Informações Geográficas (SIG) que permitiu a espacialização dos fenômenos urbanos. Com o uso do *Software QGIS*, 3.40.7 e com os dados disponíveis na base Cartográfica do IBGE (2010; 2022), foi possível finalizar os *layouts* de impressão “[...] gerando mapas capazes de transmitir com mais clareza o comportamento espacial do fenômeno, podendo selecionar as medidas estatísticas que melhor representam o conjunto de dados [...]” (Carvalho; Vieira Junior, 2010, p. 19). Ferramentas como o *Google Earth Pro* e *software USGS* possibilitaram demonstrar a altimetria e identificar os padrões de ocupação do solo auxiliando na determinação de cada tipologia.

Informações quali-quantitativas permitiram constituir um escopo que permitiu determinar, a partir da localização dos grupos sociais, da disposição dos equipamentos urbanos e da infraestrutura básica como está disposta a população da cidade de Arapiraca em espaços segregados.

3 O ESPAÇO EM DISCUSSÃO: DO URBANO AO SOCIAL

O conceito de espaço na geografia perpassa sob os diferentes olhares das correntes do pensamento geográfico. A geografia tradicional trouxe a discussão sobre paisagem e região, especializando as atividades desenvolvidas pelas sociedades em determinada região, sendo seus fluxos secundários. Com fortes raízes na ecologia, Ratzel conceituou território e espaço vital enfatizando as necessidades territoriais de uma sociedade.

Fundamentada no positivismo, a geografia teórica-quantitativa embasa-se no raciocínio hipotético-dedutivo, com forte influência da Física, utilizando-se de métodos de modelagem para representação matricial do espaço. Resultante de um paradigma hipotético-dedutivo, a planície isotrópica propõe a variável distância para compreensão do espaço, ou seja, determina um espaço previamente homogêneo a diferenciação espacial. Para Corrêa:

O espaço relativo é entendido a partir de relações entre os objetos, relações estas que implicam em custos (dinheiro, tempo, energia) para se vencer a fricção imposta pela distância, largamente utilizada pelos economistas espaciais e os geógrafos da teoria locacional de base neoclássica (Corrêa, 1995, p. 21).

Com bases fundamentadas no materialismo histórico e dialético, a geografia crítica estabelece o espaço embasado na teoria social de Karl Marx discutida por Henry Lefebvre (1976, p. 25) afirmando que “o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema”. Nessa perspectiva, o espaço não desempenha a função de uma mercadoria, de um produto, mas essencialmente reproduz as relações sociais. Lefebvre infere que

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda a produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção. (Lefebvre, 1976, p 34, apud Corrêa, 1995, p. 25-26).

De acordo com Santos (1977), Carlos (1994) e Villaça (2001; 2012), o espaço não se limita a sua materialidade ou aos objetos produzidos pela sociedade. A reprodução do espaço social é produto da construção histórica da sociedade, onde se projeta as relações socioeconômicas em um determinado tempo histórico.

Para Lefebvre (2013 [1974]) o espaço social é o espaço em sua totalidade, ou seja, onde se mantém as relações espaciais e práticas sociais. “O espacio, ese medio de producción,

no puede ser separado de las fuerzas productivas, incluyendo la técnica y el conocimiento, ni separado de la división social del trabajo, que lo modela, ni de la naturaleza, ni del Estado y las superestructuras de la sociedad"² (Lefebvre, 2013 [1974], p. 141). Esses espaços não se limitam com o seu entorno, eles superam suas barreiras físicas. Mesmo os espaços segregados os compõem, tornando-se “Lugares pontuais” por que foram constituídos socialmente mesmo que por vezes destoem de outros espaços sociais. (Lefebvre, 2013 [1974]).

Incondicionalmente, as cidades brasileiras apresentam uma capitalização dessas áreas centrais, inviabilizando o acesso a moradia por diferentes classes sociais e condicionando-as a ocupar a periferia das cidades. Lefebvre afirma que “Social e politicamente, as estratégias de classe visam à segregação” (Lefebvre, 1969, p.90).

3.1 Segregação socioespacial: as novas “fronteiras” da cidade

Para compreender os processos de produção e estruturação do espaço urbano se faz necessário uma apropriação conceitual de segregação socioespacial, que ao longo do tempo protagonizou discussões concernentes a problematização da ocupação do solo urbano. Cabe destacar, ainda, importantes contribuições no século XIX, de Friedrich Engels sobre as condições de vida da classe trabalhadora naquele período. Em uma de suas reflexões publicadas no livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, o autor faz uma análise sobre os padrões de segregação logo após a Revolução industrial, que norteou os estudos de E. W. Burgees³.

Os estudos revelam não se tratar de um tema contemporâneo. Apesar do longo processo histórico que tornou as cidades segregadas, esse fenômeno urbano se aprofundou na segunda metade do século passado e que “esse entendimento precisa ser feito à luz da relação entre urbanização e os mecanismos de reprodução do capital, e com as mudanças verificadas na economia e na sociedade sob a globalização” (Marisco, 2020, p. 47).

No século XX, dois momentos foram fundamentais para aprofundar as discussões sobre as desigualdades urbanas. De acordo com Preteceille (1995), esses períodos foram marcados por reivindicações de moradores que se localizavam na periferia de Paris e lutavam

² Ou o espaço, esse meio de produção, não pode ser separado das forças produtivas, incluindo tecnologia e conhecimento, nem separado da divisão social do trabalho, que o molda, nem da naturalização, nem do Estado e das superestruturas da sociedade. (Tradução nossa)

³ O modelo de E. W. Burgess que segue o caminho inverso ao de Kohl, às camadas mais ricas passam a viver nas periferias em busca de qualidade de vida e segurança, enquanto que as camadas mais pobres migram em direção ao centro da cidade em busca de minimizar as distâncias do trabalho.

por melhores condições de infraestrutura básica e pela não capitalização dos bairros centrais. De acordo com Castells

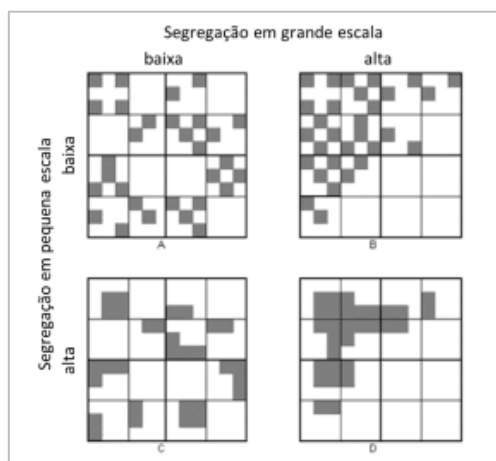
Se entenderá por segregação urbana a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, entendendo-se essa disparidade não só em termos de diferença como também de hierarquia.” (Castells apud Villaça, 1998 p.148).

Partindo dos pressupostos defendidos por Castells (1983), de que a segregação se apresenta em áreas internamente homogêneas, podemos evidenciar dois aspectos a serem considerados: a segregação induzida e a autosegregação. Baseando-se na perspectiva de que os moradores não escolheram onde morar e foram induzidos, por exemplo, a localidades dos Programas de Habitação de Interesse Social (PHIS) e quando o poder aquisitivo pode definir a escolha de morar em Espaços Residenciais Fechados, respectivamente.

Cabe ressaltar que a segregação socioespacial está correlacionada aos diferentes processos de diferenciação e desigualdade socioespaciais, causada pela divisão social do trabalho (Sposito, 2013). Para dissociar dos diferentes de processos espaciais, Sposito (2013) caracterizou a segregação socioespacial equacionando diversas dimensões, que sejam: “nem todas as formas de diferenciação e desigualdade são, necessariamente, formas de segregação” (p. 64); há “múltiplas formas de adjetivá-la” (p. 65); “a segregação é sempre de natureza espacial” (p. 66); “ela é, na essência, um processo” (p. 66); “a segregação se estabelece, sempre, como uma mescla de condicionantes e expressões objetivas e subjetivas” (p. 66) e; “a segregação vincula-se aos sujeitos sociais envolvidos no processo – os que segregam e os que são segregados” (p. 67). Portanto, a apropriação desigual do espaço urbano torna-o segregado aprofundando suas desigualdades sociais, culturais, políticas e econômicas.

Nesse sentido, se faz necessário destacar a natureza espacial da segregação evidenciando sua escala geográfica enquanto categoria de análise. Segundo Sposito (2013, p. 66) a “segregação é, dentre todos os conceitos e noções que tratam das dinâmicas de segmentação socioespacial nas cidades, o que tem maior grau de determinação no plano espacial: sem este ela não se constitui e somente nele pode se revelar”. A figura 3 apresenta as escalas de segregação apontadas por Sabatini *et al* (2004, p. 5-6), que mede a intensidade da segregação de um mesmo grupo social em quatro circunstâncias específicas considerando suas diferentes escalas.

Figura 3 - Escalas de segregação, 2004



Fonte: Ferreto (2018) a partir de Sabatini *et al* (2004)

Fica perceptível que o grau de segregação é menor em A em relação a D, sendo em grande ou pequena escala. Comparando a segregação em B e C é necessário analisá-las em ambas as escalas. Em pequena escala o grupo mais segregado é C e na grande escala o grupo mais segregado é o B. Ao dividirmos a cidade em quatro partes iguais, observamos o grau de segregação em B e o nível de dispersão em C.

Para melhor compreensão dos níveis de segregação a partir da escala geográfica, Sabatini (2004) apropria-se das análises sobre as cidades latino-americanas que apresentam segregação em grande escala, apresentando bolsões de pobreza que contrapõe grandes aglomerações de grupos de alta renda em um setor primordial de expansão da cidade (unindo centro e a periferia) podendo também apresentar segregação em pequena escala (conjunto de bairros). Nesse sentido, a pesquisadora argentina Svampa evidencia que

La expansión de barrios privados y countries se encuentra entre una de las dimensiones más emblemáticas y más radicales de este proceso de privatización que atraviesa el país desde hace poco más de diez años. Su emergencia es puesta en relación directa con el aumento de las desigualdades sociales y la crisis del Estado [...] (Svampa, 2008, p. 11).⁴

Ainda sobre a urbanização na América Latina, Santos caracteriza esse processo segregatório como espontânea, que retira dos mais pobres o direito à cidade, relocando-os de

⁴ A expansão de bairros privados e clubes de campo é uma das dimensões mais emblemáticas e radicais do processo de privatização pelo qual o país vem passando há pouco mais de dez anos. Seu surgimento está diretamente relacionado ao aumento das desigualdades sociais e à crise do Estado. (Tradução nossa)

acordo com jogo de interesses do mercado. Nesse sentido, a cidade torna-se excludente à medida que o solo urbano se capitaliza segregando os espaços de convivência. Nessa perspectiva, o autor vem afirmar que:

Na América Latina, a segregação é dita espontânea, resultado de um jogo de fatores, que acaba por reunir os ricos numa mesma parte da cidade do mesmo modo que os miseráveis, enquanto a classe média e os pobres vivem numa eterna disputa dos demais espaços disponíveis. (Santos, 2010, p. 47).

Essa tendência permite afirmar o alto grau de segregação existente nos grandes centros urbanos. Esse espaço segregado nas cidades brasileiras fica dependente do mercado imobiliário que se apropria e mercantiliza o solo urbano. Para os estudos com cidades médias, é importante a definição dessas escalas para não relativizar suas especificidades nas análises sobre a segregação diante da dimensão territorial comparada as grandes metrópoles.

Com relação à reestruturação urbana, Soja ressalta “que em seu sentido amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares [...]” “[...] Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição [...]” (Soja, 1993, p.193). Nas décadas de 1930 e 1940, a inquietude dos vários estudiosos da Escola de Chicago em explicar a determinação de alguns grupos sociais em determinados locais das cidades estadunidense suscitaram as primeiras discussões sobre segregação. Vasconcelos afirma que

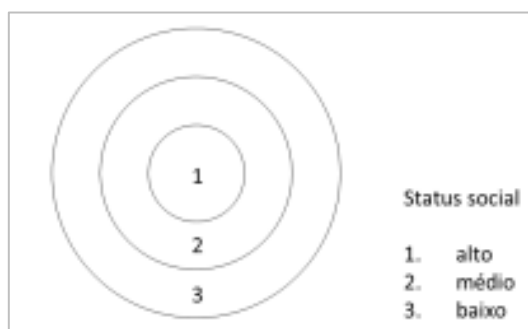
[...] esse conceito foi utilizado para analisar (ou mesmo denunciar) as desigualdades nas cidades, europeias ou latino-americanas e foi utilizado até mesmo para a separação de atividades econômicas. No caso de Paris, o conceito de segregação perdeu seu sentido original e foi utilizado para denunciar o acesso desigual aos equipamentos coletivos e pelo fato de que a classe operária teria sido empurrada (repoussée) em direção a uma periferia menos equipada. (Vasconcelos, 2013, p. 24).

No início da segunda metade do século XX, a Escola de Sociologia Urbana Francesa torna-se um expoente do pensamento Marxista. Sob o prisma dessa corrente, os estudos urbanos se aprofundam na compreensão dos processos que desencadearam as desigualdades e as contradições da urbanização e “promoveram uma espécie de ‘desnaturalização’ da análise da produção do espaço urbano” (Souza, 2002, p. 25). Entendida a partir de uma dimensão espacial e temporal, apresenta diferentes padrões espaciais que de forma relativa apresenta grupos sociais homogêneos. Para Corrêa:

A espacialidade é um atributo da natureza e da expansão urbana, manifestando primeiramente via diferenciação espacial de processos e formas naturais e socialmente produzidas. [...] Como processo, a segregação residencial exibe uma complexa espacialidade, associada à existência e reprodução dos diversos grupos sociais que vivem na cidade. (Corrêa, 2013, p. 44).

Ainda segundo o autor, três modelos clássicos representam as espacialidades da segregação. O modelo de Kolh-Sjoberg (1941) baseava-se na cidade pré-industrial e é reconhecido como o primeiro padrão locacional intraurbano. Em 1960, abordando a mesma concepção de Kolh, já na academia, Sjoberg elabora um modelo para as cidades europeias pré-industriais conforme explicitado na figura 4.

Figura 4 - Modelo Kolh-Sjoberg, 1960

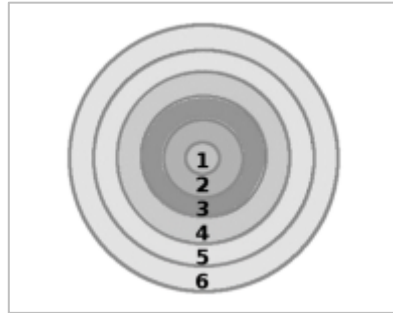


Fonte: Rocha (2001)

O modelo apresenta três setores distintos: o setor 1 representado enquanto local de prestígio, com uma infraestrutura consolidada (edifícios e equipamentos) onde do centro para a periferia tínhamos a desvalorização do valor da terra, dificuldade de acesso as áreas centrais e com precárias condições. Esse modelo centro-periferia reflete a espacialização da segregação residencial encontradas em cidades pequenas e médias (Ferreto, 2018).

O modelo de Burgess (Figura 5), conhecido como modelo de círculos concêntricos foi elaborado nas primeiras décadas do século passado, teve forte influência da Escola de Chicago. “O crescimento da cidade ampliava cada zona sem que o padrão fosse alterado” (Corrêa, 2013, p. 47).

Figura 5 - Modelo espacial clássico de Bugess, 1925.

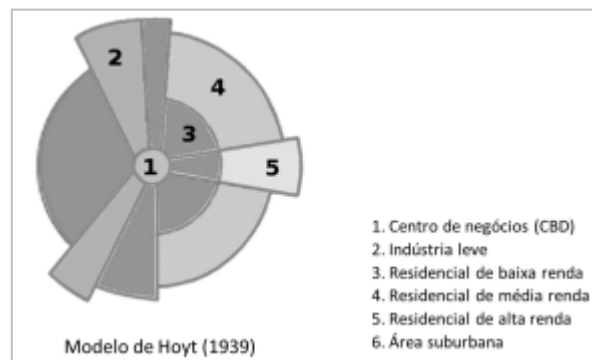


Fonte: Romero (2015)

Sendo a zona 1 a parte mais interna da cidade, caracterizada pelo distrito comercial; a zona 2 corresponde a uma área de transição, ocupada pelo comércio e indústria leve; a zona 3 é expressa pelas residências de trabalhadores em uma área de fácil acesso ao trabalho; zona 4 reside a população de renda média; zona 5 reside uma população de renda alta e; a zona 6 que localiza-se fora dos limites das cidades, população que reside em cidades satélites e deslocam-se diariamente para as áreas centrais.

Elaborado por Hoyt, o modelo baseia-se em estudos empíricos e apresenta um padrão de segregação residencial ao longo dos setores. Eufrásio (2013) enfatiza que, apesar de levar em consideração as contribuições de Burgess, seu modelo teórico-conceitual se distancia da Escola de Chicago trazendo em suas análises aspectos socioeconômicos para explicitar estruturalmente a cidade.

Figura 6 - Modelo espacial clássico de Hoyt, 1939.



Fonte: Romero (2015)

Segundo Corrêa (2013), a formação de setores de amenidades ocorre nas cidades latino-americanas desde o final do século XIX, conforme demonstram os trabalhos de Yujnovsky (1971), para as metrópoles latino-americanas; Villaça (1998), para as metrópoles

brasileiras; e Abreu (1987), para a cidade do Rio de Janeiro.

Salas (1993) aponta Henri Lefèbvre como um dos primeiros autores a citar em seus estudos o conceito de segregação socioespacial. Nos moldes da sociedade contemporânea, Lefèbvre dimensiona algumas condicionantes que reproduz a forma de organização e produção social: o espaço enquanto mercadoria; por conseguinte esse espaço torna-se fragmentado por suas diferentes classes e; diante desses aspectos há uma apropriação subjetiva e ideológica do espaço tornando-o reflexo da sociedade. Salas e Castro (1993) apontam que “[...] el espacio no es solo el lugar en el que las prácticas sociales se llevan a cabo, sino también, un elemento que interactúa en el proceso de configuración de esas prácticas sociales [...]”⁵ (Salas; Castro, 1993, p. 18)

Em seus estudos, Manuel Castells destaca a questão política no processo de segregação socioespacial. Nela, o papel do Estado enquanto indutor de políticas públicas, de legislação e de fiscalização habitacional poderia contribuir com o planejamento e gestão da cidade. Para Jean Lojkin, “seria a organização espacial urbana um resultado da forma desenvolvida da divisão social do trabalho” (Lojkin, 1997, p. 42), onde, um Estado aparelhado pelas classes dominantes serviria aos seus próprios interesses.

[...] podemos [...] formular a hipótese de uma segregação espacial e social entre o espaço urbano ‘central’ monopolizado pelas atividades de direção dos grandes grupos capitalistas e dos Estados e as zonas periféricas onde estão disseminadas as atividades de execução assim como dos meios de reprodução empobrecidos, mutilados, da força de trabalho (Lojkin, 1997, p. 171-172).

Ainda, segundo Lojkin, faz distinção da segregação socioespacial elencando em três, quais sejam: a) O preço do solo (Centro x Periferia); Zonas de moradia (moradia privilegiada x Moradia popular) e; esfacelamento das ‘funções urbanas’ (Indústria x Comércio x Moradia). As áreas urbanas, a partir da década de 1940, foram capitalizadas e seguiram uma forte tendência agregando valor e impulsionando os mais pobres a ocupar regiões inadequadas e extremamente polarizadas do centro. Botelho reitera que:

Ao longo da história do modo de produção capitalista, o espaço passou a fazer parte dos circuitos de valorização do capital, seja pela simples mercantilização da terra, seja pelo seu parcelamento (pelo loteamento ou pela verticalização), ou, como tem ocorrido mais recentemente, pela sua crescente inclusão nos circuitos de circulação do capital financeiro, tornando-se cada vez mais capital fictício (Botelho, 2007, p. 21).

⁵ O espaço não é apenas o local onde ocorrem as práticas sociais, mas também um elemento de interação no processo de formação dessas práticas sociais. (Tradução nossa)

O modelo fractal, que prevalece nas grandes metrópoles brasileiras é caracterizado pelos moldes de “cidades de muros”, nas quais, fica eminente um abismo social cada vez mais explícito aprofundando as contradições urbanas no tocante a ricos e pobres. Embora Sposito (2011) afirme que é necessária a articulação entre as diferentes escalas para compreender o período atual, a abordagem sobre a diferenciação socioespacial será por meio da escala intraurbana, na qual processos e práticas espaciais produzem padrões distintos de diferenciação. A ocupação do espaço e a expansão urbana têm ocorrido na direção das rodovias e/ou grandes eixos intraurbanos onde equipamentos urbanos são instalados induzindo a ocupação. Sobre o espaço urbano, Corrêa vem destacar:

O interesse em conhecer a cidade deriva do fato dela ser o lugar onde vive parcela crescente da população. Mas também de ser o lugar onde os investimentos de capital são maiores, seja em atividades localizadas na cidade, seja no próprio espaço urbano, na produção da cidade. E mais de ser o principal lugar dos conflitos sociais. (Corrêa, 2002, p.5)

Esses capitais se apropriam das cidades reproduzindo exclusão, retirando o direito ao centro e segregando economicamente e socioespacialmente. Ainda segundo Corrêa (1989), há uma segregação residencial no espaço urbano na atual conjuntura capitalista. O uso da terra constitui atividade de gestão, comércio, indústria e serviços adicionados às áreas de lazer e áreas residenciais tornando-se fragmentado e articulado em suas relações sociais. Singer aponta que:

Sempre que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público; água encanada, escola pública ou linha de ônibus, por exemplo, ele desvia para esta zona demandas de empresas e moradores que, anteriormente, devido à falta do serviço em questão, davam preferência a outras localizações. Estas novas demandas, deve-se supor, estão preparadas a pagar pelo uso do solo, em termos de compra ou aluguel, um preço maior do que as demandas que se dirigiam à mesma zona quando esta ainda não dispunha do serviço. Daí a valorização do solo nesta zona, em relação às demais. (Singer, 1979, p. 34).

Para Alvarez (2013), a segregação é um fenômeno intrínseco a urbanização contemporânea, ou seja, é um dos fundamentos da produção do espaço urbano e do urbanismo, influenciando nesse processo a articulação entre o capital, o Estado e o setor imobiliário. No que se refere à produção desse espaço urbano, Villaça (2001) traz uma análise imprescindível: a localização. Ainda segundo o autor, há duas questões que devem ser consideradas para o entendimento da reprodução urbana, a sua estrutura física e a localização. Portanto, a espacialização desses produtos é essencial para a evolução da sociedade, tendo em vista as possibilidades de deslocamentos que ampliem o espaço produzido.

Os produtos específicos resultantes da produção do espaço não são os objetos em si; as ruas ou edifícios, mas suas localizações. A produção de edifícios ou de conjunto de edifícios [...] enquanto objetos urbanos certamente é produção do espaço. [...] A produção dos objetos urbanos só pode ser entendida e explicada se forem consideradas suas localizações. A localização é, ela própria, também um produto do trabalho e é ela que especifica o espaço intra-urbano. Está associada ao espaço intra-urbano como um todo, pois refere-se às relações entre um determinado ponto do território urbano e todos os demais (Villaça, 2001, p. 24).

Ainda segundo o autor, “aquilo que grande parte da recente literatura espacial progressista tem chamado de espaço urbano refere-se, na verdade, ou ao processo de urbanização genericamente abordado, ou a espaços regionais, nacionais, continentais e mesmo planetário” (Villaça, 2001, p. 18).

Conforme Corrêa “Uma das principais características do espaço urbano é que cada parte mantém relações espaciais com as demais áreas da cidade, com uma intensidade muito variável” (Corrêa, 2002, p.06). As condições preestabelecidas para essa articulação se assenta no intenso fluxo de circulação de informação e pessoas cada vez mais articulada. Ainda nessa vertente, Villaça ([1998] 2001, p.42) afirma que “não é o processo de produção e sim o de consumo que mais interessa ao urbano”. A fluidez dos deslocamentos baseia-se na disposição das atividades terciárias em determinado local da cidade. Alvim enfatiza que “a Teoria da Localização, [...], está associada às cidades, uma vez que visa explicar a localização das atividades econômicas no espaço geográfico, atividades que estão concentradas em sua maioria no espaço urbano.” (Alvim, 2009, p.23). A acessibilidade aos bens e serviços tornou-se primordial e isso se deve principalmente à localização do indivíduo, que necessariamente disputa espaço em busca de uma melhor localização. Nesse sentido, Milton Santos descreve a relevância da localização intraurbana.

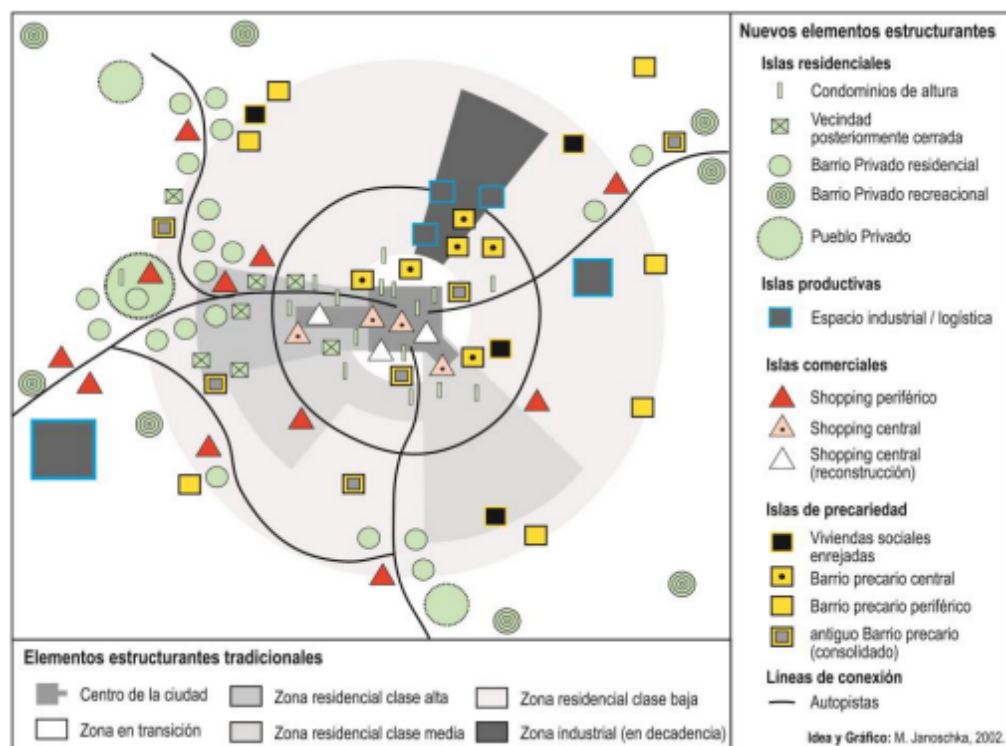
Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior em função das diferenças de acessibilidade independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação e até o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar onde vivem. As oportunidades não são as mesmas. Por isso a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. (Santos, 1987 p.81).

Do ponto de vista da localização, a melhor posição em relação à disposição de bens e serviços propiciará ao cidadão o acesso aos meios transportes que possibilitem o deslocamento para as áreas centrais. Enfatizando a inserção do capital imobiliário na condução de uma política habitacional, com base na abordagem neoclássica, Ribeiro explica que:

A localização será decisiva para a fixação dos preços e condições diferenciais de comercialização da moradia. Por outro lado, a terra tem um papel particular para a construção habitacional, uma vez que, sendo uma produção de bens imóveis, a cada processo produtivo é necessário novo solo. Isto faz com que a propriedade privada da terra urbana se apresente como um obstáculo maior para o capital investido neste ramo, fazendo com que a emergência da produção capitalista de moradias somente seja possível sob certas condições (Ribeiro, 1997, p. 72-73).

A partir de estudos sobre Porto Alegre⁶ e outras grandes metrópoles brasileiras, observa-se que as cidades médias estão incorporando um modelo materializado pelos produtos imobiliários como apresentado nas *urbes* latino-americanas com uma forte tendência. A figura 7 representa os eixos de expansão urbana diferenciando espacialmente suas diversas ilhas.

Figura 7 - Novo modelo de cidade latino-americana, 2002.



Fonte: Janoschka, 2002.

Essa tendência, hegemonicamente observada em estudos nas grandes cidades brasileiras, nas quais, os muros se erguem a partir de uma lógica de monitoramento e segurança ofertados pelos condomínios, vem se consolidando como tendência contemporânea em todo o país. Além disso, vem apontando para os processos de segregação socioespacial tendo em vista a

⁶ Em Porto Alegre, as primeiras leituras e observações empíricas indicam que essas transformações globais podem estar ocorrendo nessa metrópole (Soares, 2006; Soares e Fedozzi, 2016).

“apropriação desses espaços exclusivos voltados para a habitação, consumo e lazer, processos antes percebidos apenas em espaços metropolitanos” (Fernandes, 2021, p. 532).

A importância de pesquisas em cidades médias a fim de diagnosticar semelhanças e diferenças em diferentes escalas. (Garcia; Nogueira, 2008) enfatizam a crescente visibilidade dessas cidades, expresso pelo seu crescimento influenciado pela presença de atividades econômicas complexas. A dilatação dos loteamentos e espaços residenciais fechados nessas cidades é bem recente. Previamente, pôde-se identificar a edificação de *Shopping Center*, enclaves residências e bairros planejados evidenciando a forte presença do capital em setores estratégicos da cidade. O *marketing* sob a ótica da sustentabilidade, do lazer e da segurança impulsionou a ideia de morar em um lugar que atenda, mesmo superficialmente, suas necessidades. Sobre os termos loteamentos fechados e condomínios horizontais, Guimarães esclarece que:

A diferença mais chamativa entre os “condomínios” horizontais, loteamentos fechados e os loteamentos é exatamente essa: nos condomínios horizontais e nos loteamentos fechados existe uma parte de uso comum que pertence ao condomínio, enquanto que nos loteamentos propriamente ditos, o sistema viário, arruamento, os equipamentos urbanos e também os comunitários, assim como as vias, praças, espaços livres e áreas destinadas a edifícios públicos, constantes no projeto e no memorial descritivo, serão transferidos à municipalidade, desde a data de registro do loteamento, passando desde aquele momento integrar aquilo que se reconhece como patrimônio afetado à finalidade pública. (Guimarães, 2012, p.7).

Para Padua, “esses novos empreendimentos imobiliários proporcionam um amplo processo de revitalização dessas áreas atreladas a uma proposta de reurbanização negando a cidade e o lugar” (Padua, 2015, p.148). Esses novíssimos produtos surgem na perspectiva de atender a uma demanda de mercado, capitalizando a cidade e promovendo a desorganização dos territórios. Na contemporaneidade, é importante destacar a rentabilidade desses condomínios-cidades que agrega valor a determinadas partes da cidade garantindo que sejam incorporados outros setores da construção civil. Viotto chama atenção para esses novos produtos verticalizados, enfatizando que:

Morar ao lado do trabalho e com serviços à sua disposição a um passo de casa. É com esse desejo que o mercado imobiliário pretende suprir com sua aposta em lançamentos de uso misto. São empreendimentos que reúnem torres residenciais e escritórios. Alguns chegam a ter lojas, shoppings, hotéis e estacionamento no mesmo terreno (Viotto, 2009, p. 53).

Esse modelo esvazia o conceito de urbanização que, segundo Padua “revela mais um conceito desurbanizante, que se utiliza dos elementos do urbano para se realizar, do que uma efetiva concretização dos elementos do urbano” (Padua, 2015, p. 152). A cidade além dos muros

se tornou hostil. Naturalizou-se que a forma de apropriação da cidade está intrinsicamente ligada ao poder aquisitivo. O autor ainda aponta algumas inquietudes a partir da proposta de desenvolvimento imobiliário imposta pelo setor imobiliário. Esses apontamentos conduzem para uma dimensão socioespacial cada vez mais segregada a partir da atuação de agentes imobiliários que perpetuam a lógica da urbanização reversa⁷, privatizando o espaço urbano e aprofundando os problemas urbanos. Nos estudos urbanos, estudiosos apontam remediações que possam contrapor a lógica do mercado e a urbanização vigente. Silva, por exemplo, reintera que para “a solução desses problemas obtém-se pela intervenção do poder público, que procura transformar o meio ambiente e criar novas formas urbanas. Dá-se então a urbanificação, processo deliberado de correção da urbanização, ou na criação artificial de núcleos urbanos” (Silva, 1997, p. 21).

Esse padrão começa a se estabelecer em outras escalas. As cidades médias passaram a se destacar nas redes e conexões urbanas contemporâneas por seu forte papel econômico e social atraindo investimentos que a malha urbana metropolitana não poderia mais abrigar. “Este novo papel das cidades médias influenciou a reestruturação do seu espaço urbano para abrigar este novo papel, principalmente sob a influência das estratégias dos agentes formadores do espaço urbano.” (Bergamaschi; Silveira, 2014, p. 2). Segundo Caldeira (2000) a segregação tanto social quanto espacial é um processo importante das cidades e os espaços urbanos são organizados basicamente por padrões de diferenciação social e de separação. A presença desses novos produtos imobiliários induz a representação de ambientes inacessíveis, que privam setores da sociedade já excluídos de práticas de convívio social, isolando-as. É a partir desses pressupostos, que uma nova sociabilidade foi imposta à cidade e aos moradores dos ERFs.

Para Rodrigues (2016) essa nova forma de morar e a segregação socioespacial são inseparáveis, tendo em vista que é um fenômeno urbano que pode ocorrer de diversas formas, conforme matrizes ideológicas e metodológicas, escalas e intensidades diferentes. Neste contexto, observa-se no processo de urbanização em curso uma nova premissa, o redesenho das cidades que, anteriormente se delimitava à lógica centro-periferia e que atualmente atende aos padrões contemporâneos de representatividade da cidade moderna.

3.2 Organização do espaço urbano nas cidades médias

⁷ Silva (2013) Considera a cidade como produto, deveria assim haver uma responsabilização compartilhada de seus produtores – toda a sociedade – em anular ou minimizar os impactos indesejáveis ao meio ambiente e à coletividade decorrentes dos processos de produção, uso e manutenção do produto-cidade.

Ao longo da primeira metade do século XX, o Brasil concentrou aproximadamente 10% da população nas cidades (Santos, 1993), especialmente em grandes centros urbanos do sudeste do país, configurando assim, um padrão de urbanização nas metrópoles nacionais. Esse período marca o início da urbanização brasileira, caracterizando a cidade como “[...] lugar onde se concentra a força de trabalho e os meios de produção em larga escala - a industrial-, e, portanto, é o lugar da gestão, das decisões que orientam o desenvolvimento do próprio modo de produção, comandando a divisão territorial do trabalho” (Sposito 1991, p. 64).

Na segunda metade do século XX, a dinâmica empreendida pelas novas tendências econômicas, políticas e sociais tencionaram uma reordenação do espaço geográfico desencadeando uma reestruturação na rede urbana⁸ brasileira e com isso, o emergir das cidades médias no âmbito da rede urbana, inclusive, no que se refere ao planejamento urbano e regional. Uma cidade não nasce e nem permanece média, conforme Amorim Filho (2007), mas ela evolui com o tempo. Para o autor considera as cidades médias têm “[...] o tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque largo de bens e serviços à sua área de polarização” (Amorim Filho, 1984, p. 9). Ainda como explicam Amorim e Serra (2001) essas cidades reduzem o fluxo migratório para os grandes centros criando um equilíbrio interurbano.

Nesse período, com o crescimento populacional, as demandas habitacionais começaram a comprimir o espaço urbano⁹. Nesse momento o sistema socioeconômico ganha mais força com a instituição de uma nova revolução técnica e científica impondo mudanças na relação sociedade-natureza (Santos, 1988). Essa relação resulta na produção e organização do espaço que traz consigo maior diferenciação socioespacial, conduzindo a cada espaço apresentar suas especificidades. Fernandes explica esse fenômeno urbano da seguinte forma:

As cidades brasileiras – fragmentadas, excludentes, segregadas, ineficientes, caras, poluídas, perigosas, injustas e ilegais – são em grande medida o resultado desse fracasso do Estado na reforma da ordem jurídica liberal, já que a lógica especulativa do mercado vê na propriedade tão somente um valor de troca, tão somente uma mercadoria, e não dá conta das questões sociais e ambientais. Tão importante quanto aprovar novas leis e criar novos instrumentos urbanísticos é consolidar o paradigma proposto pela Constituição de 1988, de modo a reformar de vez a tradição civilista que está na base de muito da resistência ideológica às políticas urbanas progressistas e que desconsidera o papel central da lei – e da ilegalidade – no processo de desenvolvimento urbano e de gestão urbana. (Fernandes, 2008, p. 48).

⁸ A rede urbana, entendida como um conjunto de centros funcionalmente articulados constitui-se em um reflexo social, resultado de complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais. (Correa, 2006, p. 311).

⁹ [...] conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. (Corrêa, 1995, p.7)

Na primeira década do século XXI, observam-se no território brasileiro algumas mudanças no tecido urbano estruturado na edificação de enclaves fortificados, ou seja, a expansão de espaços residenciais fechados “na versão de uma categoria mais ampla de novos empreendimentos urbanos” (Caldeira, 2000, p. 258). Essa realidade mostra que a morfologia urbana se redesenha produzindo um espaço segregado e privado.

No concernente a morfologia urbana, ou seja, a forma e feição de uma cidade tornam-se relevante nos estudos sobre segregação socioespacial, pois esta reflete as transformações e os processos de desterritorialização¹⁰ ocorridos no espaço urbano, o que inclui a urbanização. Haesbaert afirma que:

[...] associando desterritorialização e exclusão social, fica evidente que, embora privilegiemos uma noção de território que vincule indissociavelmente [...] as dinâmicas, política e cultural, os processos de desterritorialização estão sempre atrelados, em maior ou menor intensidade, à dinâmica econômica que dilaceram os espaços, subordina poderes políticos e condiciona (quando não direciona) a reformulação de muitas estratégias indenitárias. (Haesbaert, 2003, p. 18).

Ao abordarmos o período de construção histórica das cidades que evidenciem crescimento, expansão e até mesmo estagnação socioeconômica e territorial de um determinado recorte espacial, é que nos permite compreender todos os aspectos relevantes na sua dinâmica regional. São esses pressupostos que materializam as cidades médias enquanto atributo primordial aos estudos urbanos, ampliando sua capacidade de inserção em circuitos econômicos na rede urbana e com forte tendência de crescimento frente às zonas metropolitanas, destacando que:

Este é o contexto no qual as cidades médias se inserem enquanto espaços condicionantes das dinâmicas da acumulação do capital no período contemporâneo. Todavia, diferente dos espaços metropolitanos, nos quais se centraliza os poderes das empresas que controlam a dinâmica global da economia, as cidades médias apresentam-se como aquelas que são capazes de se articular globalmente a partir das dinâmicas da atividade comercial e do consumo. (Pereira, 2017, p. 4).

Com a contribuição de Jean Gottmann, Pierre George e Michel Rochefort, geógrafos franceses que atuavam no campo da geografia urbana e regional, iniciaram-se os primeiros debates sobre cidades médias em meados do século XX na Europa Ocidental. Essas cidades se tornaram objeto de estudo no Brasil desde 1970 capitaneados pelos geógrafos Yves Leloup, vinculado a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e pesquisadores da Pontifícia

¹⁰ Segundo Santos Filho (2021) a desterritorialização está relacionada à apropriação e ao domínio do espaço, especialmente, aos processos de exclusão socioespacial.

Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), coordenado por Amorim Filho, tendo como escopo cidades médias do Estado de Minas Gerais. Com a criação da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiME) nos anos 2000, constituída de pesquisadores do Brasil, Chile e Argentina, foi relevante na condução dos estudos que evidenciassem a conceituação de cidades médias a partir de vários recortes metodológicos, reproduzindo uma compreensão dos processos intraurbanos mais distintos.

Inseridas no II Plano Nacional de desenvolvimento (II PND)¹¹, as cidades médias tornaram-se foco de políticas públicas nas décadas de 1970 e 1980 que atenuassem a desconformidade regionais, trazidas pelas grandes concentrações urbanas, com o propósito de empregar continuidades no território. Nesse sentido, Conte afirma que:

Durante a primeira política urbana do programa, as cidades médias foram conceituadas como aquelas cidades que, considerando a sua posição geográfica, população, importância socioeconômica e função dentro da hierarquia urbana da macrorregião e do país, constituíam-se em centros de grande valor estratégico no que concerne ao desenvolvimento regional, e para uma rede urbana mais equilibrada no que envolvesse a política de organização territorial. (Conte, 2013, p. 49).

Nessa perspectiva, tornaram-se polos de desenvolvimento, consideradas “áreas dinâmicas”, atraindo investimentos condicionados a uma infraestrutura que consolidasse economicamente tais no interior do país. A desconcentração industrial e a busca por incentivos fiscais deram as cidades médias uma nova função na rede urbana, caracterizada pela refuncionalização tratada por Santos Fernandes.

Em relação ao desenvolvimento econômico das cidades médias, é importante destacar que estas cidades passaram por um processo de transformação funcional, o que implicou na ampliação dos seus papéis na divisão interurbana do trabalho. Esta transformação se deu tanto pela refuncionalização de atividades preexistentes como pelo surgimento de novas atividades associadas ao setor industrial, comercial e de serviços (Santos Fernandes, 2021, p. 9).

É a partir da década de 1980 que se observou “a expansão da metropolização e, paralelamente, a chegada de novas aglomerações a categoria de cidade grande e cidade intermediária” (Santos 2009, p. 93). Tendo como referência dados estatísticos referentes à metropolização em curso no Brasil, Santos (2005, p. 91) infere que paralelamente a esse processo “estaria havendo um fenômeno de desmetropolização, definida como a repartição, com outros grandes núcleos, de novos contingentes de população urbana.” Nesse sentido, é possível observar a remodelagem nas estruturas e funções que as cidades médias passaram nas

¹¹ Apresentam diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).

últimas décadas dispondo de equipamentos e serviços ora presentes somente em metrópoles.

A importância dessas cidades no contexto regional e até mesmo no plano de desenvolvimento nacional atraiu uma atenção maior para o entendimento do seu papel na economia. Na contemporaneidade, elas vêm desempenhando atribuições na sua rede urbana “como pontos de prestação de serviços em escala regional” (Castello Branco, 2007, p. 90). Portanto, a sua relevância na dinâmica regional está alicerçada a partir de grandes centros de consumo, em detrimento aos espaços de produção (Spósito *et al.*, 2007).

Conceitualmente, definir cidades médias diante das especificidades do território brasileiro com seus processos de urbanização desigual e de como elas interagem na dinâmica socioespacial se tornaram complexas. Corrêa (2007, p. 23), enfatiza que essa conceituação “trata-se de discutir uma expressão vaga, aberta a múltiplos significados e impregnada de idealismo que a concede como um ideal a ser alcançado, apresentando as vantagens da cidade pequena sem ter, contudo, as desvantagens das grandes”.

Savério Sposito afirma que há muito a se produzir sobre o tema, contudo podemos reconhecer que elas são “influentes na rede urbana, na logística das comunicações e do fluxo de informações e de mercadorias” (Savério Sposito, 2008, p.22). Para alcançar o *status* de cidade média, se faz necessário à incorporação de uma população acima da média regional, polarizadora na disponibilidade de serviços em suas diversas escalas e que suas interações sejam capazes de exercer influência na rede urbana. Amorim Filho aponta algumas questões norteadoras para caracterização de uma cidade média.

A cidade média deve ser capaz de manter interações constantes e de um nível razoável de intensidade e de qualidade tanto em seu espaço regional, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior; A cidade média deve ter as condições necessárias para estabelecer relações de dinamização com o espaço rural microrregional que o envolve; Uma cidade média só deve ser considerada média na medida em que já apresente uma certa autonomia na criação de, pelo menos, uma parcela de seus equipamentos de relações externas; O sistema de redes de cada cidade média deve apresentar uma intensidade e um grau de conectividade tais que facilitem as já referidas interações com o espaço microrregional e com os níveis superiores da hierarquia urbana; A estrutura morfológica interna da cidade média, em consonância com sua posição no processo de evolução deve apresentar: Um centro já relativamente complexo (com grande número de equipamentos servindo a um espaço que ultrapasse os limites puramente locais; Um número variável de subcentros (cuja forma-funções e espaço de relações variem grandemente de cidade para cidade, mas que atendem, em sua maioria, apenas as necessidades de populações locais); Uma periferia que evolua muito mais através de “saltos” (descontinuidades espaciais repentinas, resultando numa estrutura polinuclear), do que através de uma expansão lenta e homogênea de toda a “coroa periférica” do tecido urbano; Por outro lado, não deve ser desprezado o fato de que aspectos tais como tamanho, estrutura interna e relações externas das cidades médias podem variar bastante de região para região, sendo naturalmente função do nível de desenvolvimento, da posição geográfica e das condições históricas sociais de formação de cada uma destas regiões; e A noção de “cidade média” não deve ser confundida, necessariamente, com a de “centro de polarização regional ou

microrregional”. (Amorim Filho, 1976, p. 7-9).

Sposito (2004) afirma exatamente que a cidade média se distingue das de porte médio exatamente pela função exercida. Para Deus, entre “os fatores de conceituação das cidades, incluindo as cidades médias, está à função que seu núcleo urbano exerce na região em que está inserida e na hierarquia das redes urbanas” (Deus, 2004, p. 89-90). Portanto, é a função urbana¹² que define o papel da cidade na rede, no qual, sem ela à aglomeração urbana passa a não ter sentido. Amorim Filho e Serra atribuem enquanto método de pesquisa sobre cidades médias algumas análises apontadas a seguir:

Interações constantes e duradouras com seu espaço regional subordinado quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior; Tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado; Capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio de oferecimento de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas; Condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização como o espaço rural microrregional que o envolve; Diferenciação do espaço intraurbano, como centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com a das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos. (Amorim Filho; Serra, 2001, p. 09).

Ainda segundo Amorim Filho e Serra (2001), o dinamismo da cidade média obedece a critérios que estão vinculados a variação no tempo e no espaço. Apesar do porte demográfico não deva ser negligenciável, algumas constatações devem ser levadas em consideração, a exemplo das relações externas, estrutura interna, problemas sociais e tamanhos demográficos.

3.3 Alguns estudos sobre cidades médias com foco na segregação

No Brasil, o estudo sobre segregação socioespacial tem sido realizado para desvendar padrões diferenciados de vida da população e seus reflexos na cidade, tornando-se “um instrumental teórico que nos auxilia no conhecimento de nossa realidade” (Vasconcelos, 2004, p. 263). A primeira metade do século XX foi marcada pelo adensamento industrial no centro-sul do país, mais especificamente no Estado de São Paulo, que concentrou a indústria brasileira

¹² Tratando especificamente das funções urbanas, revê-se Ipea (2016, p. 31) que, “de acordo com Corrêa (1989), a ideia de função urbana remete ao conceito de divisão territorial do trabalho: se esta não existisse, não haveria diferenciação funcional entre cidades; remete, ainda, ao conceito de processo e de estrutura: a função urbana é a realização de um processo que emana de uma estrutura social. E nos leva ainda ao conceito de forma espacial: a função necessita de uma forma para se realizar a loja, a fábrica, a cidade, a rede urbana”.

até a década de 1970. Nesse período, a desconcentração industrial¹³ se estendia para outras regiões do país, promovendo, segundo Diniz, um “novo polígono de aglomeração industrial agregando cidades como Belo Horizonte, Porto Alegre, Florianópolis e Londrina” (Diniz, 1993, p. 85). Esse processo desencadeou um “espraiamento espacial da riqueza nacional” (Amorim; Serra, 2001, p. 27) para as cidades médias, iniciando uma transição em suas estruturas econômicas.

Entre as décadas de 1970 e 1980 o padrão de segregação socioespacial no Brasil baseava-se na polarização centro-periferia, com desprovimento de infraestrutura básica e concentração de baixa renda nesses setores. Desde os anos 2000, os altos investimentos para mitigação do desemprego e, por conseguinte das desigualdades sociais produziram um panorama que refletia na regressão da marginalização econômica. Estudos empíricos apontam para manutenção desses espaços segregados (Feitosa *et al.*, 2021).

Pesquisas conduzidas em Piracicaba, Bauru e Rio Claro, cidades médias paulistas, possibilitaram reconhecer os avanços na infraestrutura urbana que as interligam, homogeneizando diversos serviços públicos, como: coleta de lixo, distribuição de água e coleta de esgoto. Para os pesquisadores, esse seria um passo importante no enfrentamento da segregação socioespacial “[...] uma vez que a homogeneização dessa infraestrutura diminuiria os desequilíbrios na oferta de serviços nos distintos territórios da cidade” (Goulart; Terci; Otero, 2016, p.567).

O estudo apontou para o aprofundamento da segregação nessas cidades. As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) foram irrelevantes para mitigar o processo de estratificação social, mantendo o mesmo patamar de reprodução de suas periferias precárias das décadas de 1970. Araçatuba, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto também estão entre as cidades médias paulistas que foram o centro das análises que apontaram para o aumento da autosegregação¹⁴ e expansão da periferização dos mais pobres, como apontados em estudos apresentados por Araújo, Barros e Saraiva.

¹³ Esse processo de desconcentração ocorreu no bojo do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), política que se deu num contexto desenvolvimentista, caracterizado pelo planejamento e liderança do Estado no enfrentamento dos dilemas estruturais das economias do capitalismo periférico. (Goulart, 2016, p. 2)

¹⁴ Esse aumento no período está associado à alocação de espaços residenciais fechados de médio e alto padrão em setores específicos das cidades médias paulistas. (Sposito, 2006).

O padrão espacial, diferentemente das elites, apresenta-se mais disperso pelas periferias, nas franjas de crescimento urbano. Ainda, os resultados revelaram um processo característico das cidades médias, que é a redução da segregação nas áreas centrais. Essa tendência aponta para as alterações nas relações centro-periferia nas cidades médias, ocasionadas pelo desenvolvimento dos espaços residenciais fechados e de novos espaços de consumo para a população de alto e médio nível socioeconômico (*shoppings centers*), que acarretaram um esvaziamento de antigos bairros residenciais ocupados pela elite. (Araújo; Barros; Saraiva, 2024, p. 23).

No Rio Grande do Sul, Ferreto (2018) conduziu suas pesquisas em quatro cidades médias gaúchas: Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria. No estudo o autor enfatiza a necessidade de se mitigar a segregação mediante a reurbanização, políticas de mobilidade e controle de uso e ocupação do solo. Nesse sentido, é significativo considerar que “o processo de produção do espaço urbano é desigual – isso se evidencia claramente através do uso do solo – e decorre do acesso diferenciado da sociedade à propriedade privada e da estratégia das empresas que produzem sobre o solo, o que faz surgir à segregação espacial” (Carlos, 1994, p.12).

Os estudos abordam como essa reestruturação vem ocorrendo em cidades médias e, mesmo que apresentando padrões diferentes, refletem o isolamento socioespacial de uma camada expressiva da sociedade que muitas vezes induzida pelas políticas habitacionais e a ampliação de novos *habitats* urbanos, a exemplo dos residenciais fechados, tendem a segmentar socio-espacialmente essas cidades. Sobarzo (1999) estudou essa dinâmica, em Presidente Prudente, caracterizando relações sociais entre muros. Oliveira (2004) evidenciou o espraiamento dos condomínios fechados em Curitiba além de Zandonadi (2005) em Marília, Lante (2006) em São Carlos e Santos Fernandes (2021) em cidades médias nordestinas.

A expansão dos espaços privados vem potencializando o reordenamento territorial sob um molde da segregação socioespacial, retomando o discurso qualitativo concernente ao modo de vida em muitas cidades brasileiras. A produção do espaço geográfico deve ser compreendida como produção social, na qual, o ato de produzir a vida também é um ato de produção do espaço, compreendendo uma relação dialética espaço-sociedade. (Carlos, 2007). Contudo, a representatividade dos espaços privados alimenta a dicotomia entre segurança (pública e privada), consumo e lazer que se restringem em certo grau a esses ambientes fechados, em detrimento ao acesso por parte da população. Dentre os principais aspectos realçados pela retórica que justificaria a inserção de uma cidade de “muros”, seria o medo da violência que, em consequência, cercearia o acesso aos equipamentos disponíveis nesses locais. Para Caldeira

O novo padrão de segregação socioespacial baseado na criação de enclaves fortificados representa o lado complementar da privatização da segurança e transformação das concepções do público. Embora a segregação tenha sido sempre uma característica das cidades, os instrumentos e regras que a produzem mudaram consideravelmente ao longo do tempo. (Caldeira, 2000, p. 11).

Os enclaves fortificados, “são propriedades privadas para uso coletivo e enfatizam o valor do privado ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade” (Caldeira, 2000, p. 258). Ainda segundo a autora, “o crime, o medo da violência e o desrespeito aos direitos da cidadania têm se combinado as transformações urbanas para produzir um novo padrão de segregação espacial nas últimas décadas.” (Caldeira, 2009, p.9). Entretanto, esse perfil de autosegregação decorrente do processo contemporâneo da urbanização brasileira retrata a mercadificação da cidade. Essa lógica está segregando as cidades, restringindo o acesso ao direito de livre circulação e alimentando a especulação imobiliária, intervindo diretamente na estrutura das cidades e na inserção dos cidadãos nos espaços públicos. Carlos traz traços históricos em suas análises, onde:

[...] a cidade se constitui por meio da reunião de um conjunto de elementos que governam e tornam possível a vida em sociedade. Reunião, mas também simultaneidade das relações sociais e das ações dos grupos, esses elementos permitem a participação de cada um nos destinos da cidade. Assim, como nó de tudo que é passível de ser reunido a existência de um centro é a concretização da participação dos indivíduos e da realização da cidadania como exercício da esfera pública, apontando a importância dos espaços públicos que materializam essa possibilidade. (Carlos, 2022, p. 416).

Essa tendência, antes identificada em regiões metropolitanas, se observa em cidades médias, ficando mais evidente a expropriação dos espaços urbanos de convivência de forma gradativa e levando parte da sociedade, principalmente os mais jovens, ao exílio nas periferias das cidades. Nesse sentido, Santos afirma que a ocupação urbana vem sendo, “deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos” (Santos, 2007, p. 60).

4 ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ALAGOANO: UMA ÊNFASE NA REGIÃO IMEDIATA DE ARAPIRACA

O estado de Alagoas nos apresenta, na segunda metade do século XX, uma Geografia que consolida os espaços de influências, capitaneada pelo município de Maceió, a capital do Estado, seguida das dinâmicas regionais evidenciadas a partir da predisposição do crescimento econômico em municípios do agreste e sertão, a exemplo de Arapiraca, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema e Delmiro Gouveia. Na constituição do território alagoano, o setor sucroalcooleiro manteve destaque na formação territorial da zona da mata alagoana, contribuindo assim, para expansão da monocultura da cana-de-açúcar durante o século XX. Na contemporaneidade, devido aos custos e o terreno acidentado, o setor sucroenergético vem sendo substituído pela produção de florestas energéticas, onde “apesar dos valores reais de investimento para a eucaliptocultura serem em média 24% maior que o da cana-de-açúcar, os custos estão diluídos no período de rotação da floresta plantada” (Santos, 2016, p. 54).

Em contrapartida, os primeiros núcleos urbanos no agreste alagoano foram formados em face da cotonicultura agregados a bovinocultura e a agricultura de familiar. É neste contexto de diversidade econômica que se forma o Agreste (Andrade, 1979). A modernização transcorrida nas décadas de 1970 e 1980 consolida a urbanização de Arapiraca reconfigurando suas dinâmicas espaciais, sobretudo na região intermediária. (Santos; Souza, 2017).

Elevada a categoria de município em 1924, Arapiraca teve seu apogeu econômico com a produção de tabaco na década de 1970, tornado-se conhecida como a capital brasileira do fumo (Mascaranhas, 2015). Segundo Romão (2008), a expansão da economia fumageira é expressa na conformação física da cidade, devido, principalmente, ao seu sítio e posição. A cidade se desenvolveu em uma extensa área não acidentada, possibilitando a ampliação das terras cultiváveis proporcionando a expansão da cultura do fumo.

4.1 Formação histórico-territorial de Alagoas

Durante dois séculos (Séculos XVI e XVII), Alagoas esteve inserido no território da capitania de Pernambuco até ser elevada a categoria de comarca em Outubro de 1706, iniciando sua autonomia político-administrativa sob a égide do ouvidor José de Acunha Soares. Carvalho (2016, p. 109) enfatiza a necessidade dessa condição devido ao crescimento socioeconômico da capitania de Pernambuco condicionando “a elevação de Alagoas à condição de comarca [...] para melhor administrá-lo”. Os primeiros núcleos de povoamento em Alagoas sugeriram em

Penedo, Porto Calvo, e Santa Maria da Lagoa do Sul, atualmente município de Marechal Deodoro (Mendonça, 2012). Tendo em vista sua posição geográfica, a sede administrativa localizou-se na região onde atualmente é o município de Marechal Deodoro¹⁵ e que, segundo Muniz e Machado (2011), as formações naturais e a proximidade do porto do Francês para escoamento da cana-de-açúcar permitiu o desenvolvimento do núcleo urbano.

Espíndola (1871)¹⁶, Brandão (1909)¹⁷ e Lima (1965)¹⁸ caracterizam o apogeu econômico da organização do espaço alagoano com a expansão da cultura canavieira tendo uma ocupação territorial impulsionada pelo serpenteamento dos seus rios que garantiam o deslocamento de pessoas e mercadorias influenciando o processo de urbanização e o desenvolvimento socioeconômico com a inserção da pecuária e agricultura. Dentre eles,

O rio São Francisco, como se tem visto, se não oferece ao observador paisagens deslumbrantes, como as do Reno com os seus castelos feudais colocados de atalaia aqui e ali em ambas as suas margens com os seus ricos e elegantes jardins e soberbas cidades: se ao formar a cachoeira de Paulo Afonso não oferece o aspecto encantador de S. Lourenço no Niaydra espraiando-se por sobre os terrenos adjacentes; todavia, hora murmurando por entre serras e penhascos alcantilados, ora estendendo-se por sobre verdejantes prados, orlados por baixas e verdoengas colinas, nas quais pastam rebanhos de toda a espécie, guarnecidos de sítios, engenhos de fabricas de açúcar, fazendas de criar, povoados diversos, embora pequenos e pobres, bordados de feiteiceiras e encantadoras ilhas, atravessados nas proximidade da cachoeira de quando em vez por nuvens de pombas brancas, de papagaios e periquitos, que fazem continuada e fanhosa algazarra, e sulcados por grandes canoas de 60 a 70 palmos de comprimento, 8 a 10 de largura, por lanchas, sumacas, chalupas, hiates e pequenos vapores, oferecem paisagens que não deixam de ser assaz pitorescas (Espíndola, 1871, p. 56).

A navegação pelo rio São Francisco proporcionou o surgimento de pequenos povoados em Penedo, leste alagoano, a Piranhas no alto sertão e marcaram a primeira fase da vida urbana em Alagoas (Corrêa, 1992). A figura 8 retrata esses fluxos fluviais na segunda metade do século XIX.

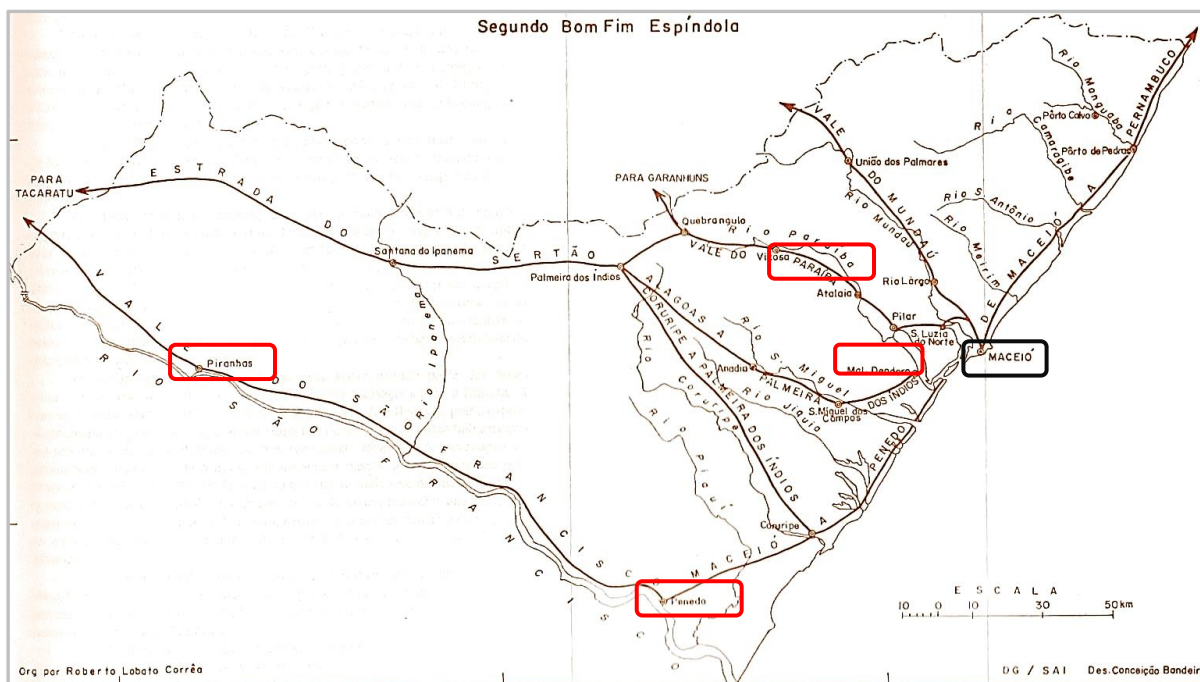
¹⁵ A emancipação política ocorreu em 1817, quando D. João VI assinou o Alvará Régio no qual emancipava a comarca de Alagoas e nomeou Sebastião Francisco de Melo e Póvoas governador da nova capitania com sede administrativa em Marechal Deodoro.

¹⁶ Espíndola, Thomaz do Bomfim. Geografia Alagoana ou Descrição Physica, Política e Histórica da Província das Alagoas. 2ª Ed. Maceió: Typographia do Liberal, 1871.

¹⁷ Brandão, Moreno. História de Alagoas. Penedo/AL: Editora Artes Geographica Typ. e Pautação, 1909.

¹⁸ Lima, Ivan Fernandes. Geografia de Alagoas. São Paulo: Editora do Brasil S/A. 1965.

Figura 8 - Itinerários fluviais em Alagoas, 1871



Fonte: Corrêa, 1992.

Ao longo de suas margens, as atividades extrativistas, a agricultura e a pecuária extensiva foram precursores no desenvolvimento de cidades e vilas. No início do século XIX, os engenhos ocupavam todo o litoral da comarca garantindo grande parte da produção canieira que seguiam da capitania para Europa. Essas relações fortaleciam o elo entre a comarca e a capitania que propiciavam um avanço significativo na economia. Especialmente, o desenvolvimento de atividades econômicas no interior da comarca impulsionava a ocupação da zona da mata e do sertão. Carvalho (2016) afirma que no início do século XIX, com o modelo colonial estabilizado, o território alagoano estava iniciando a consolidação do seu povoamento, justificando a existência de quatorze freguesias¹⁹ e seis vilas²⁰.

Em 1839, a antiga capital, Marechal Deodoro, entra em um período de declínio político e econômico após a capital ser transferida para Maceió (Mendonça, 2012). Com a centralização das atribuições administrativas na nova capital, a maioria das atividades econômicas entra em decadência. (Ferrare, 2002). Na condição de capital, Maceió começa a se alargar geograficamente (Carvalho, 2016) exercendo um papel central na reorganização do território alagoano. Com fulcro de decisões políticas e de concentração de atividades comerciais, o município torna-se referência econômica como novo polo de atração populacional. Contudo, o

¹⁹ Alagoas do Sul, Penedo e Porto Calvo. (Carvalho, 2016, p. 116).

²⁰ As vilas tinham representação política organizadas nas Câmaras. (Carvalho, 2016, p. 116).

autor explica que essa nova condicionante revelou a necessidade de investimentos em infraestrutura. Os primeiros equipamentos urbanos ocuparam o centro da cidade tendo o espraiamento do comércio em Jaraguá.

O final do século XIX foi marcado pelo alargamento da rede ferroviária enquanto principal modal de ligação entre os municípios alagoanos. Essa fase possibilitou uma interligação entre os principais eixos de escoamento da produção e mobilidade entre os principais mercados, inclusive interestadual, até o porto de Jaraguá em Maceió. Esse período despontou como principal indutor do crescimento econômico do estado nesse período, fortalecendo as economias locais e perfazendo percursos complexos no interior de Alagoas. Integralizando a via fluvial com o Alto Sertão, a ferrovia Piranhas-Jatobá interligou dois extremos importantes para a economia alagoana, o Médio e o Baixo São Francisco. Brandão (1909) enfatiza que a instalação do telegrafo e da linha férrea foram cruciais para o seu desenvolvimento econômico. As figuras 09 e 10 ilustram esse momento histórico com a construção da linha férrea Piranhas (AL)-Jatobá (PE) em 1881 e a figura 11 traz o mapa com o trecho construído.

Figura 9 - Imagens da construção e da estação da ferrovia Piranhas-Jatobá, 1881



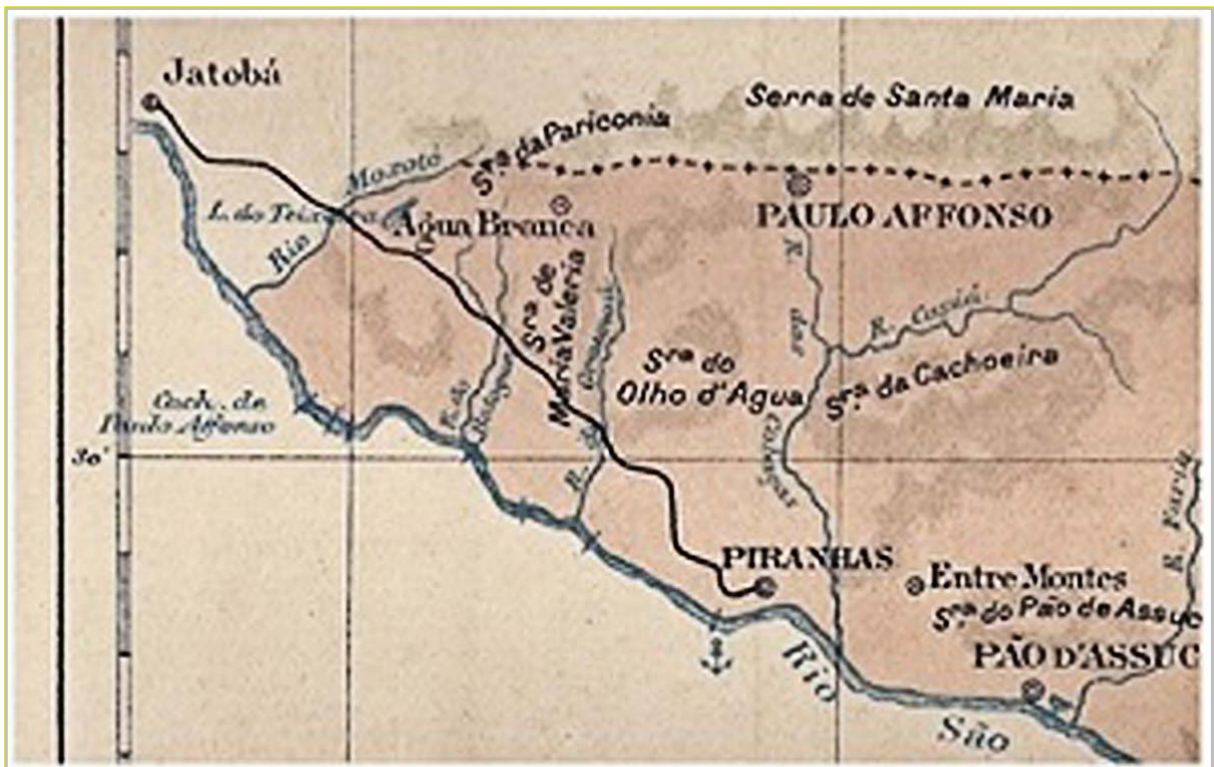
Fonte: História de Alagoas, 2022.

Figura 10 - Construção de uma ponte ferroviária em Piranhas no ano de 1881



Fonte: História de Alagoas, 2022.

Figura 11 - Mapa da ferrovia Piranhas-Jatobá, 1881



Fonte: História de Alagoas, 2022.

Com a expansão da rede ferroviária em curso, a ligação com municípios interioranos se tornou imprescindível para mobilidade de passageiros e mercadorias para a capital. A interligação com a cidade de Viçosa e a inauguração do trecho Arapiraca – Porto Real do

Colégio se firmaram como uma tendência de consolidação do sistema ferroviário em Alagoas consolidando a Rede Ferroviária do Nordeste²¹. A partir de 1884 a ferrovia²² que liga Maceió a Vila Imperatriz (atual União dos Palmares) guinou a exportação de cana-de-açúcar por meio do porto de Jaraguá interligando dos vales do Mandaú e Paraíba com a capital como demonstrado na figura 12.

Figura 12 - Mapa Ferroviário de Alagoas em 1905



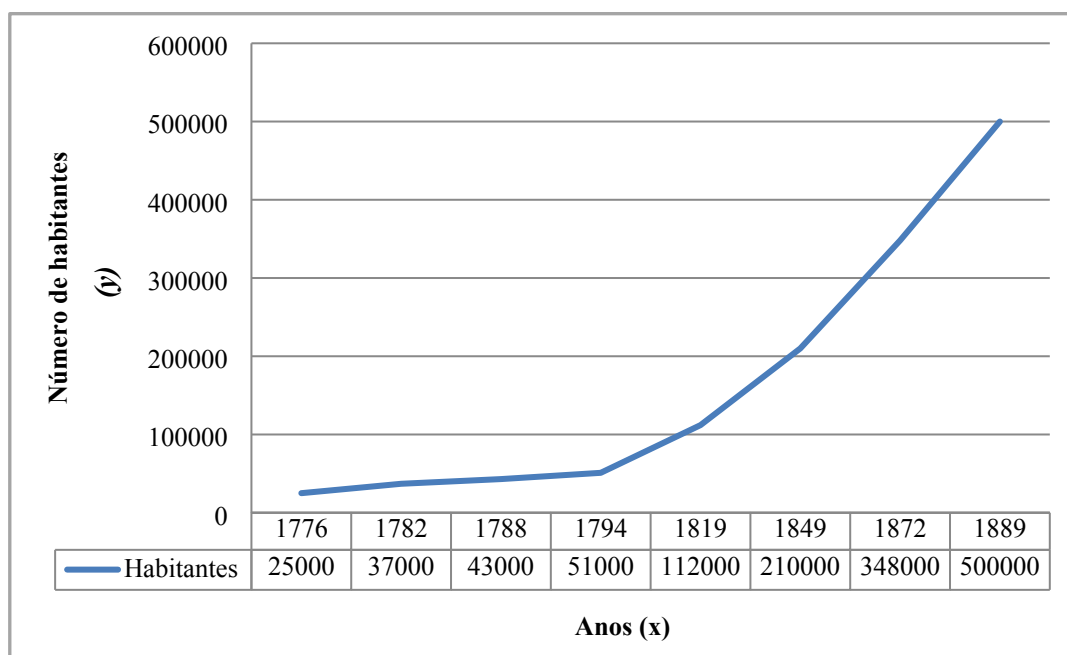
Fonte: História de Alagoas, 2022.

Entre 1776 e 1778 a população de Alagoas apresentou um leve crescimento em detrimento aos anos que se seguem. O século XIX representa um período de crescimento populacional com uma acelerada ocupação do espaço geográfico propiciando um adensamento na capital, Maceió, tendo seu ápice em 1889 com um número vinte vezes maior conforme apresentado no gráfico 1.

²¹ Lei nº 2.543, de 14 de julho de 1955.

²² Em 12 de Novembro de 1880, o Governo Imperial baixou o decreto 7895 autorizando a construção da estrada de ferro de Maceió à Vila Imperatriz. (História de Alagoas, 2022) Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-das-estradas-de-ferro-em-alagoas-i-central-de-alagoas.html>. Acesso em: 30/05/2024

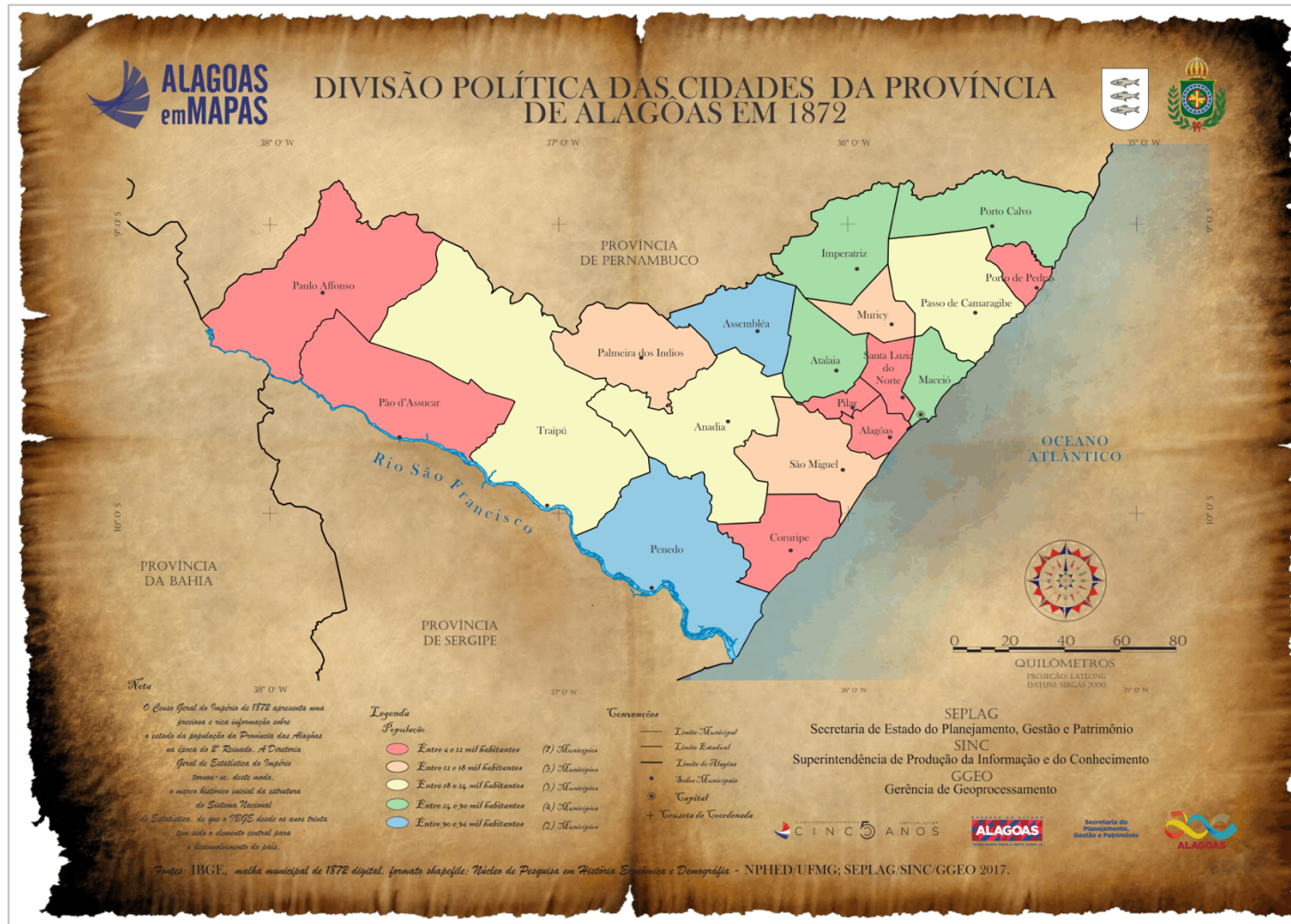
Gráfico 1 - População de Alagoas entre os anos de Comarca e Província entre 1776 e 1889



Fonte: Carvalho (2016)
Elaborado pelo autor

A interiorização foi um fator essencial para a dinâmica populacional estabelecida. A expansão das lavouras e da pecuária em direção ao sertão condicionou a ocupação dessas novas áreas. Para Carvalho (2016) o cultivo do coco na região norte, do arroz no baixo São Francisco, do café no sertão e do fumo no agreste como culturas típicas de cada região proporcionando novas complexidades no território. A figura 13 apresenta uma nova configuração do território alagoano no final do século XIX, reconfigurando o território alagoano definido a partir de dezenove cidades e uma população de 348 mil habitantes em 1872.

Figura 13 - Divisão política das cidades da província de Alagoas em 1872



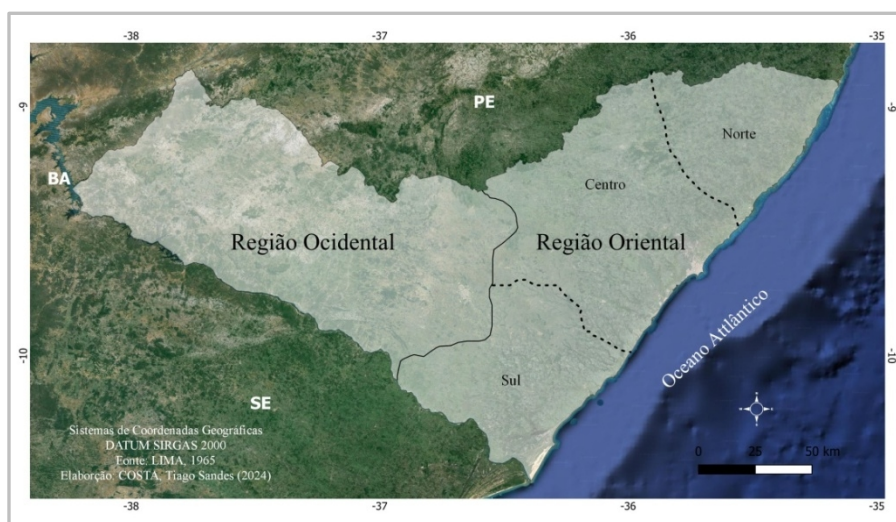
Fonte: Alagoas em dados, 2017

No final do século XIX, Alagoas contava com uma rede de transportes (Hidrovia e ferrovias) que permitia o deslocamento da população e o escoamento da produção. O início do século XX inicia-se com uma nova dinâmica urbana para a capital, Maceió, com altos investimentos e intensos fluxos migratórios vindos do interior resultando no que Corrêa (1992) define de hipertrofia demográfica. Cronologicamente os fatos históricos corroboram para o entendimento dos diversos fenômenos que evidenciaram a formação do território alagoas, com vistas ao seu crescimento, expansão e estagnação socioeconômica em períodos distintos. A segunda metade do século XX foi marcada pela reestruturação produtiva alagoana, representando uma nova perspectiva na organização territorial. Santos Fernandes vêm afirmar que:

[...] a cidade e o urbano passam a ganhar novos conteúdos e significados. As novas lógicas locacionais das empresas redefiniram as interações espaciais. A cidade e a rede urbana passam a ser objetos de determinações gestadas em diversas escalas e por intermédio de agentes sociais, econômicos e políticos (Santos Fernandes, 2021, p. 3).

A década de 1960 foi marcada pelo intenso debate acerca dos processos de regionalização e interação entre os grandes centros urbanos que vinham ocorrendo no país. Em escala nacional o IBGE publicava o primeiro estudo que culminaria nas REGIC'S: Espaços homogêneos e espaços polarizados. Em Alagoas, a divisão regional proposta pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG) dividiu o Estado em duas regiões: Ocidental e Oriental (Norte, Centro e Sul) conforme apresentado na figura 14.

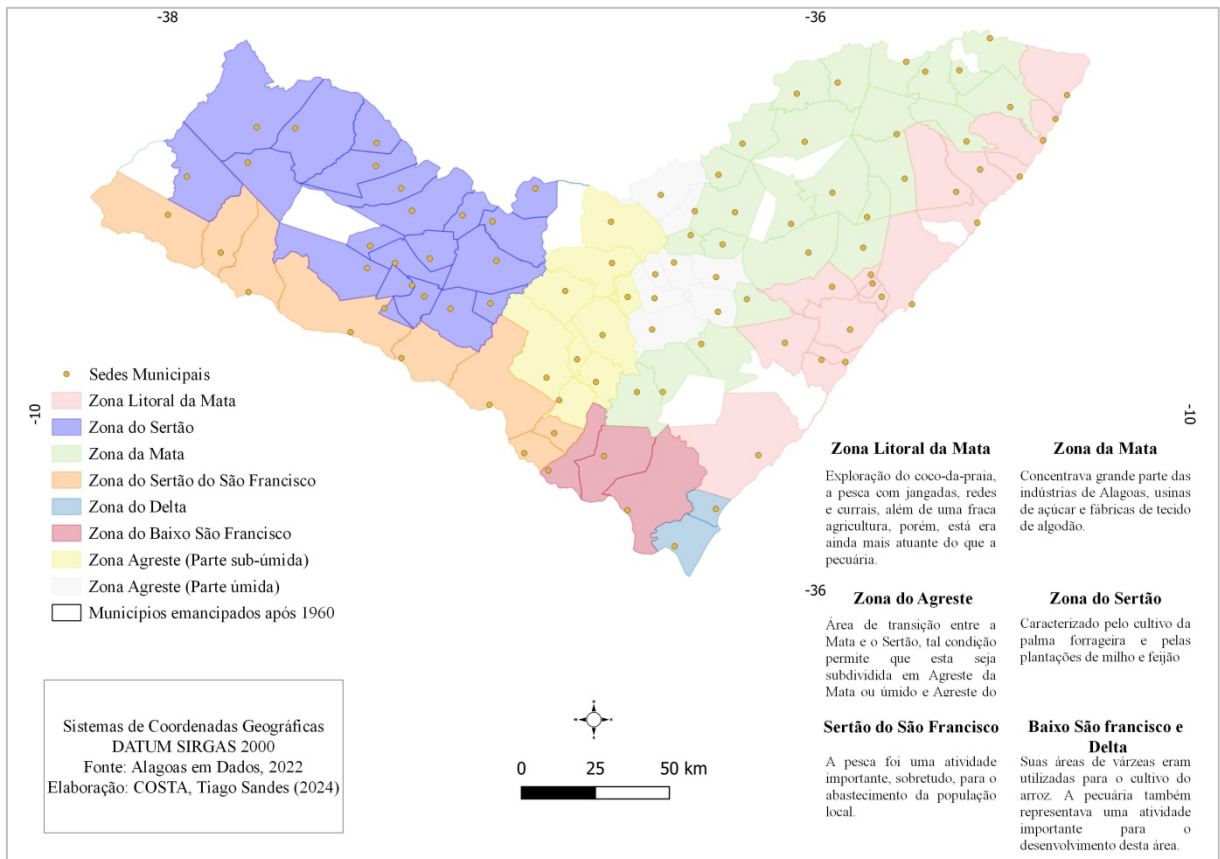
Figura 14 - Proposta de divisão Regional de Alagoas, 1962



Fonte: Adaptado de LIMA, 1965.
Elaborado pelo autor

Em meados da década de 1960, Lima (1965) propôs ao CNG uma divisão regional que atendesse a realidade de Alagoas levando em consideração os aspectos físicos, econômicos e sociais. Publicada em 1965, a proposta elenca essa divisão em oito regiões considerando também a fitogeografia de cada área. A figura 15 traz essa proposta.

Figura 15 - Mapa da proposta de divisão regional, 1965



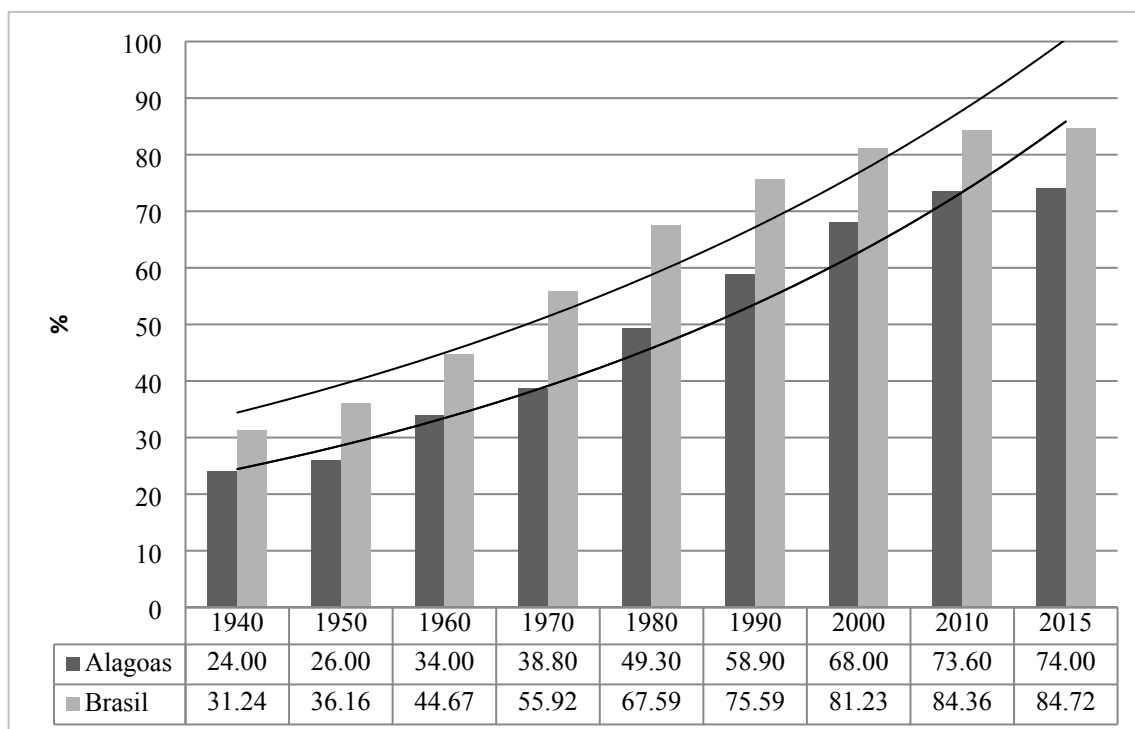
Fonte: Adaptado de Lima, 1965.
Elaborado pelo autor

Com a concentração do setor agroindustrial na região litorânea, apenas uma pequena parcela desses municípios apresentaram uma tendência para industrialização, a exemplo de Maceió, Coruripe e União dos Palmares. Contudo, pode-se inferir o município de Marechal Deodoro em progressiva expansão do seu distrito industrial, localizado no Tabuleiro dos Remédios, que teve início em 1986 com a duplicação do polo cloroquímico. Com isso, o polo industrial de Alagoas tornou-se referência na produção de soda cáustica, dicloroetano e ácido clorídrico (Diodato, 2017). Diante disso, o caderno municípios publicou:

Registram-se nesses anos a instalação da Braskem (ex-Salgema e Trikem); a inauguração ou ampliação de algumas fábricas, tanto no Distrito Industrial como fora dele; a modernização do Porto de Maceió, com a instalação do terminal açucareiro; a construção de vários conjuntos habitacionais populares, com recursos do então Banco Nacional de Habitação (BNH) e o apoio da Cohab e do Ipaseal; o começo das obras de saneamento básico [...]; a ampliação da rede de abastecimento d'água; a abertura de 27 vias de transportes, como a Leste-Oeste, o Dique Estrada e a Via Expressa, conectando partes da cidade; a ponte sobre a Laguna Mundaú, a urbanização e a iluminação da orla marítima; a construção de equipamentos modernos (para a época) como o Aeroporto dos Palmares, o mercado da Ceasa, a rodoviária intermunicipal e a ampliação da rede hoteleira (Cadenos dos Municípios, 2012, p. 458)

Os trabalhos de Lima (1965) apontam ainda para um crescimento econômico no Agreste e Sertão, vinculado às atividades primárias, tornando-se centros comerciais importantes tendo Arapiraca como centro urbano em ascensão. A segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 1970, Alagoas se destacou pelo alto investimento em infraestrutura refletindo diretamente na dinâmica urbana acompanhando a tendência brasileira conforme demonstra no gráfico 2.

Gráfico 2 - Urbanização do Brasil e de Alagoas

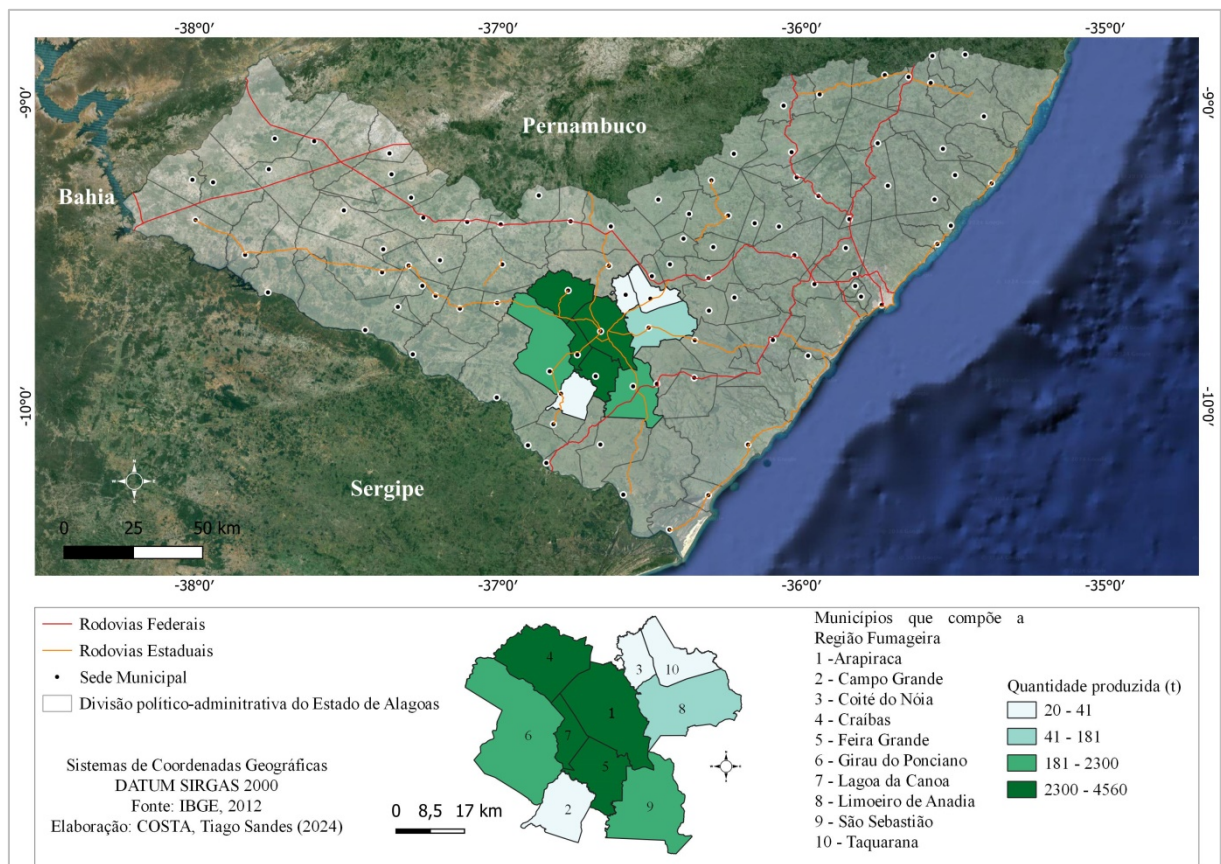


Fonte: IBGE, série histórica.
Elaborado pelo autor

Emancipado em 1924, tornou-se protagonista no circuito econômico nacional a partir da atividade fumageira que a tornou a maior produtora nacional. De acordo com Mascaranhas (*et al.*, 2005, p.3), “o momento econômico conhecido como “ouro verde” influenciou a elevação

de categoria de município”. Até a década de 1960, com uma economia ainda voltada para o mercado do fumo e tendo como destino de sua produção a cidade de Salvador, Arapiraca não despontava como um centro urbano de relevância para o agreste. Denominada de região fumageira, esses 10 municípios conduziram a reafirmação enquanto território impulsionando a atividade de pequenos e médios produtores. A figura 16 elenca os municípios e sua localização no estado.

Figura 16 - Mapa da Região Fumageira de Alagoas, 1960



Fonte: IBGE, 2012.
Elaborado pelo autor

Entre as décadas de 1960 e 1980, Arapiraca protagonizou um expressivo crescimento econômico tornando o município extremamente atrativo para investimentos pulverizados em diversas áreas da cadeia produtiva local. Para Nardi (2010, p. 62), “a cidade tiraria proveito da fala de circulação de riqueza, lugar de oportunidade (fumo e feira livre) e se transformaria em polo regional durante esses 20 anos”. É a partir desse período que se vislumbra um novo panorama para o Município de Arapiraca que se estabelece como o segundo maior município do Estado de Alagoas com uma área de 345,655 km² (IBGE, 2022). Conforme Teodoro dos

Santos:

Arapiraca localiza-se em uma área privilegiada no centro do estado de Alagoas, o que facilita suas relações com as demais cidades do Estado e com outros Estados do Nordeste, tornou-se também referência na compra de suprimentos, principalmente por ter em seu território uma das feiras livre mais importante para o comércio regional e por tratar-se de um município onde o cultivo do fumo era intenso (Teodoro dos Santos, 2014, p. 70).

Com a crise do fumo no início da década de 1990, entre os anos de 1996 e 2007 houve uma transição populacional para a área urbana de Arapiraca (Nardi, 2010), resultando em crescimento absoluto da população tendo em vista o novo ciclo econômico caracterizado pela expansão da indústria, comércio e serviços. Singer descreve que:

Uma vez iniciada a industrialização de um sítio urbano, ele tende a atrair populações das áreas geralmente próximas. O crescimento demográfico da cidade torna-a, por sua vez, um mercado cada vez mais importante para bens e serviços de consumo, o que passa a constituir um fator adicional de atração de atividades produtivas que, pela sua natureza, usufruem de vantagens quando se localizam junto ao mercado de seus produtos. Tal é o caso das indústrias de bens de consumo não-duráveis, dos serviços de consumo coletivo (escolas, hospitais, etc), de certos serviços de produção (comércio varejista) e assim por diante. (Singer, 1998, p. 218).

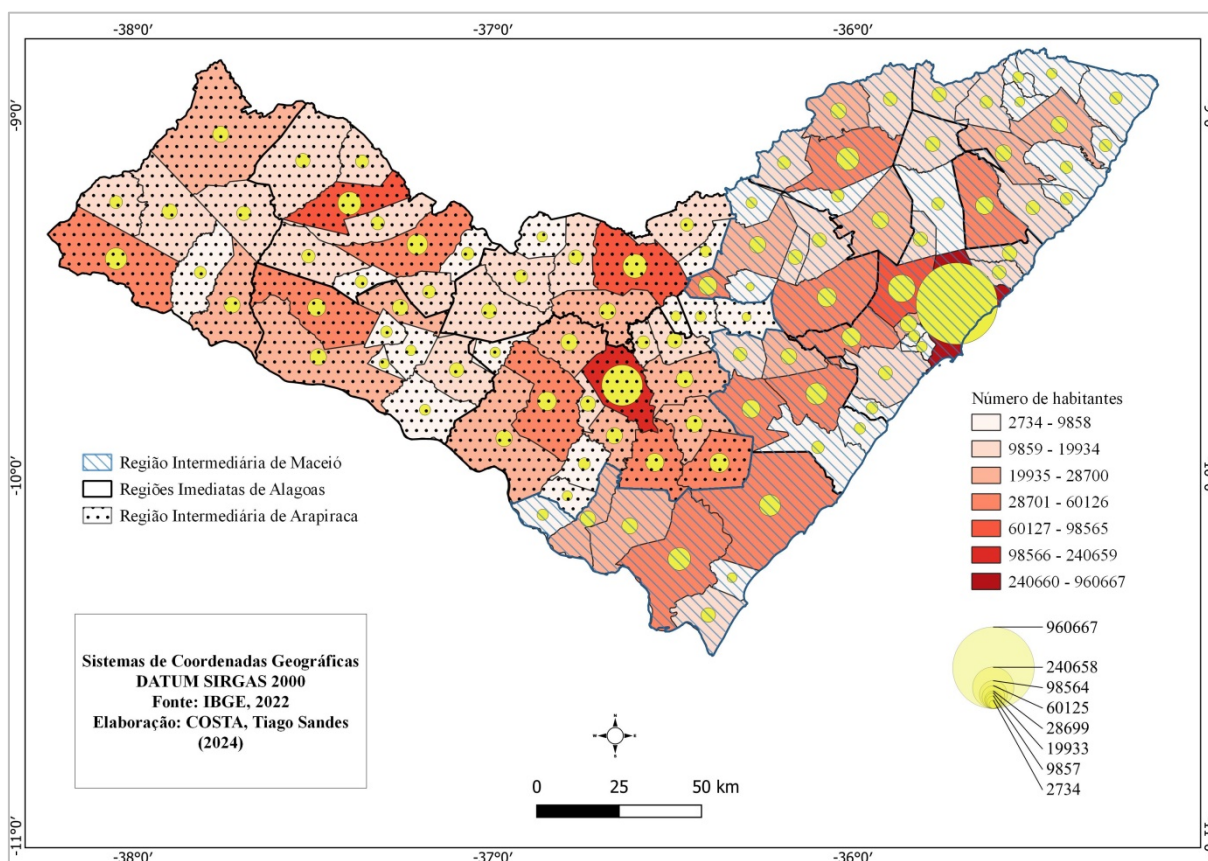
A cultura fumageira, apesar de não representar protagonismo econômico atualmente, representa a resistência de uma identidade cultural nessa região. Do plantio até o tratamento da planta para o consumo, boa parte da produção ainda é realizada manualmente. Em Craíbas, galpões são utilizados para armazenar e após a secagem o manejo é feito pela família em suas residências. Apesar de perder espaço para outras culturas, a exemplo da mandioca, esses produtos são comercializados nas feiras livres e vendidos para o beneficiamento do grupo Coringa.

No contexto regional, a delimitação dessa área representa uma condição que conduziu essas cidades a uma nova reconfiguração de seus papéis na rede urbana com patamares e referências distintas, mas, fomentando o desenvolvimento econômico por uma via plural. Com a publicação da Região de Influência das Cidades – REGIC em 2007, Arapiraca (capital regional C) se destaca pela sua centralidade na rede urbana agregando em sua área de influência municípios do Agreste e Sertão do estado.

4.2 As Regiões de Alagoas

Com 3.127.683 habitantes, segundo o Censo Demográfico do IBGE (2022), Alagoas apresenta uma hierarquia entre os municípios que pode ser analisada pela disposição da população no território alagoano. Com quase um milhão de habitantes, Maceió se estabelece no topo desta sendo seguida por importantes cidades do Agreste e do Sertão, a exemplo de Arapiraca e Santana do Ipanema, respectivamente. A Figura 17 apresenta a distribuição da população do Estado por suas Regiões Geográficas Intermediárias.

Figura 17 - Mapa da distribuição da população no estado de Alagoas, 2022



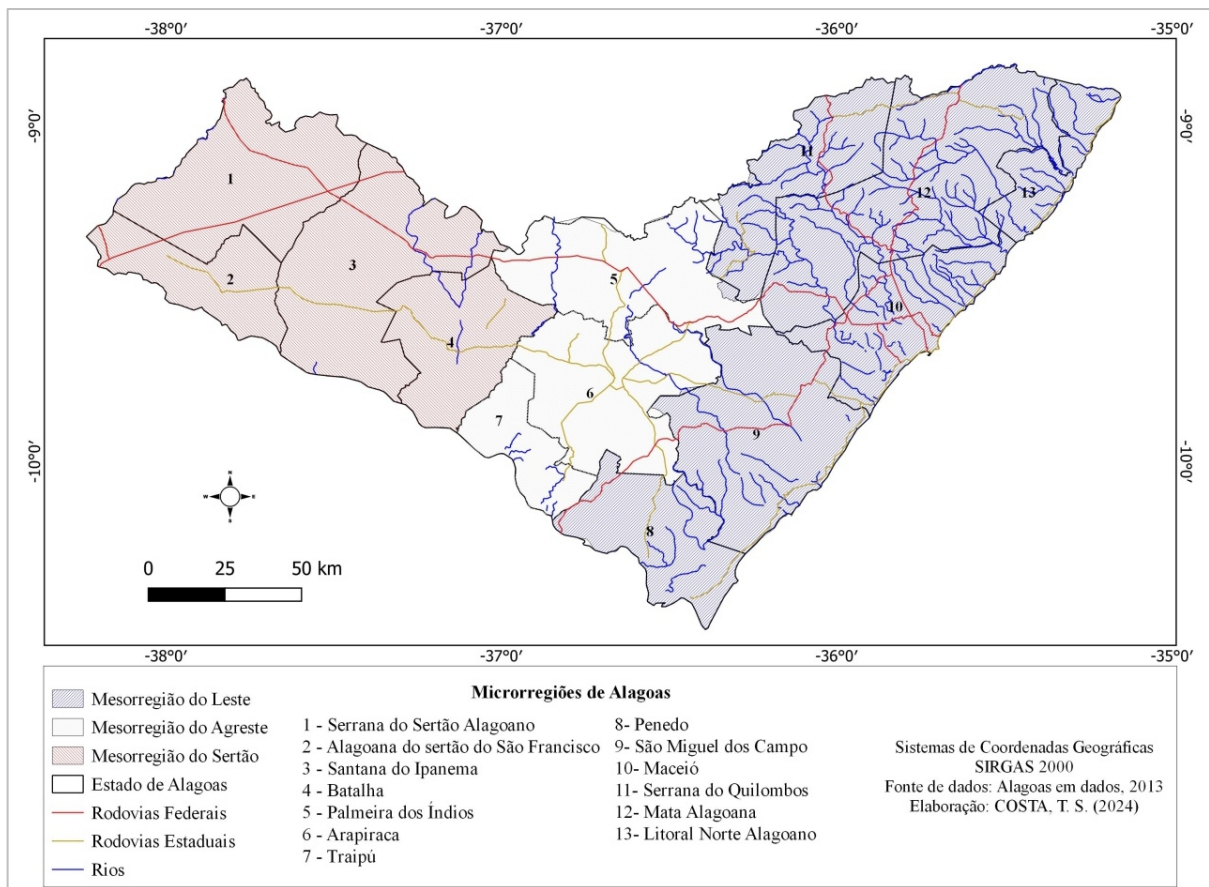
Fonte: IBGE, 2022.
Elaborado pelo autor

A regionalização do estado de Alagoas, em seus diferentes períodos e abordagem, vem contribuindo significativamente para o entendimento das dinâmicas territoriais. Elaborada pelo IBGE, as mesorregiões e microrregiões²³ foram adotadas pelo Brasil enquanto divisão

²³ As mesorregiões e microrregiões do Brasil constituíram a divisão geográfica regional do país vigente entre 1989 e 2017, segundo a composição elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram

geográfica regional entre os anos de 1989 e 2017. De acordo com o órgão, eram áreas individualizadas nas unidades da federação que contribuem para a organização do espaço geográfico e têm em suas dimensões a pluralidade do seu quadro natural, processo social e rede de comunicação. Treze microrregiões compõem a regionalização do estado, tendo Maceió²⁴, Arapiraca²⁵ e serrana do sertão alagoano²⁶ como as principais. O mapa 18 traz essa divisão.

Figura 18 - Mapa das Mesorregiões e Microrregiões do estado de Alagoas, 2017



Fonte: Alagoas em dados, 2024.

Elaborado pelo autor

A presença dos corredores de mata atlântica ao leste do estado e a existência de manguezais e lagoas no litoral constituem as paisagens naturais dessa porção do território, onde apresenta uma mudança à medida que nos deslocamos para o interior. Ao ultrapassar a faixa de transição na porção central do Estado, contempla-se o Sertão alagoano que se destaca pela sua

substituídas, respectivamente, pelas regiões geográficas intermediárias e imediatas, com a revisão da divisão regional brasileira em 2017. (IBGE, 2017)

²⁴ Maceió agrega municípios como Marechal Deodoro (3º maior PIB) e Rio Largo (5º maior PIB). (IBGE, 2020)

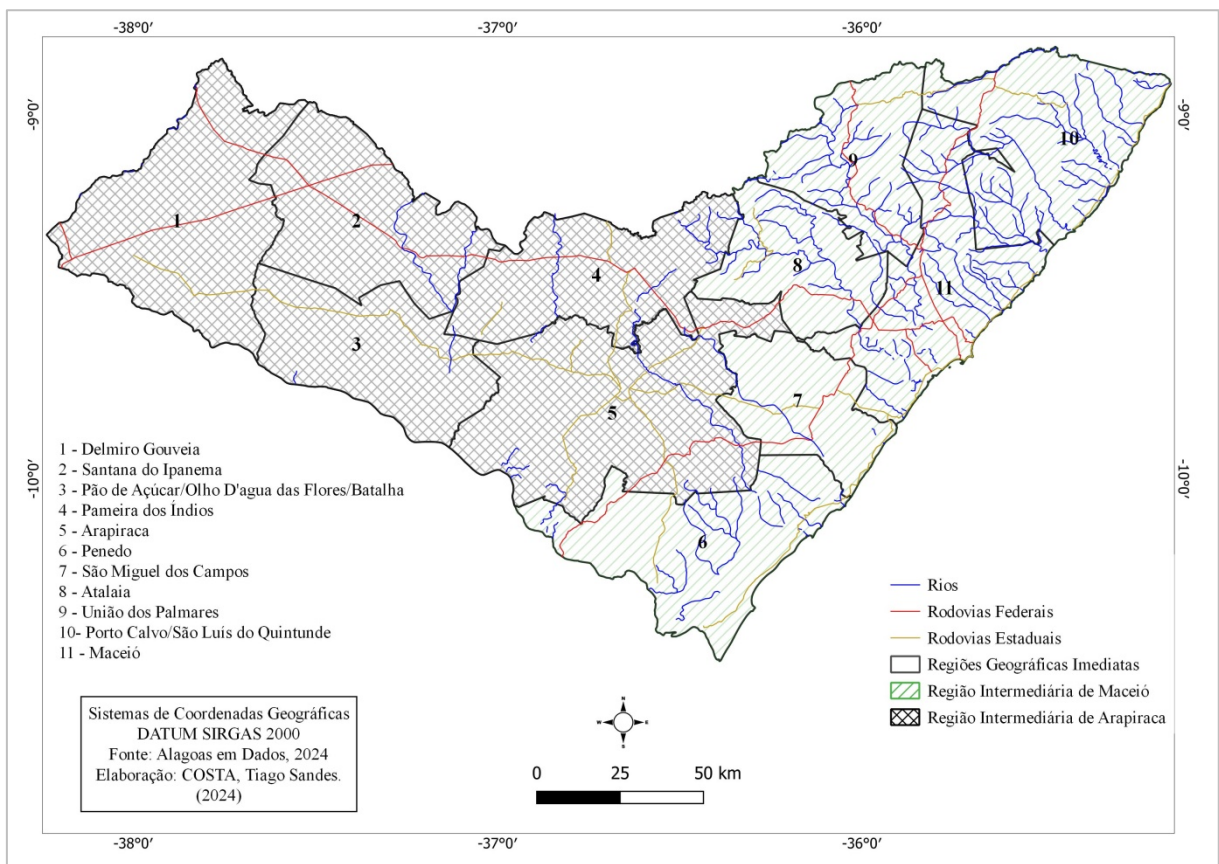
²⁵ Arapiraca tem o segundo maior PIB do Estado. (IBGE, 2020).

²⁶ Concentra o principal município do Sertão: Delmiro Gouveia. (IBGE, 2020).

história, pela presença dos cânions do São Francisco e por uma das obras mais importante para Alagoas: o canal do sertão.

Com base nos estudos publicados pelo IBGE (2017), Alagoas está dividido em duas regiões geográficas intermediárias polarizadas pelas cidades de Arapiraca (Composta por 50 municípios) e a capital, Maceió (Formada por 52 municípios) e dez regiões imediatas, conforme apresentado na figura 19.

Figura 19 - Mapa das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de Alagoas, 2017



Fonte: Alagoas em dados, 2024.
 Elaborado pelo autor

Cada uma das regiões imediatas foi apresentada uma cidade principal. Delmiro Golveia, Santana do Ipanema e Pão de açúcar estão localizados no sertão alagoano e integram uma paisagem que revela uma vegetação endêmica e se estende pelos *canyons* do rio São Francisco. Os municípios de Palmeira dos Índios e Arapiraca contemplam uma área de transição entre a mata atlântica e a Caatinga e em sua geomorfologia apresenta conjuntos de serras e planícies, respectivamente. Atalaia, União dos Palmares, Porto calvo, Maceió, São Miguel dos Campos e Penedo compreendem a extensão de domínio de mata atlântica. Em Piaçabuçu encontra-se a

foz do rio São Francisco.

Com a delimitação da dinâmica das cidades diante da publicização dos estudos sobre as regiões de influência (REGIC 2018), podem-se delinear novos olhares sobre a cidade e sua realidade regional. O estreitamento geográfico entre os municípios atrelados a forte dinâmica de capitais na região, potencializaram o planejamento da governança no âmbito de sua macroestrutura possibilitando uma forte tendência para conturbação nos próximos anos.

4.3 Região de Influência das Cidades: Arapiraca em um contexto regional

O surgimento das cidades médias e da própria hierarquia urbana são fatores contínuos na formação do espaço. Para pensar a cidade, George (1983, p. 205) afirma que “é importante que esta seja colocada em duplo contexto: regional e citadino”. Portanto, pensar a cidade é não somente perante da sua posição na hierarquia e sim, compreender sua proeminência na centralidade exercida a partir de seu núcleo urbano conforme afirma Ribeiro:

A importância desses núcleos e o que os distinguem dos demais é sua centralidade, expressa pelo grau de importância a partir de suas funções centrais, ou seja, a oferta de bens e serviços. Quanto maior o número de bens e serviços oferecidos, maior será o grau de centralidade daquele centro, como também a sua região complementar (Ribeiro, 2012, p. 04).

Por desempenharem elevada relevância na rede urbana brasileira, as cidades médias apresentam um dinamismo regional entre as metrópoles e as de menor porte sendo fundamentais na organização do território. Apresentam um forte antagonismo em sua região de influência polarizando cidades pequenas e de porte médio. (Corrêa, 2007; Soares, 2007; Sposito, 2007a). Sobre essa centralidade interurbana monocêntrica, Sposito afirma que:

Sendo ou não dinâmicas do ponto de vista econômico, havendo ou não estruturas fundiárias concentradas, quando as economias dos municípios pequenos atendem mais a interesses de capitais de pequeno e médio porte ou organizados por eles, as cidades médias que “comandam” esses municípios são tipicamente cidades regionais, articuladas ao sistema urbano por fluxos de tipo hierárquico. Os papéis intermediários aqui são exercidos por meio de relações de natureza vertical, pois cidades pequenas demandam serviços da cidade média que estabelece fluxos com os maiores centros de produção e consumo, em favor de sua região (Sposito, 2010, p. 58).

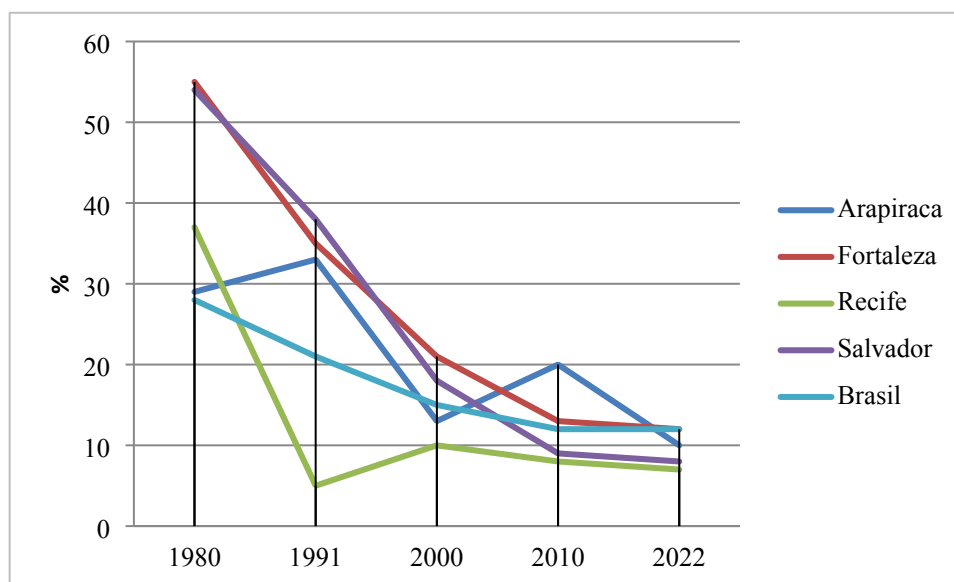
Cabe destacar o aumento significativo de cidades regionais²⁷ desde a década de 1980

²⁷ É importante, para analisar esses tipos de cidades médias, considerar variáveis como a situação geográfica e o tamanho do mercado consumidor, dada pela adição da população das cidades pequenas e da cidade média, que

ao analisarmos a organização da rede urbana da região nordeste. Nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, tínhamos uma concentração de bens, serviços e recursos financeiros nas capitais que resultaram em uma centralização econômica e política.

Um olhar sobre a rede urbana do nordeste brasileiro nos leva, em um primeiro momento, a identificar um forte desequilíbrio regional com relação à hierarquia dos centros urbanos, pois as capitais estaduais concentram majoritariamente a oferta de bens e serviços, bem como a grande parte da população. Responsáveis pela centralidade na rede urbana nordestina, essas metrópoles formaram os primeiros núcleos de povoamento tornando-se cidade primaz, exercendo influência em seu entorno. É perceptível que nas últimas décadas a Região Nordeste vem apresentando crescimento econômico que possibilitou a ramificação de serviços de média e alta complexidade para o interior, acompanhando a expansão das novas redes atacadistas, concessionárias e de empreendimentos imobiliários (Leite; Souza, 2012). Com base nos dados do IBGE, essa inclinação se reverte entre os anos de 1980 e 2000 com uma transição demográfica em direção às cidades médias, indicando um crescimento acima da média das metrópoles regionais conforme apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Taxa de crescimento populacional de Arapiraca comparada as metrópoles regionais nordestinas e Brasil, 1980-2021



Fonte: IBGE, (1980, 1991, 2000, 2010, 2022)

Ao analisarmos os dados do município de Arapiraca, que apesar de uma queda brusca

distantes dos maiores centros de oferta de bens e serviços, tornam-se cativos do comércio e dos serviços oferecidos na cidade regional. (Sposito, 2010, p. 59).

entre os anos de 2010 e 2021, apresenta uma tendência similar as metrópoles regionais despontando como indutora do crescimento na região. Notadamente, observa-se um declínio na taxa de crescimento no período analisado e uma estabilização nas metrópoles regionais nos anos de 2010 e 2022. Entre o período de 2000 e 2010 há uma ascendência na curva para um crescimento acima da média regional e nacional. Comparado à média nacional, Arapiraca se manteve abaixo.

No que se refere à economia e baseado em dados do Produto Interno Bruto (PIB) disponibilizado pelo IBGE, Arapiraca vem crescendo significativamente nos últimos anos. Ao comparar os resultados *per capita* do PIB, o município apresenta resultados que superam a capital, Maceió, e outras cidades médias do nordeste, a exemplo de Petrolina e Campina Grande conforme se pode observar na tabela 1.

Tabela 1 - PIB *Per Capita* (R\$), 2021

Arapiraca	Alagoas	Petrolina	Campina Grande
25.248	20.200	22.244	25.056

Fonte: IBGE, 2021.

Elaborado pelo autor

No âmbito do estado, há uma consolidação da posição e de sua participação na composição da riqueza influenciada pelo setor de serviços e indústria. A atração econômica evidenciada pelos crescentes investimentos reproduz a importância da cidade em um contexto regional. A tabela 2 traz os cinco maiores PIBs de Alagoas.

Tabela 2 - Cinco municípios alagoanos com maiores PIBs, 2020-2021

Ranking		Estado e Municípios	PIB R\$ (1.000)		Participação relativa (%)	
2020*	2021**		2020*	2021**	2020*	2021**
-	-	Alagoas	63.202.349	76.265.620	-	-
1	1	Maceió	22.926.010	27.484.016	36,27	36,04
2	2	Arapiraca	5.227.364	5.915.938	8,27	7,76
3	3	Marechal Deodoro	2.839.263	3.409.483	4,49	4,47
4	4	Coruripe	1.734.702	1.782.442	2,74	2,34
8	5	Atalaia	1.075.577	1.500.344	1,70	1,97
-	-	Total dos 5 maiores	33.719.553	40.092.233	53,47	52,58

Fonte: Seplag/AL, IBGE 2021

* dados revisados

** dados sujeitos a revisão

Elaborado pelo autor

Ainda que o IBGE não tenha empregado em seus estudos sobre as regiões de influência

das cidades brasileiras (REGIC's)²⁸, a expressão cidades médias, nestes pode-se perceber seus níveis intermediários. Apesar das mudanças metodológicas é possível fazer uma análise comparativa temporal que permite visualizar mudanças de níveis das cidades brasileiras, especialmente em Alagoas. Os REGIC's foram elaborados nos anos 1993, 2007 e 2018 como apresentados o quadro 3.

Quadro 3 - Correspondência entre categorias de centros de pesquisa REGIC

REGIC 1993	REGIC 2007	REGIC 2018
Máximo (Metropolitano)	Grande metrópole nacional	Grande metrópole nacional
-	Metrópole nacional	Metrópole nacional
-	Metrópole	Metrópole
-	-	-
Muito forte (Predominantemente Submetropolitano)	Capital regional A	Capital regional A
Forte (Predominantemente de Capital Regional)	Capital regional B	Capital regional B
-	Capital regional C	Capital regional C
Forte para médio (Predominantemente de Centro Sub-Regional)	Centro sub-regional A	Centro sub-regional A
Médio (Tendendo a Centro Sub-Regional)	Centro sub-regional B	Centro sub-regional B
-	Centro de zona A	Centro de zona A
-	Centro de zona B	Centro de zona B
-	Centro Local	Centro local

Fonte: IBGE, 2020.
Elaborado pelo autor

De acordo com o IBGE, em 1993, a cidade de Arapiraca foi classificada como predominantemente Centro Sub-regional sendo subordinada a Capital Regional, Maceió.

²⁸ A pesquisa Regiões de Influência das Cidades - Regic tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das Cidades. (REGIC, 2018)

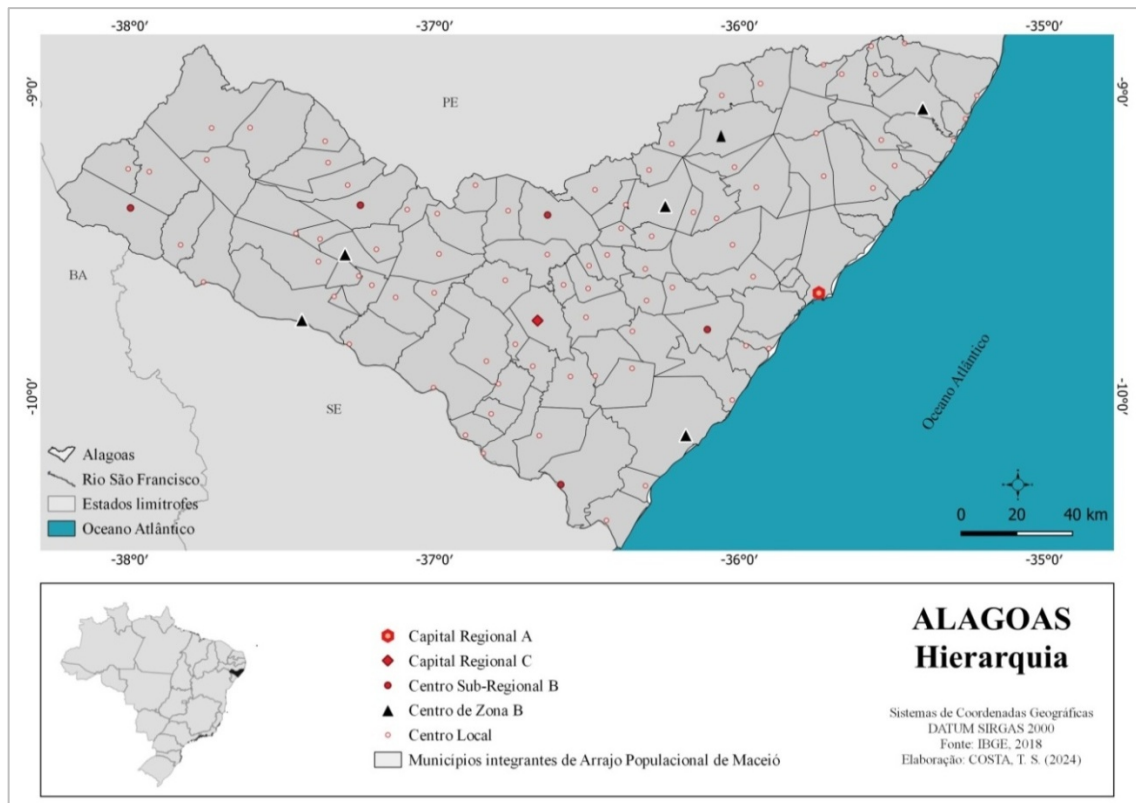
Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, Delmiro Gouveia e Penedo foram categorizados de forte tendência a Centro Sub-regional. Na REGIC de 2007 as cidades alagoanas foram hierarquizadas da seguinte forma: Maceió (Capital Regional A), Arapiraca (Capital Regional C), Santana do Ipanema (Centro Sub-regional B), Penedo (Centro de Zona A), Palmeira dos Índios (Centro de Zona A), São Miguel dos Campos (Centro de Zona A), União dos Palmares (Centro de Zona A), Delmiro Gouveia (Centro de Zona B), Pão de Açúcar (Centro de Zona B), Porto Calvo (Centro de Zona B), Batalha (Centro de Zona B), Olho D'água das Flores (Centro de Zona B) e 90 Centros Locais.

Na REGIC de 2018 o Estado de Alagoas apresenta centros urbanos com níveis hierárquicos subordinados à metrópole, classificada como capital regional, quais sejam: centro sub-regional, centro de zona e centro local. Maceió, capital do Estado, é classificada como capital regional A seguida por Arapiraca, capital regional C, cuja área de influência alcança o Agreste e Sertão de Alagoas e municípios do baixo São Francisco, detendo importantes empresas e um setor de serviços que vem dinamizando as atividades econômicas no âmbito intra-regional. Segundo o estudo:

As Capitais Regionais de nível A, Apresentam contingente populacional próximo entre si, variando de 800 mil a 1,4 milhão de habitantes em 2018. Todas se relacionam diretamente as Metrôpoles; [...]. No que se refere às Capitais Regionais de nível C, A média nacional de população das Cidades dessa categoria é de 300 mil habitantes em 2018, [...] (REGIC, 2018).

As cidades de Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, Arranjo Populacional de Penedo, Santana do Ipanema e São Miguel dos Campos são classificadas como centro sub-regional B. Os centros de zona B englobam as cidades de Coruripe, Olho D'água das Flores, Pão de Açúcar, Porto Calvo, União dos Palmares e Viçosa. Os centros locais são compostos por 89 centros urbanos na hierarquia do estado “que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade” (Regic, 2018, p. 13). Os municípios de Barra de Santo Antônio, Coqueiro Seco, Marechal Deodoro, Messias, Paripueira, Rio Largo, Santa Luzia do Norte e Satuba compõem o Arranjo Populacional de Maceió. O mapa 20 designa a hierarquia urbana em Alagoas categorizando os municípios a partir da REGIC de 2018, notabilizando sua relevância e centralidade de cada um na rede urbana alagoana.

Figura 20 - Hierarquia urbana do estado de Alagoas, 2018



Fonte: IBGE, 2018.
Elaborado pelo autor

Para compreendermos a notabilidade de uma cidade na rede urbana é necessário analisarmos suas funções na perspectiva de estabelecer padrões que se diferencie das demais. Tendo em vista os estudos publicados pelo IPEA em 2002 sobre caracterização e tendências da Rede Urbana do Brasil, bem como a REGIC (2018) pelo IBGE, pode-se definir os principais aspectos que constituem essa rede. Nesse sentido:

A rede urbana nacional compreende o conjunto das cidades que polarizam o território brasileiro e os fluxos de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre elas. Em uma visão simplificada, é formada por centros, com dimensões variadas, que estabelecem relações dinâmicas entre si como campos de forças de diferentes magnitudes. (IPEA, 2002, p. 20).

Tendo em vista que a cidade reflete toda uma cadeia alicerçada pela sua dinâmica socioeconômica, Corrêa (1995) enfatiza a ação dos agentes sociais na produção e reprodução do espaço urbano através da inserção do capital por meio da indústria, promotores imobiliários, Estado, dentre outros. Essas interações socioespaciais nos permite descrever como esses agentes se estabelecem e moldam o espaço urbano, a sua maneira e conforme seus interesses.

As cidades contemporâneas apresentam problemas determinadas a partir de um

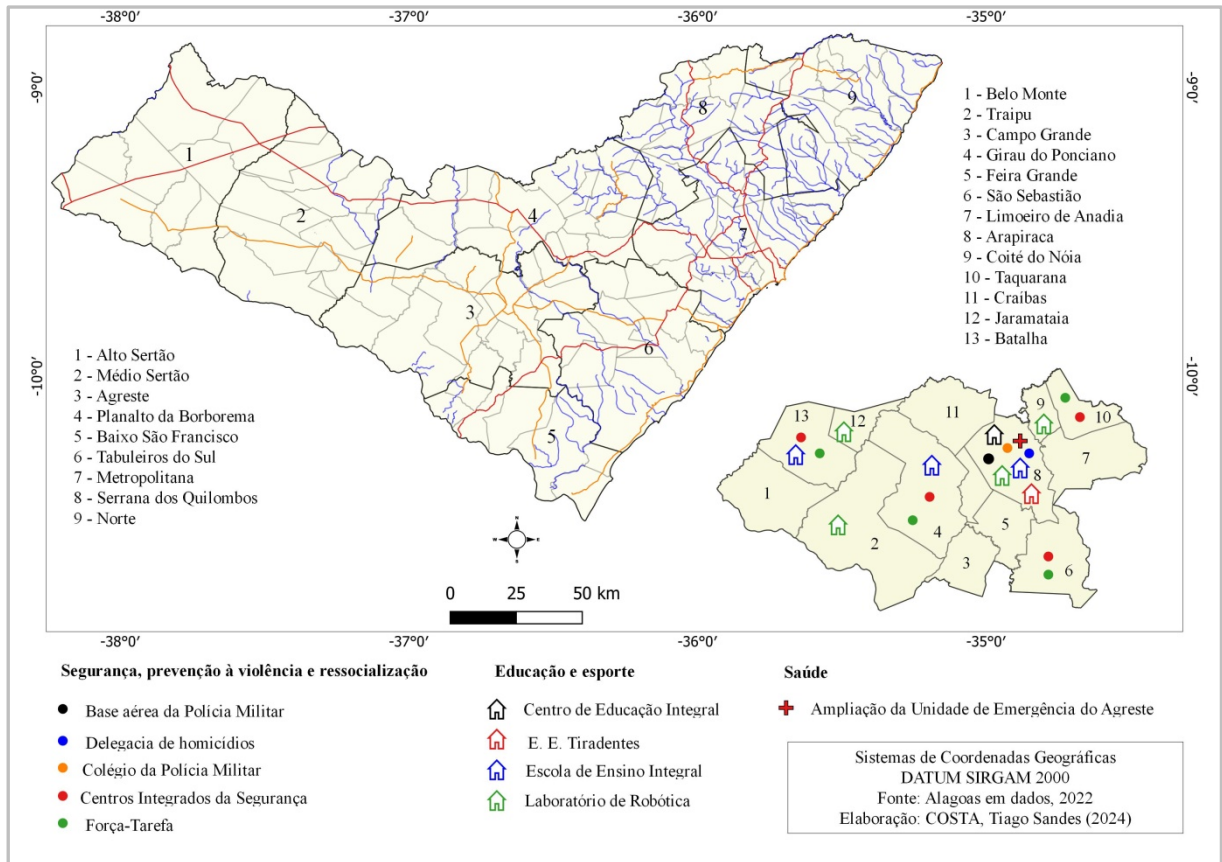
crescimento sem planejamento. Arapiraca, que foi impulsionada pela atividade fumageira na década de 1960, manteve durante muitos anos um crescimento exponencial em sua economia. Contudo, após a estagnação na produção na década de 1990, observamos o quanto à mancha urbana se expandiu nesse período. A necessidade de repensar a cidade a partir da organização dos espaços seria um fator preponderante para esse novo ciclo econômico.

A indústria e o setor de serviços deram um novo panorama à economia, destacando a função de Arapiraca na economia regional. Devido sua posição estratégica, “Arapiraca beneficiando-se de sua posição estratégica, e por seu papel de centralidade regional desde 1990, domina as relações comerciais com o Agreste e o Sertão de Alagoas.” (Pereira *et al*, 2016, p. 08). Na indústria destacam-se os grupos Coringa, Vieira, Hada e Popular alimentos enquanto a Asa Branca se firma como uma das principais distribuidoras do nordeste.

O Plano Plurianual do Estado de Alagoas²⁹ - PPA (2020-2023) é um importante instrumento estatal para analisar e pensar o território. Com destaque para Arapiraca, o plano aponta os caminhos para o seu desenvolvimento expressando suas potencialidades, a exemplo da instalação do gasoduto Penedo-Arapiraca que impulsionou a eficiência energética possibilitando investimentos em vários setores, seja industrial, automobilístico e residencial. O avanço da presença do Estado em áreas como a saúde, educação e segurança pública também se tornaram essenciais nos últimos anos. O mapa 21 elenca esses avanços na Região de Planejamento do Agreste.

²⁹ Lei nº 8.231, de 8 de Janeiro de 2020.

Figura 21 - Regiões de Planejamento de Alagoas, 2022



Fonte: PPA (AL), 2023.
Elaborado pelo autor

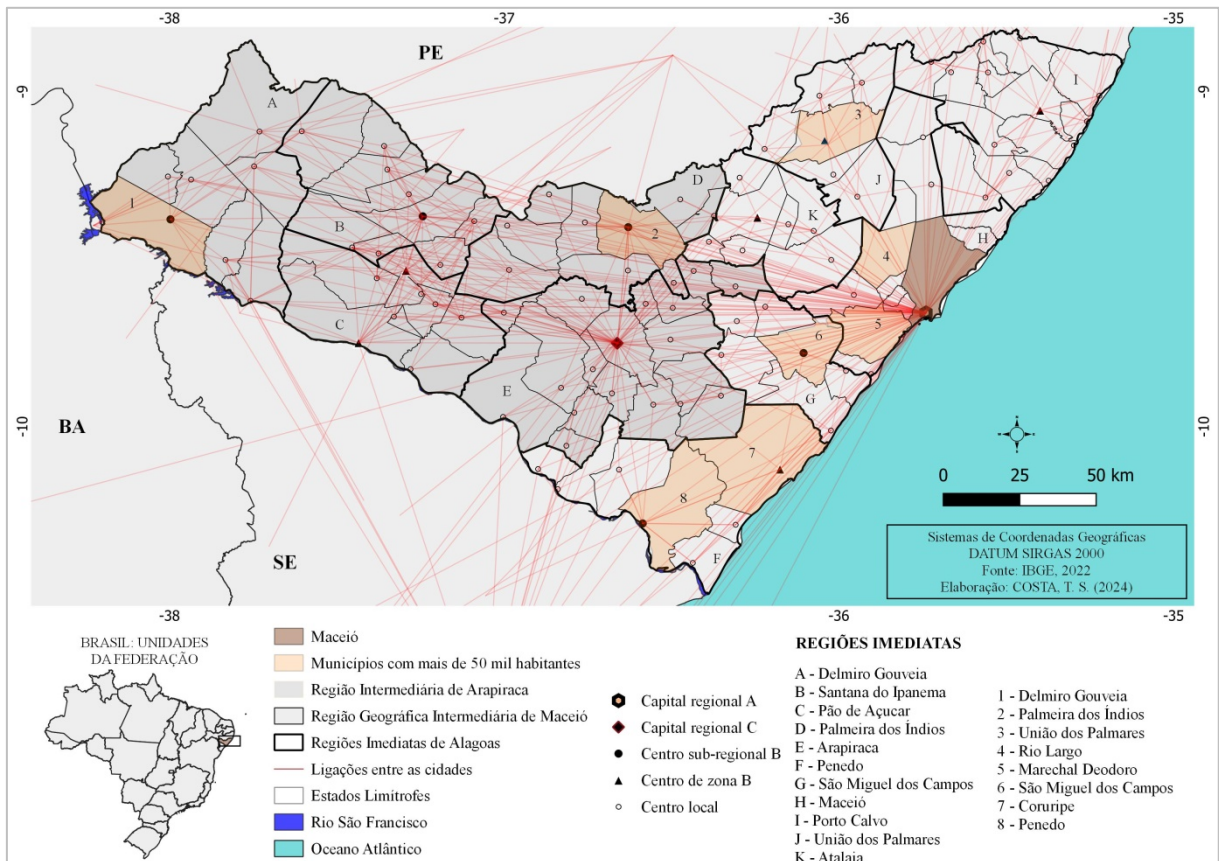
A disponibilização dos equipamentos urbanos para atender toda uma região, a partir de Arapiraca, é crucial no que diz respeito à administração pública. Os investimentos em modernização da infraestrutura para aprimorar a mobilidade e ampliar os fluxos de deslocamento, bens e serviços, seja por meio do transporte rodoviário ou aéreo, são imprescindíveis para que a cidade permaneça crescendo.

Em função desse crescimento e tendo a ampliação da disposição desses equipamentos em cidades do interior do estado, definiu o papel de centralidade exercida na rede urbana contribuindo significativamente para o entendimento do escopo de Arapiraca enquanto cidade média. Sposito descreve que:

A partir da qual alguém está disposto a se deslocar até uma cidade média para nela ter acesso ao consumo de bens e serviços. [...] O que há de novo, no período atual, é a crescente importância das telecomunicações, relativizando o peso ou a necessidade de deslocamentos materiais para realizar uma parte das funções necessárias a vida de uma sociedade, em seu sentido econômico, político, cultural e social (Sposito *et al.*, 2007, p. 37).

A área de influência expõe a estrutura da rede urbana, suas conexões e hierarquias demonstrando todas as interligações que demonstram a busca pelos serviços. A figura 22 reproduz a intensidade e os níveis de estímulos na região intermediária e imediata de Arapiraca em nível intermunicipal e interestadual.

Figura 22 - Mapa da Região de Influência das Cidades (REGIC) – Alagoas, 2018



Fonte: IBGE, 2018
Elaborado pelo autor

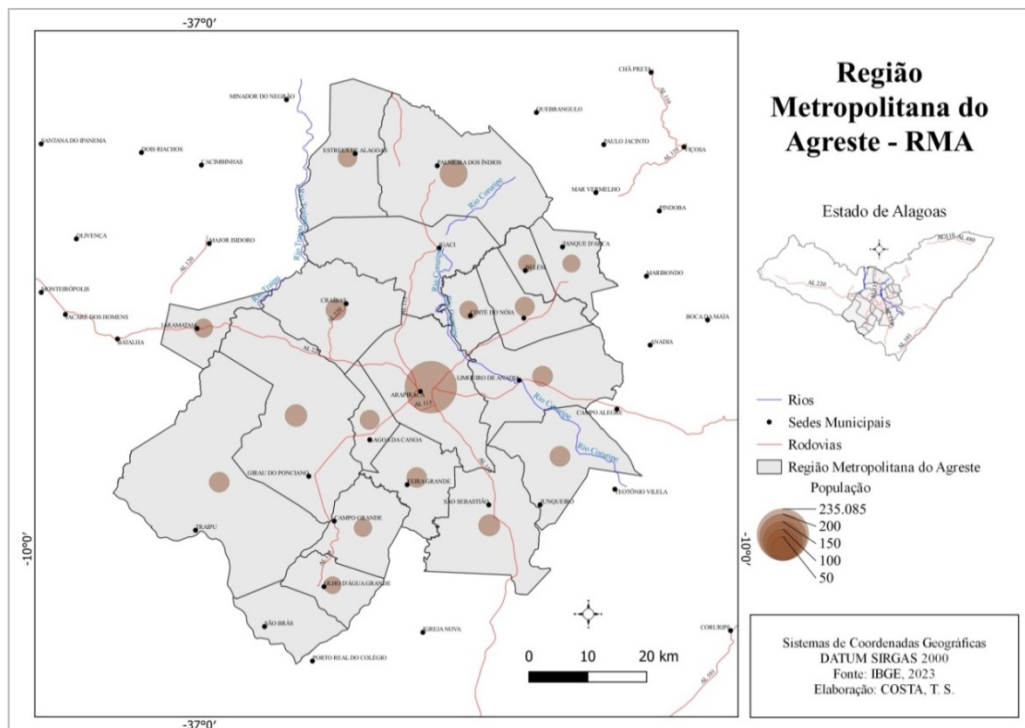
Segundo o IBGE, Alagoas está polarizado pelas cidades de Maceió, capital do Estado, e Arapiraca, considerando suas respectivas áreas de influência, contabilizando mais de 50 cidades. Essas atuam como polarizadoras, oferecendo bens e serviços antes encontrados apenas em grandes áreas metropolitanas. Nas últimas décadas a cidade de Arapiraca vem exercendo um papel de protagonismo econômico no Agreste do Estado, conduzindo um movimento de consolidação da sua importância na dinâmica regional. Através da lei complementar nº 27/2009 foi instituída a Região Metropolitana do Agreste³⁰ (RMA), composta por 20 municípios.

³⁰ A Região Metropolitana do Agreste é a segunda região Metropolitana de Alagoas, criada em 1º de dezembro de 2009, pela Lei Complementar nº 27/2009. É composta por Arapiraca e mais 19 municípios, Campo Grande, Coité do Noia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Olho

Contudo, em 2012, com a criação da Região metropolitana de Palmeira dos Índios (RMPI), 15 municípios se mantiveram na composição da RMA.

Através da Lei Complementar nº 51 de 19 de Dezembro de 2019 o Estado revogou todas as RM's, exceto a Região Metropolitana de Maceió e a Região Metropolitana do Agreste, essa última, vindo a ter a configuração da Lei Complementar nº 27 conforme disposto no mapa a seguir. Em razão do seu desenvolvimento, Arapiraca mantém um destaque central na gestão do território. A figura 23 retrata a expressão do município de Arapiraca numa perspectiva estadual, caracterizada por uma concentração populacional tornando-se um polo de atração a partir da oferta de bens e serviços.

Figura 23 - Região Metropolitana do Agreste (RMA), 2019



Fonte: Sidra, 2022.
Elaborado pelo autor

Essa contextualização expressa o papel da cidade de Arapiraca como lugar central, desempenhando atribuições em sua hinterlândia ofertando e atraindo serviços especializados, inclusive ultrapassando os limites de sua região imediata. Para Pontes (2006), “[...] a cidade média seria um centro urbano com condições de atuar como suporte às atividades econômicas

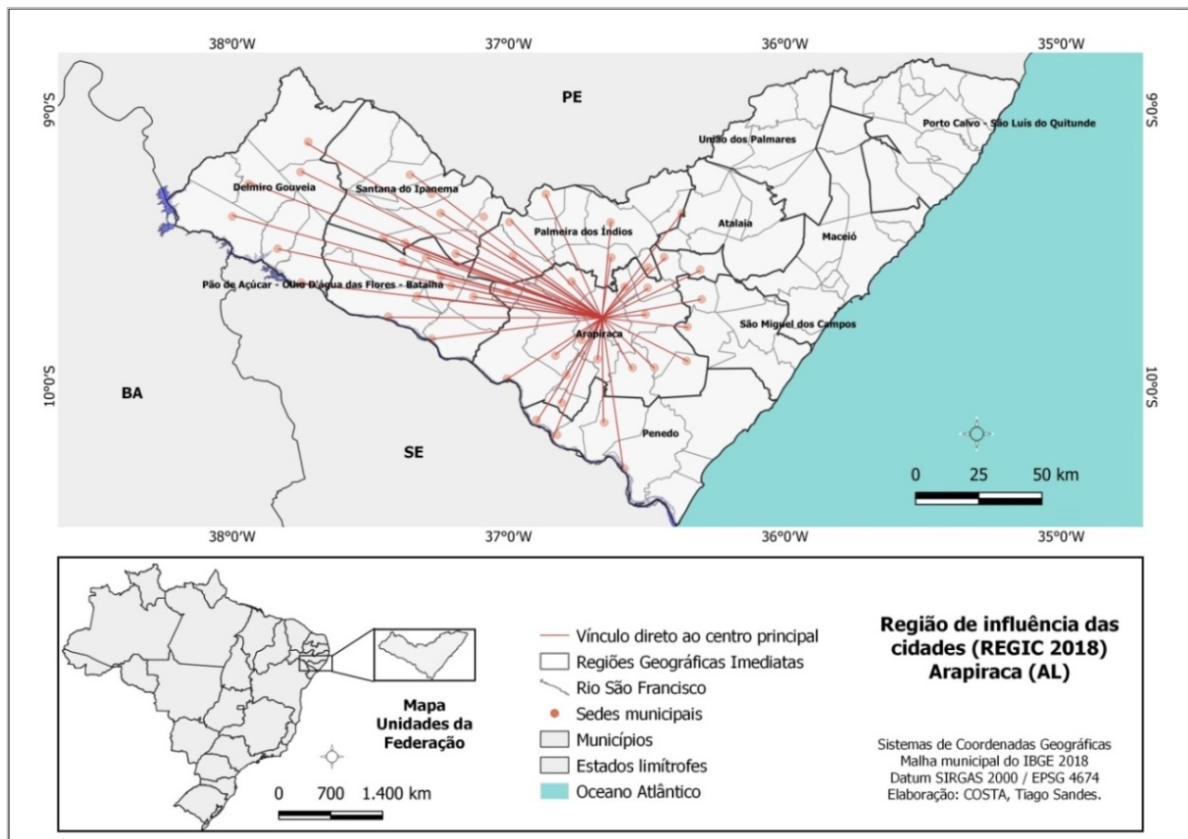
d’Água Grande, São Sebastião, Taquarana, Traipu, Palmeira dos Índios, Estrela de Alagoas, Belém, Tanque d’Arca, São Brás e Jaramataia.

de sua hinterlândia, bem como atualmente ela pode manter relações com o mundo globalizado, constituindo com este uma nova rede geográfica superposta” (Pontes, 2006, p. 334). Alvim reitera que:

As cidades estão dispostas no espaço geográfico de forma heterogênea e são lugares centrais que oferecem bens e serviços dispersos ou centrais. A oferta diferenciada de bens e serviços centrais faz com que as relações entre os centros se intensifiquem, uma vez que as pessoas nem sempre encontram tudo o que precisam onde residem (Alvim, 2009, p. 34).

Souza e Marisco (2009) enfatizam ainda que a migração pendular para o trabalho e em busca de serviços médicos e hospitalares são fatores presente na cidade de Arapiraca devido à concentração da oferta e sua complexidade. A figura 24 demonstra sua interação com as principais regiões imediatas do estado de Alagoas resguardando seu grau de importância.

Figura 24 - Mapa da Região de Influência de Arapiraca, 2018



Fonte: IBGE, 2018.
Elaborado pelo autor

Considerando os níveis de centralidade jurídica, administrativa e econômica, o IBGE (2018) classifica Arapiraca como capital regional C desempenhando um papel importante na

rede urbana nordestina enquanto centro urbano regional. A metodologia utilizada pelo Instituto também se baseia no nível de centralidade e hierarquia o que vem sendo demonstrado nas figuras anteriores. O quadro 4 traz a classificação dos centros urbanos.

Quadro 4 - Classificação dos centros urbanos

Níveis de centro urbanos	Definição
Nível 1 – Aglomerações urbanas metropolitanas	Tem um papel de primazia na rede urbana nordestina em decorrência da grande concentração populacional, da elevada participação da População Economicamente Ativa (PEA) em atividades urbanas, das elevadas densidades populacionais e do nível de centralidade máxima registrada no REGIC.
Nível 2 – Aglomerações urbanas não-metropolitanas	População do conjunto dos municípios entre 200 mil e 1 milhão de habitantes que foram agregadas em três ordens, de acordo com a participação da PEA nas atividades administrativas. No interior de cada ordem, a hierarquia obedeceu à posição que cada uma dessas aglomerações ocupa no que se refere à sua região de influência (centralidade).
Nível 3 – Centros urbanos regionais	Municípios com 50 mil a 280 mil habitantes
Nível 4 – Centros que configuram novas territorialidades	Localidades que dispõem com grande potencial de gerar novas centralidades.
Nível 5 – Demais centros urbanos	Conjunto dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, em 1991.

Fonte: Santos, 2019.

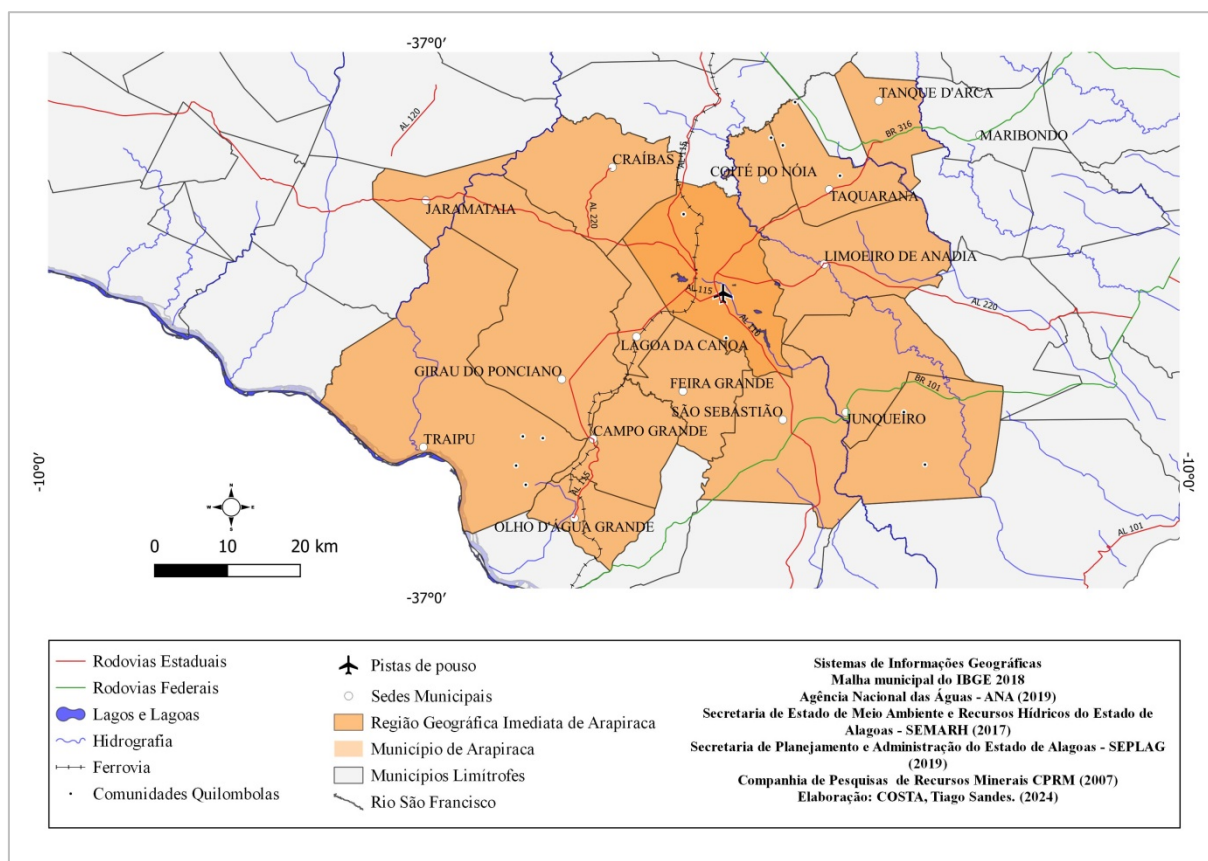
No estado de Alagoas, conforme estabelecido na REGIC (2018), fica evidente o estreitamento dos laços estabelecidos entre as diferentes cidades que compõem as diversas regiões imediatas e Arapiraca. A “Capital do Agreste” ao longo das duas últimas décadas estabeleceu um lastro no rol das cidades que se tornaram centros decisórios com elevados níveis de articulação inter e intra-setorial.

4.4 Arapiraca em sua Região Imediata

De acordo com o censo demográfico do IBGE (2022), o município alcançou uma população de 234.696 habitantes tornando-se o segundo maior contingente populacional ficando atrás apenas da capital, Maceió. Entre os municípios do interior do Estado, Arapiraca apresenta a maior economia representando mais de 7% do PIB tornando-se um polo de atração populacional em virtude do seu desenvolvimento socioeconômico impulsionado pelos investimentos em infraestrutura urbana.

Na sua região imediata de Arapiraca, a capital regional C promove um grau de integração regional com seus 16 municípios³¹, que estão subordinados hierarquicamente, mantendo a capacidade de comando da gestão do território. A figura 25 traz a localização dessa região.

Figura 25 - Mapa da Região Imediata de Arapiraca, 2018



Fonte: IBGE (2018), ANA (2019), SEMARH (2017), SEPLAG (2019) e CPRM (2007).
Elaborado pelo autor

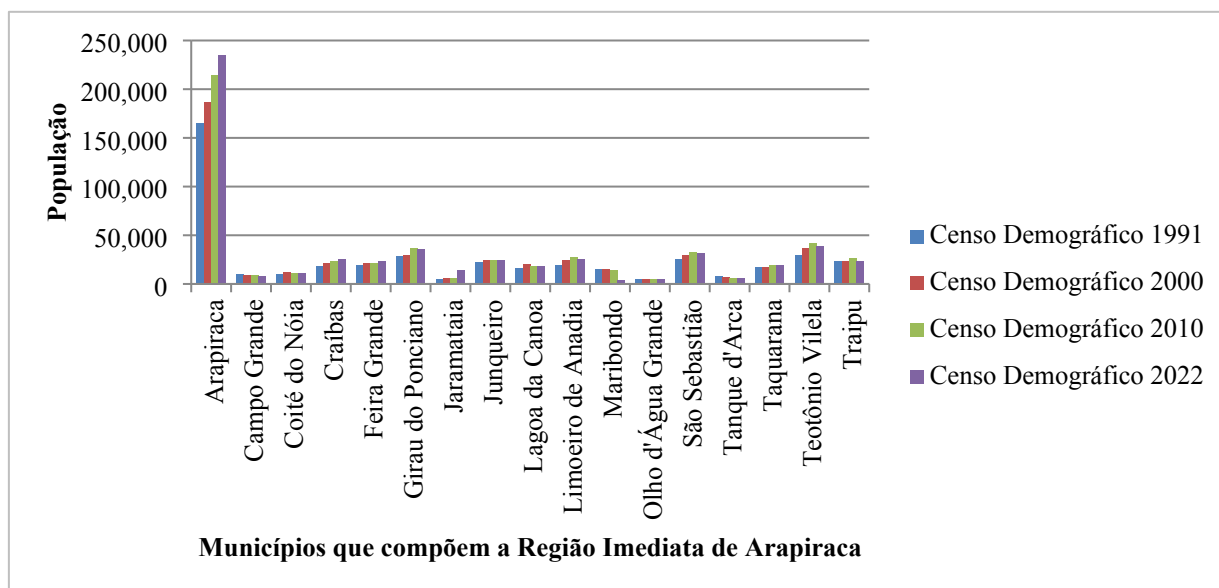
Para além dos seus limites, a mineração no município de Craíbas contribui significativamente para economia dos municípios que compõem a Região Imediata de Arapiraca (RIA) e pela ascendência do número de habitantes. Com a possibilidade de mineração de ouro em Craíbas nos próximos anos e a ascendência dos setores de comércio e serviços em Arapiraca, sua consolidação enquanto cidade central em escala intermunicipal e interestadual. Souza e Marisco veem afirmar que:

³¹ Craíbas, Traipú, Girau do Ponciano, Jaramataia, Campo Grande, Olho D'água Grande, Feira Grande, Lagoa da Canoa, São Sebastião, Teotônio Vilela, Junqueiro, Limoeiro de Anadia, Coité do Nória, São Braz, Taquarana, Tanque D'arca e Maribondo. (IBGE, 2018)

Este incremento populacional em Arapiraca nos últimos 30 anos deu-se por diversos fatores comuns a maioria das médias e grandes cidades como a migração da população das cidades vizinhas em direção à cidade-polo; fluxo diário com destino aos postos de trabalho em Arapiraca tanto no setor rural como no urbano, onde as cidades circunvizinhas, com pouca ou reduzida dinâmica econômica tornam-se cidades-dormitórios; as escolas de nível fundamental e médio bem mais estruturadas e frequência aos cursos de nível superior nas instituições públicas e privadas com sede em Arapiraca. (Souza; Marisco, 2009, p. 67).

Nas últimas décadas, os municípios que compõe a RIA vêm apresentando um crescimento populacional estável. Os últimos Censos Demográficos demonstra essa predisposição revelando que Arapiraca se encontrasse com a curva de crescimento em ascendência. Todos os fatores elencados anteriormente corroboram para essa evolução, inclusive com migração sazonal para estudos. O gráfico 5 demonstra o crescimento populacional entre 1991 e 2022.

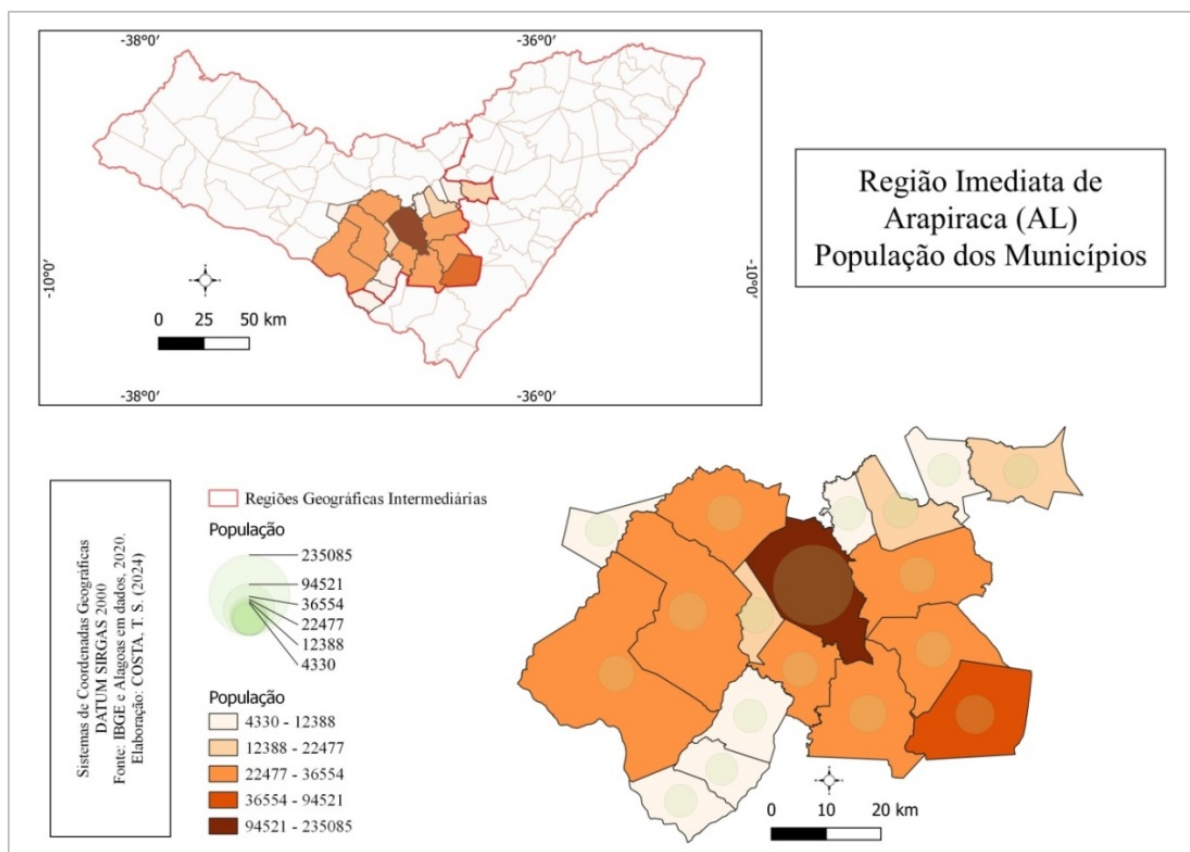
Gráfico 4 - Evolução populacional dos municípios que compõe a Região Imediata de Arapiraca (1991-2022)



Fonte: IBGE, censos demográficos.
Elaborado pelo autor

Dados demográficos publicados no censo demográfico de IBGE (2022) apontam que a Região Imediata de Arapiraca (RIA) congrega uma população de 554.936 habitantes possibilitando uma análise da hierarquia exercida pela centralidade de Arapiraca conforme explicitado na figura 26.

Figura 26 - Mapa da população da Região Imediata de Arapiraca, 2024



Fonte: IBGE, 2022.
Elaborado pelo autor

O papel exercido pela cidade de Arapiraca em suas regionalizações estabelece sua centralidade e sua importância enquanto cidade média. O potencial econômico e as especificidade geográficas tornaram-se fundamentais para gestão do território, onde a dependência com a capital do Estado diminuiria gradativamente. Esses processos refletem diretamente nas dinâmicas territoriais numa escala regional, tornando-se elementos importantes para pensar o papel das cidades na rede urbana.

Com a expansão do setor de comércio, bens e serviços, a “capital do agreste” despontou como principal indutor da economia regional, com ampliação de uma rede de transportes que ligasse as principais regiões do Estado por meio da duplicação das rodovias estaduais (AL-220 e AL-115) que liga o município de Arapiraca à Capital e ao sertão e ao Estado de Pernambuco, respectivamente. Arapiraca apresentava facilidade no que se refere à ligação entre litoral e sertão, o que contribuiu significativamente na atuação e no desempenho do seu setor econômico. (Firmino, 2016, p. 134). Essa dinâmica ainda reflete diretamente no transporte de passageiros que se deslocam diariamente para trabalharem e/ou cursarem o ensino

técnico ou ensino superior³². Nos próximos anos Arapiraca também poderá receber o primeiro aeroporto do interior de Alagoas, que possibilitará uma maior integralização com outras regiões do país viabilizando o deslocamento de passageiros e mercadorias consolidando o seu desenvolvimento.

Figura 27 - Rodovias Estaduais que ligam Arapiraca ao Sertão e ao estado de Pernambuco, 2024



Fonte: Alagoas em dados, 2024.

Os setores produtivos ligados à indústria e logística apresentam padrões diferentes, apesar de estarem na borda da cidade. Localizado entre a rodovia AL 110 e BR 101, o distrito industrial de Arapiraca está estrategicamente em uma área de fácil escoamento e acesso ao gasoduto Penedo-Arapiraca. O grupo Coringa, mais antigo, localiza-se no trevo de acesso a Batalha (AL). A ampliação de uma rede rodoviária no Estado proporcionou uma ligação mais eficaz com o interior garantindo um maior fluxo de pessoas e mercadorias e a expansão do setor industrial.

A tabela 3 apresenta os perfis municipais demonstrando uma tendência bastante heterogênea em relação a composição do PIB. Os municípios de Teotônio Vilela e São

³² Com o crescimento do ensino superior principalmente em Arapiraca, destaca-se o pioneirismo do Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC, em 2000. O Instituto de Ensino Superior Santa Cecília (IESC) compõe a natureza particular dessas duas instituições. Em 2006 tivemos a implantação do *Campus* Arapiraca da UFAL com treze cursos de graduação de natureza pública. Em 2010, o campus do IFAL inicia suas primeiras turmas. Seguido pela UNEAL, essas duas instituições protagonizaram, historicamente, a transformação da história do ensino superior na região. (Costa; Sandes; 2023. p. 2971)

Sebastião se destacam no setor agrícola devido a produção canavieira que se estende por essa região. Em limoeiro de anadia a produção de grão detém o maior valor agregado a exemplo do fumo em Girau do Ponciano e a pluralidade agrícola em Taquarana. Na composição do PIB alagoano, ressalta-se a chegada da mineração em Craíbas. Os dados apresentados apontam para um crescimento no setor industrial, apesar da maior parcela da força de trabalho ainda se concentrar no campo. Com uma consolidação no setor de serviços, Arapiraca traz um panorama bastante distinto do apresentado pelos demais municípios. Em segundo no *Ranking*, os demais setores da economia apresenta um arranjo expressivo na estrutura econômica.

Os altos investimentos a partir da pluralidade de novos empreendimentos em Arapiraca impulsionaram economicamente a sua região imediata, mais principalmente a metrópole. A tabela 3 faz ênfase à posição exercida pelas cidades que compõe a RIA trazendo dados econômicos importantes e sua posição no *ranking* estadual.

Tabela 3 - Economia dos municípios que compõe a RIA, 2021.

PIB por Município (R\$)	PIB	Ranking	Participação no PIB alagoano (%)			
			Total	Agropecuário	Indústria	Serviços
Arapiraca	5.915.938	2º	7,76	6,89	4,95	8,59
Teotônio Vilela	1.357.674	10º	1,78	4,98	0,45	1,06
São Sebastião	858.796	15º	1,13	2,82	0,21	0,82
Limoeiro de Anadia	685.127	18º	0,90	2,35	0,30	0,56
Girau do Ponciano	549.523	27º	0,72	1,31	0,14	0,71
Taquarana	510.804	29º	0,67	1,82	0,14	0,41
Craíbas	480.702	31º	0,63	0,62	1,59	0,54
Coité do Nóia	211.484	62º	0,28	0,66	0,04	0,22
Junqueiro	207.869	63º	0,27	0,23	0,06	0,38
Feira Grande	427.545	33º	0,56	1,43	0,14	0,40
Traipu	296.950	45º	0,39	0,71	0,09	0,39
Lagoa da Canoa	273.016	48º	0,36	0,67	0,12	0,34
Maribondo	187.982	70º	0,25	0,25	0,06	0,31
Campo Grande	106.114	86º	0,14	0,89	0,05	0,18
Tanque d'Arca	92.156	90º	0,12	0,24	0,02	0,12
Jaramataia	77.882	95º	0,10	0,18	0,02	0,10
Olho d'Água Grande	69.586	98º	0,09	0,14	0,02	0,10

Fonte: Alagoas em dados, 2021.

Elaborado pelo autor

Outro dado socioeconômico imprescindível para compreendermos o dinamismo dos

municípios que compõe a Região Imediata de Arapiraca e entender o padrão socioespacial que cada uma representa, está disposta na tabela 4. Com exceção de Arapiraca, Junqueiro, Teotônio Vilela e Maribondo, tendo os outros municípios que compõem a RIA concentração de atividades no setor primário. A variável “serviços” demonstra a ascendência desse setor englobando um significativo valor na conformação da ocupação.

Tabela 4 - Participação dos setores da economia do município no emprego municipal (%),
2021

Municípios	Setor primário	Extrativismo	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção	Comércio	Serviços
Arapiraca	16,9	0,05	7	1,05	7,38	24,19	38,11
Girau do Ponciano	71,2	0,09	2	0,67	1,9	5,26	17,71
Traipu	66,6	0,15	1	0,7	3,46	5,14	20,78
Jaramataia	54,4	0,5	2	0,52	5,18	7,62	28,45
Craíbas	71,8	0,94	1	0,38	2,74	4,35	17,54
Junqueiro	48,7	-	5	0,7	3,77	7,65	30,5
Coité do Nóia	66,2	-	2	0,25	5,14	6,05	17,76
Limoeiro de Anadia	62,3	-	4	0,35	2,5	9,3	19,38
São Sebastião	59,5	-	4	0,75	3,03	8,12	21,78
Taquarana	65,6	-	3	0,46	3,57	6,02	20,55
Teotônio Vilela	23,2	-	21	0,97	6,04	11,31	32,95
Lagoa da Canoa	66,8	-	4	0,22	2,47	7,19	17,33
Feira Grande	73,4	-	5	0,19	1,29	4,78	12,58
Campo Grande	67,7	-	2	1,84	4,21	8,21	14,83
Maribondo	28,9	4,69	8	0,13	4,11	17,11	34,67
Tanque D'arca	64,6	-	1	0,33	2,88	9,21	13,86
Olho D'água Grande	69	-	0	0,45	1,2	6,44	19,58

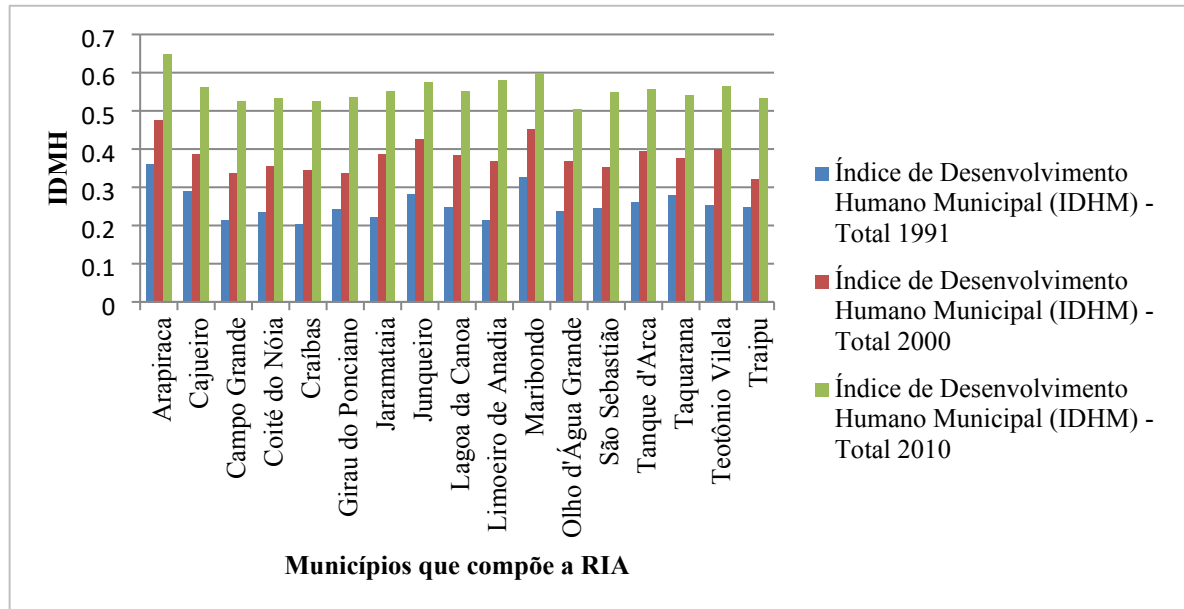
Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos
Elaborado pelo autor

Um fator preponderante ao analisarmos a RIA é a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)³³. Isso porque revela um avanço nas condições

³³ O IDHM é acompanhado por mais de 180 indicadores socioeconômicos que dão suporte à sua análise e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal. O índice é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município. O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 é a plataforma de consulta ao IDHM e os indicadores de suporte de 5.565 municípios brasileiros. (IPEA, 2024)

socioeconômicas das populações que residem nesses municípios. Globalmente, fatores como renda, longevidade e educação são analisados para compor os resultados.

Gráfico 5 - Evolução do IDHM, 1991-2010



Fonte: Censos demográficos do IBGE.
Elaborado pelo autor

Como apontado pelo IBGE, Arapiraca apresenta o melhor IDHM entre os municípios da RIA. Do censo de 1991 ao de 2010 houve um incremento elevando esse índice de 0,359 para 0,649 em praticamente 20 anos. Observa-se ainda que essa tendência se tornasse predisposta nos demais municípios, apontando para uma recomposição intermunicipal.

5 ARAPIRACA: ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO E MORFOLOGIA URBANA

A segunda metade do século XX é marcada por uma nova fase das tendências urbanas com impacto direto na vida econômica e social da cidade. Essa dinâmica de apropriação do espaço é reflexo da financeirização do solo urbano que desencadeou nos últimos anos na reestruturação socioespacial em suas diversas escalas. Alves (2011) afirma que:

As transformações advindas do progresso da ciência e da informação à luz do final do século XX e início do século XXI assinalaram profundas transformações sociais e viabilizaram a implementação da reestruturação do sistema capitalista de produção, colocando-nos desafiadoras questões sobre os processos de urbanização, reestruturação e refuncionalização das cidades, visto que as mudanças incorporadas pelo espaço geográfico consubstanciaram em maior grau de flexibilidade e complementaridade espaço-temporal (Alves, 2011, p. 172).

Conforme Soja (1993), o período pós-fordista (1970) é evidenciado pela inserção da política de acumulação capitalista frente à luta de classes no que concernem as transformações empreendidas nas cidades. Ainda segundo o autor, a reestruturação urbano-econômica tem um desdobramento de reconstrução e seguidos ensaios de reconstituição. Os processos de reestruturação socioespacial no limiar do século XXI perpassam pela importância de uma análise multiescalar. Com isso, as cidades médias tornaram-se objeto de estudo na escala intraurbana e interurbana e nos papéis desempenhados por elas em escala regional e nacional. Nesse sentido, Santos descreve que:

O processo de reestruturação traduz as profundas transformações pelas quais as cidades, bem como a vida urbana, vêm passando nas últimas décadas. São mudanças que não estão circunscritas apenas a estrutura urbana, no sentido do conteúdo e da dinâmica que (re) produz os usos do solo na cidade, mas, acima de tudo, à teia de relações tecidas no espaço, que, paulatinamente, redefine a trama cidadina (Santos, 2008, p. 5).

Fazendo referência a reestruturação, cabe ressaltar que, segundo Sposito (2007), há uma diferenciação quando tratado da reestruturação da cidade. De acordo com a autora, as funções das cidades no âmbito regional e de sua rede urbana permeiam os estudos que tratam da reestruturação urbana, enquanto os estudos sobre a reestruturação da cidade contribuem para o entendimento da morfologia urbana. Contudo, “certas dinâmicas e processos de estruturação da cidade estão diretamente relacionadas com a estruturação urbana no âmbito da rede e suas formas espaciais só podem assim ser apreendidas.” (Miyazaki, 2013, p. 23). Portanto, para compreender as modificações ocorridas no espaço urbano é necessário superar a escala da

cidade. Em muitos casos, para entender a dinâmica empreendida na esfera intraurbana, deve-se fazer um recorte espacial mais amplo.

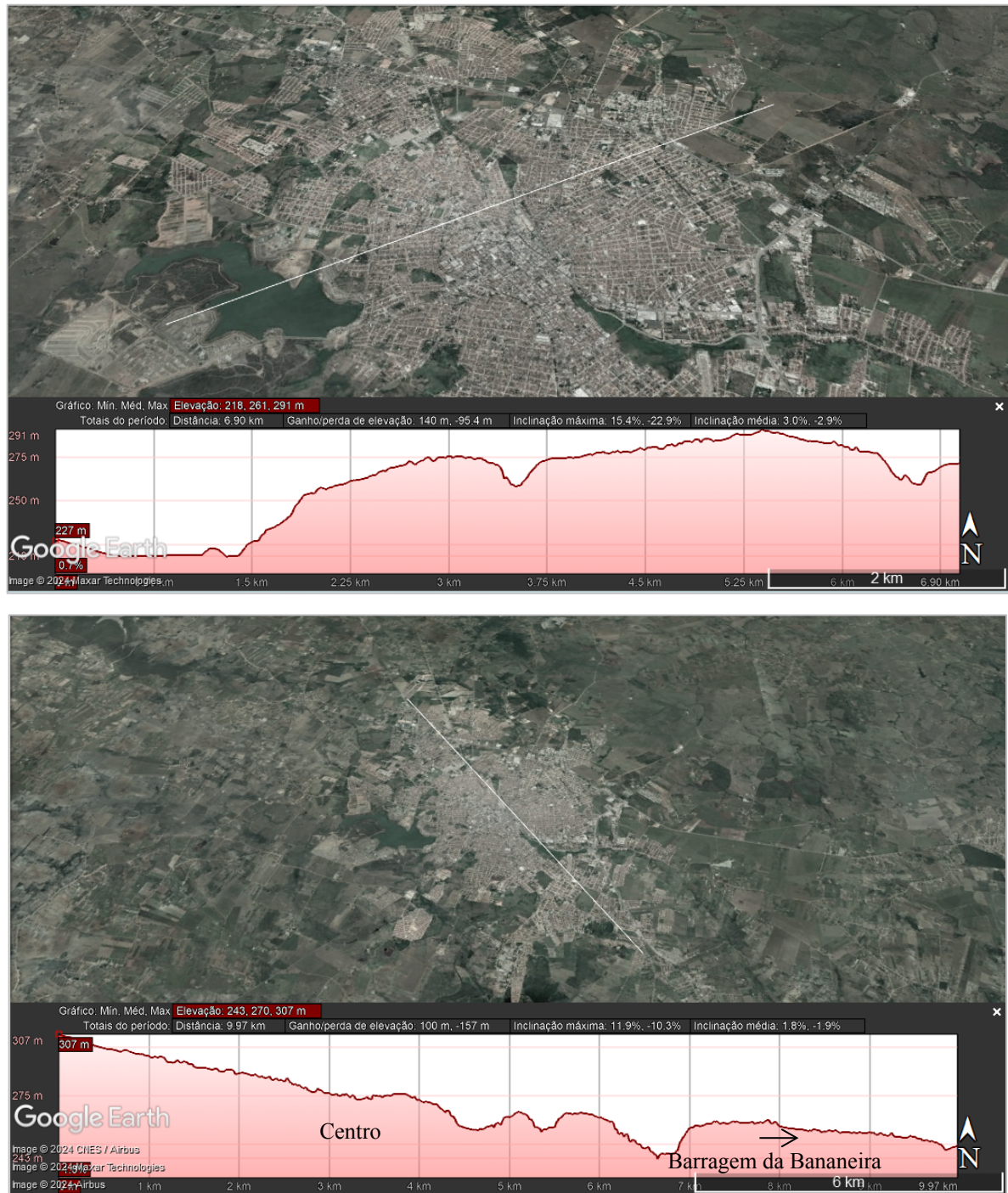
No cerne dos estudos urbanos, Sposito (2004) ressalta que ambos os processos podem ser reconhecidos no atual estágio de reestruturação que passam as cidades médias. Martins e Maia (2017), a partir de estudos de Pereira (2011), destacam que, “a recente reestruturação capitalista altera a lógica da urbanização, sendo as estratégias urbanas comandadas então pelo setor financeiro associado ao imobiliário, com novas demandas decorrentes de um novo tipo de aglomeração que se reestrutura socioespacialmente” (Martins; Maia, 2017, p. 141).

Estrategicamente, a inserção do capital imobiliário na apropriação do espaço urbano, readequando seus usos e funções, tornou-se, proeminentemente, um estágio das modificações estruturais. Carlos denota que “essas novas estratégias orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço e através dele os interesses privados dos diversos setores econômicos da sociedade que vêm no espaço à condição de realização da reprodução econômica.” (Carlos, 2015, p.17). Nessa perspectiva, é importante compreender a intensidade desses projetos imobiliários na reestruturação socioespacial e a espacialidade da segregação socioespacial imposta.

5.1 Sítio urbano

Arapiraca apresenta uma conformação hegemonicamente plana, com uma superfície capaz de congrega a expansão agrícola e industrial para as franjas da cidade. Esse perfil topográfico garante as condições necessárias para a expansão da mancha urbana de Arapiraca, caracterizada pela forte tendência de expansão imobiliária e que vem apresentando a implementação de novos equipamentos públicos e privados ampliando o perímetro urbano nas últimas décadas. Ao utilizar imagens do *Google Earth* na análise de como o relevo está disposto na cidade de Arapiraca, é possível notar a tendência da ocupação do solo urbano. A figura 28 demonstra o sítio urbano de Arapiraca evidenciando um recorte espacial capaz de identificar essa predisposição.

Figura 28 - Perfil topográfica do sítio urbano de Arapiraca (AL), 2025



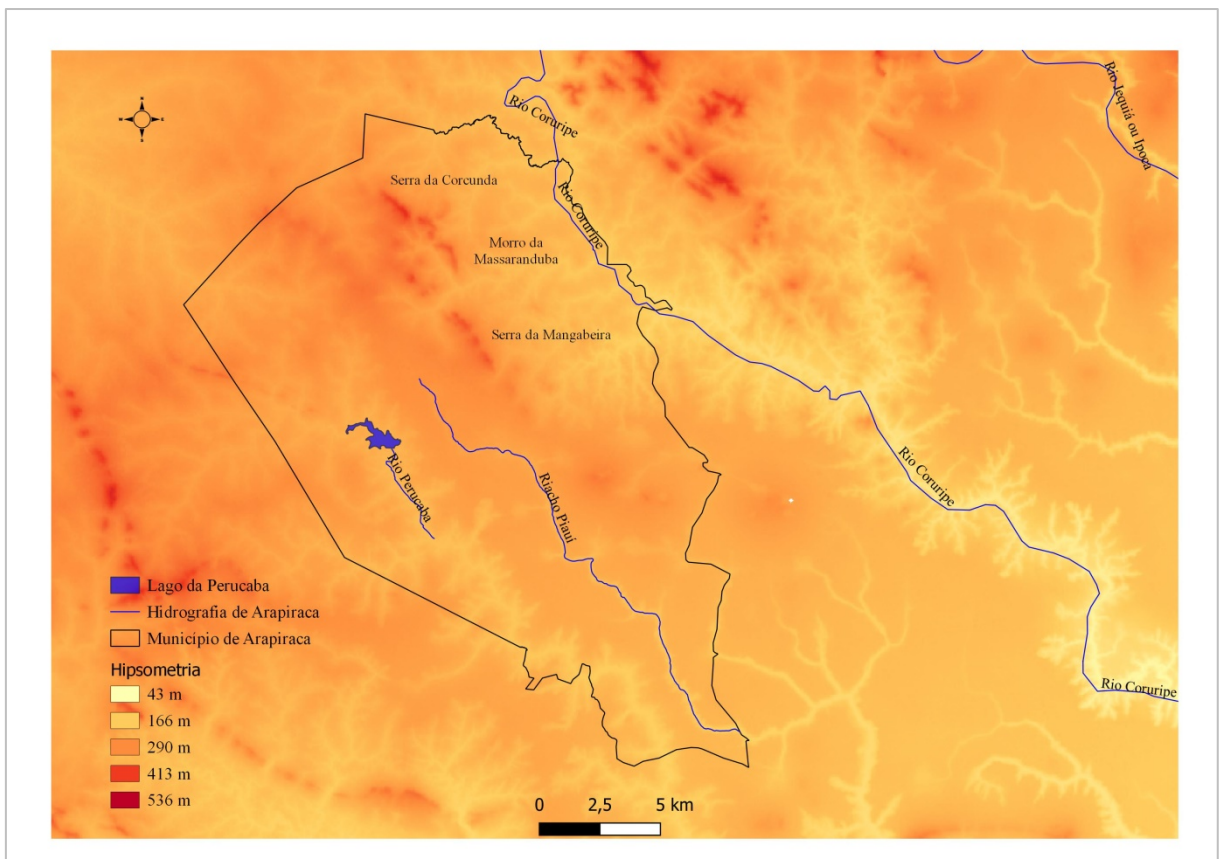
Fonte: Google Earth, 2024.

Elaborado pelo autor

Em contraponto ao sítio urbano de Arapiraca, outros municípios, a exemplo de Palmeira dos Índios, apresentam-se cercados por um relevo elevado e acidentado não apresentando as mesmas condições geomorfológicas para o espraiamento do tecido urbano. Nessa perspectiva, a disposição do relevo de Arapiraca tornou-se um condicionante para

expansão territorial da cidade, revitalizando e renovando a produção do espaço. Reis Filho (1968, p.124), afirma que “o relevo, sobretudo, irá influir sobre a aparência do conjunto e dos edifícios e sobre o traçado da cidade”. A figura 29 traz a hipsometria de Arapiraca e do seu entorno, que se caracteriza pela presença de serras e morro apresentando uma homogeneidade topográfica.

Figura 29 - Mapa hipsométrico do entorno do município de Arapiraca, 2024



Fonte: IBGE.
Imagem: SRTM/NASA
Elaborado pelo autor

A hipsometria de Arapiraca permite evidenciar a predominância de um relevo hegemonicamente abaixo dos 300 m de altitude, com algumas raríssimas exceções. Lima (1965), afirma que Arapiraca está assentada no pediplano sertanejo com serras residuais que integram as altitudes mais elevadas, a exemplo da serra da Corcunda (400 m), morro da Massaranduba (376 m) e serra da Mangabeira (299 m). Essa conformação se estende ao sertão de Alagoas com algumas exceções presentes no alto sertão, a exemplo da cidade de Água Branca que está a 570 m de Altitude (IBGE, 2022).

5.2 Pensar a cidade: a gestão urbana de Arapiraca

A inexistência de legislação que se estendeu até a era Vargas, evidenciou a urgente necessidade de criar mecanismos legais que acompanhassem o crescimento das cidades frente à industrialização na segunda metade do século XXI. A Política de Desenvolvimento Urbano no final dos anos de 1970 evidenciou a coesão entre industrialização, planejamento e uso e ocupação do solo, enquanto política de desenvolvimento urbano. Arapiraca, assim como as demais cidades brasileiras, deve seguir a legislação federal e estadual.

No âmbito da política urbana, pode-se afirmar que muitas mudanças vieram após a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto das Cidades de 2001. Somente após esse período, os municípios brasileiros tomam maior protagonismo para lidar com seu território assumindo responsabilidade legal. A Constituinte institucionalizou uma política urbana proeminentemente capaz de mitigar a falta de ações governamentais para organização do território. Brandão afirma que:

A experiência normativa brasileira desde as primeiras décadas do século XX mostra a existência de leis para tratar das questões urbanas, refletindo a necessidade de organizar o uso do espaço urbano e as relações jurídicas dele decorrentes. É exemplo desta assertiva as leis editadas no governo de Getúlio Vargas já na década de 1930, a política habitacional desenvolvida nas décadas de 40 e 50, e, posteriormente, a Política de Desenvolvimento Urbano, pensada originariamente durante a ditadura militar, além da lei do parcelamento do solo, estes últimos na década de 1970. (Brandão, 2018, p. 12).

A juricidade e o aspecto legal que a lei permite, são condicionantes e cada esfera governamental. Atualmente, legislação federal regulamenta cada modalidade, legalizando a permissividade de acesso e convivência. O quadro 5 traz essa conformidade estabelecendo o tipo de empreendimento, a Lei e sua definição.

Quadro 5 - Legislação Federal

Empreendimento	Lei Federal	Definição
Condomínio em edificação	nº 4.591 de 1964	Edificadas unidades autônomas, o proprietário de cada unidade autônoma é coproprietário das áreas comuns. Condomínios são fechados, no seu interior não há ruas, apenas vias de circulação e áreas comuns restritas aos condôminos. A cada unidade caberá uma fração ideal do terreno e coisas comuns. A manutenção e melhoria do empreendimento se dão pela pessoa jurídica que administra o condomínio

Loteamento segundo lei de parcelamento do solo	nº 6.766 de 1979	Subdivisão de gleba em lotes, os proprietários são donos apenas de seu terreno e moradia, sendo os espaços comuns de propriedade do município (ruas, área verde, equipamentos comunitários). As áreas públicas devem ser de uso coletivo, sem restrição de acesso. Loteamento aberto
Alteração da lei de parcelamento do solo	nº 9.785 de 1999	As áreas públicas (vias, equipamento urbano e comunitário, espaços livres) são definidas em lei municipal específica de acordo com zonas estabelecidas pelo plano diretor. 1- As áreas públicas internas ao loteamento podem ser cedidas ao particular e assim privatizadas e 2- O loteador pode ceder ao município terreno destinado ao uso público fora do loteamento, em troca de fechar as áreas comuns dentro do loteamento.
Condomínio de lotes	nº 13.465 de 2017	Divisão em lotes que são propriedade exclusiva e partes que são propriedade comum dos condôminos. As vias internas são privadas. A fração ideal de cada condômino poderá ser proporcional à área de cada lote, ao respectivo potencial construtivo ou a outros critérios indicados no ato de instituição. Condomínios são fechados
Loteamento de acesso controlado	nº 13.465/2017	Uma modalidade de loteamento na qual resultam lotes sob a forma de imóveis autônomos. O controle de acesso será regulamentado por ato do poder público Municipal, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Os artigos 182 e 183 da Constituição Federal definem o papel a ser desempenhado na política urbana por cada esfera administrativa, e coube ao município dar conta de seu território definindo diretrizes para organização do espaço urbano propiciando que as funções sociais da cidade sejam efetivas.

Instituído pelo governo federal através da lei nº 10.257/2001, o Estatuto das Cidades estabelece parâmetros para que as cidades brasileiras possam legislar sobre planejamento urbano. Dentre as políticas instituídas, tem-se a criação do imposto sobre a propriedade territorial urbana (IPTU), a desapropriação (enquanto sanção), as edificações compulsórias (cita proprietários de solo urbano onde não há área construída), o usucapião enquanto ferramenta de legalização da propriedade e o plano diretor (obrigatório para municípios com mais de 20.000 habitantes). De acordo com Rodrigues:

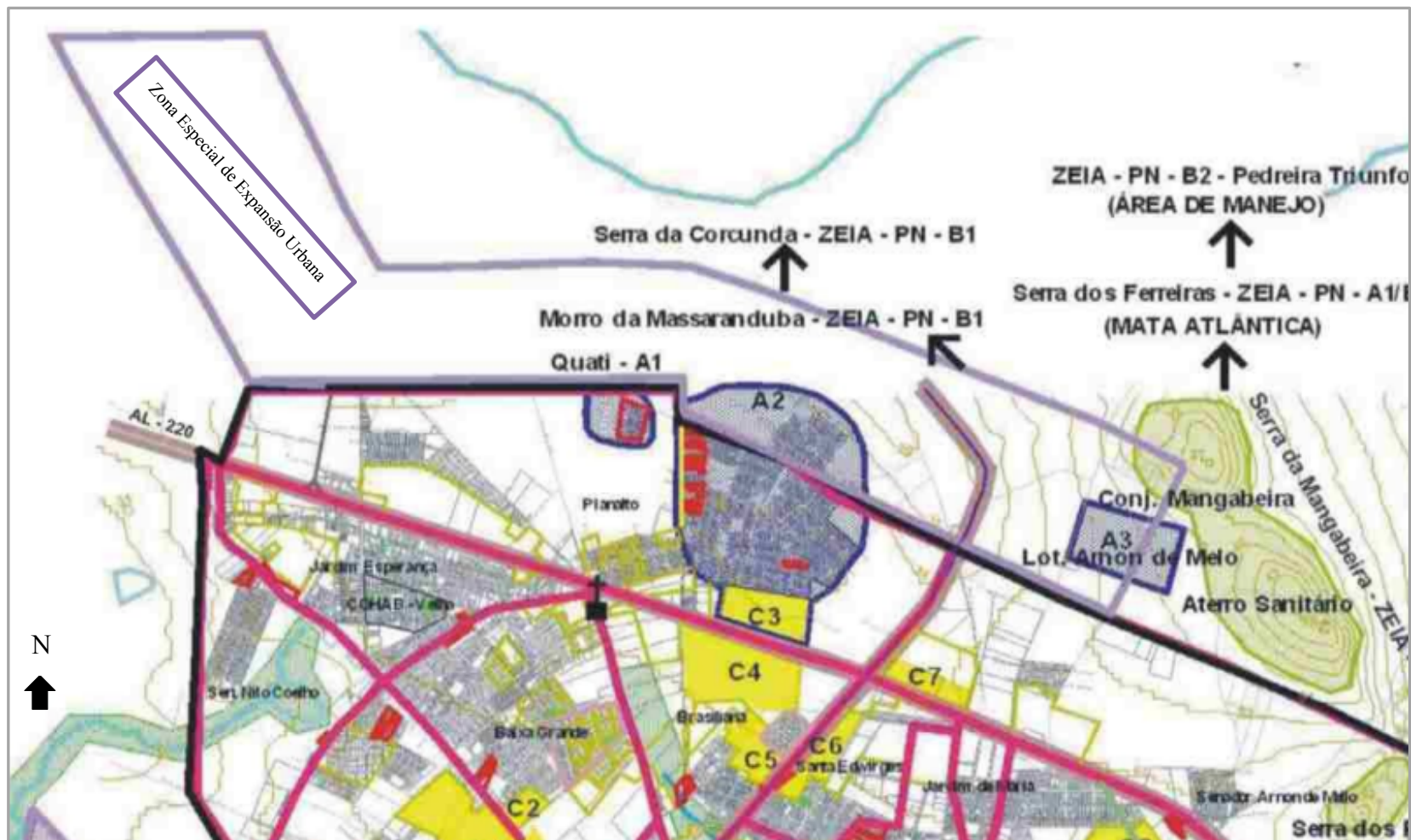
A aplicação da função social da cidade e da propriedade passa a ser obrigatória com a promulgação da Lei 10.257/01 (Estatuto da Cidade) que segue as normas constitucionais e reafirma a aplicabilidade de seus instrumentos no Plano Diretor. As “topias”, ou seja, as normas são resguardadas com a definição de que o executivo municipal é o responsável pela elaboração do Plano Diretor, pelo planejamento territorial. Vários municípios elaboraram planos diretores tentando contemplar princípios para o exercício da função social da cidade e da propriedade e participação social. Vitoriosos ou não, mostram um processo de ampliação da esfera governamental para a esfera pública (Rodrigues, 2007, p. 83).

Neste contexto, em Arapiraca é publicado o Código de obras e edificações (2001), que entra em vigor em 1º de Abril de 2002, como instrumento pelo qual o município regulamentou as edificações presentes em loteamentos. Anos depois, em 2006, foi elaborado e aprovado seu primeiro Plano Diretor, assegurando assim o direito de participação da sociedade civil através do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão³⁴ e do Conselho da cidade, democratizando a discussão sobre o planejamento urbano.

Tendo como ponto de partida do macrozoneamento do município, Arapiraca coloca em prática todo um planejamento que garantiria em médio prazo um desenvolvimento que a colocaria entre uma das maiores economias do Nordeste. Com a aprovação do Plano Diretor, foi criada a Zona Especial de Expansão Urbana (ZEEU) que reuniu características capazes de defini-la como principal condutor da expansão e consolidação urbana conforme demonstrado na figura 30.

³⁴ Dentre suas finalidades estavam: criar canais de participação da sociedade na gestão, garantir eficiência e eficácia à gestão e instituir um processo permanente e sistematizado de atualização e revisão do Plano Diretor. (Brandão, 2018)

Figura 30 - Zona Especial de Expansão Urbana de Arapiraca, 2006



Fonte: Plano Diretor de Arapiraca, (2006)

Com o Plano Diretor, a Zona de Recuperação Urbana³⁵ (macrozona urbana) e a Zona Mangabeiras³⁶ (macrozona rural), ganharam notoriedade graças à regulamentação do parcelamento do solo (Lei nº 2770/2011), que possibilitou a ocupação do solo e a construção dos primeiros loteamentos que, entre os anos de 2006 e 2012, foram aprovados pela prefeitura. O quadro 6 apresenta os atributos jurídicos que os normatizam.

Quadro 6 - Legislação vigente que trata dos espaços residenciais fechados em Arapiraca

Legislação	Princípios gerais	Versa sobre
Código de obras e edificações – Lei nº 2.220/2001	Apresenta condições mínimas para a construção, segurança, conforto e salubridade de edificações de diversos usos.	Exigências mínimas para construções de residências inseridas em loteamentos.
Plano Diretor – Lei nº 2.424/2006	Documento que orienta o uso e ocupação do solo na cidade, com demarcação de zonas com exigências específicas.	Criação da Zona Especial de Expansão Urbana para a implantação de novos loteamentos.
Condomínio de Lotes – Lei nº 2.895/2013	Autoriza o município a aprovar projetos de condomínios de lotes.	Definição do condomínio residencial horizontal de lotes, dimensionamento mínimo dos lotes, infraestrutura básica necessária, os trâmites necessários para a aprovação.
Parcelamento do solo – 2011 Alterada na lei 3.123/2015 Alterada na lei 3.238/2016	Consta de diretrizes para a concentração equilibrada de pessoas e atividades no município visando seu desenvolvimento.	Dimensionamento mínimo dos lotes, infraestrutura básica necessária, os trâmites necessários para a aprovação do loteamento.

Fonte: Prefeitura Municipal de Arapiraca, 2024.

A primeira década do século XX marca o período de investimentos em espaços residenciais no agreste alagoano. O primeiro grande empreendimento imobiliário em Arapiraca

³⁵ Promover a regularização fundiária através de parcerias entre a Prefeitura e o Registro Imobiliário. (Plano Diretor, 2006)

³⁶ Disciplina a pressão imobiliária na direção da Sementeira, Quati e Olho D'Água. (Plano Diretor, 2006)

surge em 2007³⁷, o condomínio Ouro Verde. Localizado as margens da AL-220, esse espaço residencial fechado tornou-se referência no novo modo de vida da classe média alta. A figura 31 traz a imagem frontal desse espaço residencial.

Figura 31 - Condomínio Ouro Verde em Arapiraca (AL), 2022



Fonte: Ouro Verde construtora, 2024

Essa tendência atraiu novos empreendimentos imobiliários (hotéis, postos de combustíveis, atacadistas, concessionárias e equipamentos públicos) valorizando a área e, por conseguinte, possibilitando a implementação de projetos residenciais que vêm ampliando investimentos em diversas zonas do município. O Quadro 7 traz os loteamentos regulamentado pelo poder público municipal.

³⁷ Os loteamentos implantados do ano de 2007 até 2010 seguiam unicamente a lei federal nº 6766/1979 e sua alteração na lei 9.785 de 1999, a partir de 2011 passaram a obedecer também à lei municipal. A legislação de parcelamento do solo de Arapiraca (2011) considera a demarcação do perímetro urbano de 2006 para compor suas exigências, o perímetro urbano válido atualmente é o aprovado em 2016. Logo, a lei necessita de uma atualização para que as exigências levem em consideração a última ampliação do perímetro urbano. (Barros, 2022, p. 79).

Quadro 7 – ERF e loteamentos com alvará de funcionamento em Arapiraca (AL),
2005 a 2023

Residenciais	Proprietário	Número de lotes
Residencial do Agreste	Contrato construções e avaliações LTDA	999
Reserva da Perucaba	Urbis Perucaba empreendimentos spe ltda	207
Luar de Arapiraca	Colapiraca Empreendimentos Imobiliários LTDA	956
Vale do Sol I	Incorporadora Alamedas LTDA	142
José Ernesto	Lessa e Gomes incorporações imobiliárias LTDA	153
Acadêmico	Rita de Cássia de Oliveira Melo	182
Riviera do Lago	Incorporadora Parque das águas Ltda	502
Arthur Breno	Edvan Soares de Oliveira	22
Ponta Verde	José Nunes Ferro	265
Vale do Perucaba	Fundo de arrendamento residencial - far	999
Novo Jardim	Sociedade Empresaria Novo Jardim Empreendimentos LTDA epp	100
Locatelli	Incorporadora Alamedas LTDA	214
Paraiso do Cavaco	Paula Daniela Firmino dos Santos	75
Maria De Lourdes Ventura	Antonio Ventura Sobrinho	112
Brisa do Lago II	Alai Rocha Brito e Outro	500
Brisa do Lago III	Maria José Rocha Brito	133
Vânia Pereira	João Alves da Silva	119
Dona Neuza	José Junior Lopes	145
Maçaranduba	Engenharq Ltda	502
Empresarial Zona Sul	Incorporadora Parque das Águas Ltda	92
Brisa do Lago I	Eláidio Rocha Brito	500
Mandacarú	Empresa Engenarq	500
Brisa do Lago IV	Maria José Rocha Brito	805

Brilho do Ouro	Marcio Marques de Souza	54
Cerejeira	Construtora Massaranduba Ltda	491
Lagos do Sul	Merconplas Incorporadora Ltda	487
Santa Rosa 2	Priscilla Duarte Costa Silva	60
São Jorge II	Eraldo Bizerra da Silva	27
Deus é Amor	Pereira E Alves Empreendimento Imobiliário Ltda	13
Colibri	Construtora Massaranduba Ltda	232
Eldorado	Eldorado Empreendimentos Imobiliários Ltda	101
Residencial Morumbi	Incorporadora Alamedas Ltda	17
Residencial Jequitibá	Construtora Massaranduba Ltda	443
Morada do Planalto	Solo Incorporações Ltda	99
Casa Forte	Incorporadora Casa Forte Ltda	333
João Lopes	Odaizo Barbosa Lopes e Cia Ltda	495
Santa Mônica	Linear Incorporadora Ltda	149
Jardim Planalto	Projecom Projetos E Engenharia de Construções Ltda	60
Loteamento Pedra Azul	José Ailton do Nascimento	230
Letícia Josefa Pereira	Argemiro Pedro da Silva	39
Novo Planalto	Engecon Construções E Incorporações Ltda	36
Bem Viver	Socipar - Construir Construção Incorporação Ltda	625
Santa Lúcia	Incorporadora e Imobiliária Linear Ltda	228
Eloisio Lopes	Slc 01 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	82
Jacarandá	Odaizo Barbosa Lopes	461
Maria de Lourdes	Incorporadora Casa Forte Ltda	309
Jardim de Maria	Antonio Fernando Nobre	25
Portal do Sol	Construir Construção E Incorporação Ltda	36
Parque dos Pássaros	Nicodemos Barbosa	91

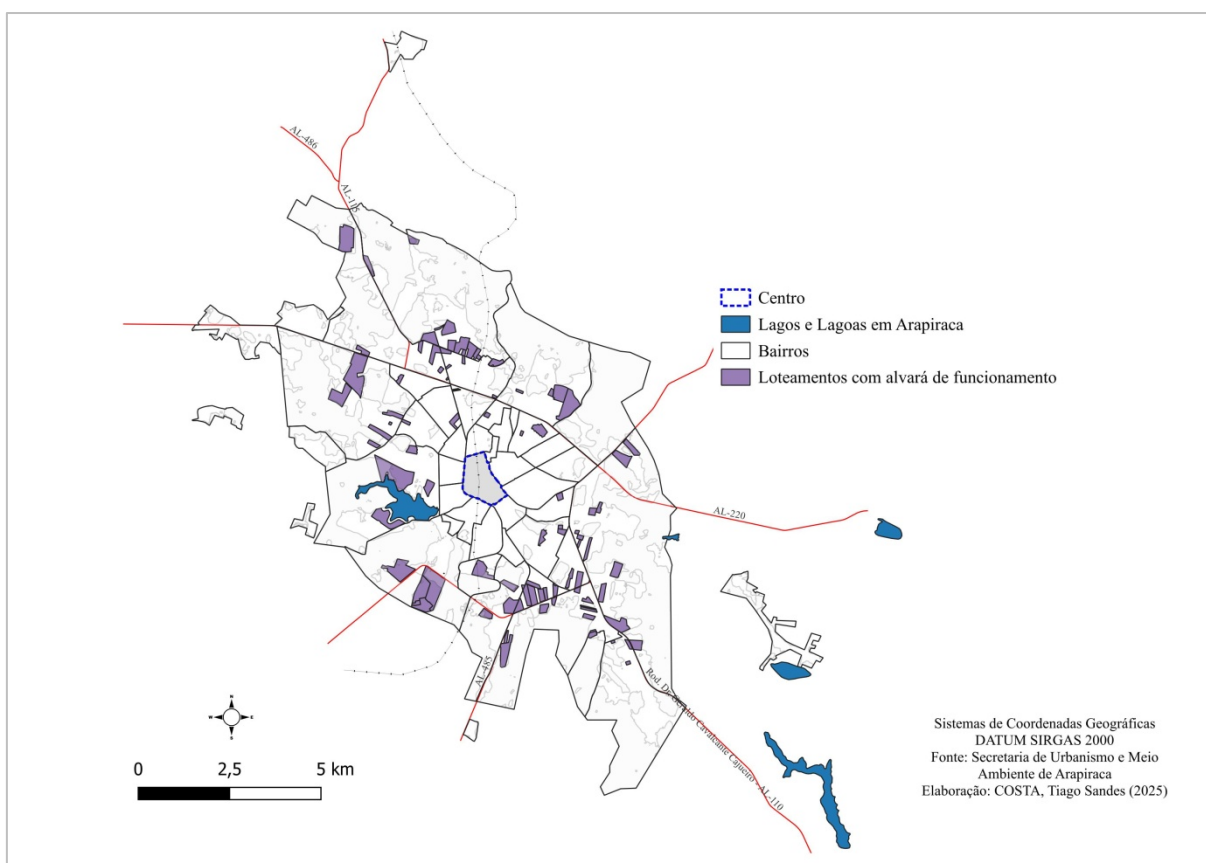
Rosa Amélia 02	Antonio Nunes Barboza	189
Rosa Amélia 01	Nicodemos Barbosa	254
Portal do Agreste	Antonio Bernardino Sobrinho	189
Nossa Senhora Das Graças	DI Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	202
Adalberto Rocha II	Ldb Incorporadora Ltda	218
Paraíso	José Melquíades Filho	148
Parc Ville	Construtora Marinho e Empreendimentos Spe Ltda	74
Adalberto Rocha	Rocha Empreendimentos Ltda	99
Residencial Morada do Sol	Geraldo Correia da Silva	61
Trindade	Construtora e Incorporadora Imburana Ltda-Epp	139
Mangabeira 2	Elineuza Barbosa Leite Menezes – Me	94
Alto Jardim	Construtora E Imobiliária Ouro Verde Ltda	520
Ares da Serra	Antonio Fernando Nobre	771
Residencial Elisio Nunes	Tarcizio Aureliano Nunes	43
Tropical	Reginaldo Ferreira Inácio da Silva	63
Porto Belo	Antonio Rodrigues	155
Dona Carmélia	Engenharq Ltda	73
Bandeirante II	Ivanildo Nunes Ferro	34
Bandeirante	Diorgenes Da Silva Ferro	74
Barros & Lessa	José Jaldemir Barros	43
Morada Nova	Sandro Lourenço da Silva	51
Belo Jardim	Empresa Engenarq	265
Vale Dourado	Zinete Barbosa dos Santos	105
Gama Lima	Maria Aparecida Cavalcante Dos Santos	88
Santa Sophia	Terraço Engenharia E Incorporações Ltda	97
Cidade Sorriso	Givan Ferreira de Albuquerque	181

Casa Bella	Incorporadora Alamedas Ltda	137
Recanto Da Boa Vista	José Luiz Lopes de Oliveira	126
Center Park	José Tenório de Menezes Júnior	74
Jardim das Oliveiras	Rosevaldo Oliveira Silva	119
Bela Morada	Maria dos Santos Silva	414
Bom Pastor	Rme Construtora Ltda	34
Monte Sinai	Jd Construtora Ltda	217
Nossa Senhora do Socorro	Novo Jardim Empreendimentos Ltda	50
San Lorenzo	Elineuza Barbosa Leite Menezes	299
São Luiz III	São Luiz Incorporação E Empreendimentos Imobiliários Ltda	78
Altaville Residence	Solo Incorporações Ltda	170
Ares do Prado	Maria das Dores de Almeida	197
Luar de Arapiraca II	Colarapiraca II Empreendimentos Imobiliarios Ltda	414
Condomínio Bela Morada	Maria dos Santos Silva	59
Residencial Villa de La Roche	De La Roche Empreendimento Ltda	480 ap.
Residencial Espace	Construtora Ouro Verde	175
Condomínio Araville Alfa	Maceio Invest Consultoria e Construção Ltda	380
Condomínio Vale Real	Vale Real Empreendimento Imobiliário Ltda	106
Condomínio Helena Rosa Residence	Marcelino Imóveis	414

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2024.

Apesar de regulamentados, esses projetos imobiliários não estão regularizados enquanto espaços residenciais fechados. Visto os aspectos legais serem regidos pela lei nº 2.995 de 2013, o crescimento do modelo de moradia na última década se deu de forma acelerada inviabilizando sua formalização junto à administração pública municipal. A figura 32 mostra a espacialização desses espaços residenciais.

Figura 32 - ERF e loteamentos com alvará de funcionamento em Arapiraca (AL), 2005 a 2025



Fonte: Dados da pesquisa
Elaboração do autor

Esses residenciais se estabelecem em duas áreas principais que foram delimitadas a partir das Zonas de Recuperação Urbana e Mangabeiras, situadas na macrozona urbana e rural do município de Arapiraca, sendo compostas pelos bairros: Massaranduba, Planalto, Brasiliana, Capiatã, Senador Arnom de Melo, Santa Edwirgens, Senador Teotônio Vilela, Alto do Cruzeiro, Brasília, Itapoã, Novo Horizonte, Jardim de Maria, Santa esmeralda e Caititus.

A segunda área é a Zona de Ocupação Dirigida (ZOD)³⁸, localizada as margens do Lago da Perucaba, na qual se insere o patrimônio natural, tem característica de ocupação distinta das demais áreas por caracteriza-se de elementos geológicos, hídricos e arqueológicos que requerem fiscalização. Esse espaço também se apresenta como tendência da expansão urbana de Arapiraca com a presença de um Bairro Planejado. Composta pelos Bairros Senador Arnon de Melo, Senador Nilo Coelho, Zélia Barbosa Rocha e Olho d'água dos Cazuzinhas essa zona ocupa uma área importante da cidade e se tornou valorizada após a revitalização e urbanização do Lago da Perucaba onde também se localiza o Planetário. Nos últimos anos, essa localidade tornou-se bastante valorizada condicionando-a a especulação imobiliária com o lançamento de espaços de médio e alto padrão³⁹, a exemplo dos Jardins Perucaba I e II e do Reserva Perucaba, que constituem o primeiro bairro planejado de Arapiraca conforme figuras 33, 34, 35, 36 e 37.

Figura 33 - Vista do Perucaba Bairro Planejado, Arapiraca 2024



Fonte: Jardins Perucaba empreendimentos, 2024

³⁸ Predominância do uso residencial Ocorrência de uso agrícola; Ocupação rarefeita; Vazios na zona de expansão. (Plano Diretor de Arapiraca, 2006)

³⁹ Duas alterações foram identificadas na lei de parcelamento do solo de Arapiraca, a primeira alteração consta na lei 3.123/2015 que apresenta exigências para dimensões mínimas dos lotes de acordo com o perfil do loteamento. (Barros, 2022, p. 79).

Figura 34 - Jardins Perucaba I, 2024



Fonte: Jardins Perucaba empreendimentos, 2024

Figura 35 - Jardins Perucaba II, 2024



Fonte: Jardins Perucaba empreendimentos, 2024

Figura 36 - Reserva Perucaba, 2024



Fonte: Jardins Perucaba empreendimentos, 2024

Figura 37 - Planetário de Arapiraca, 2022

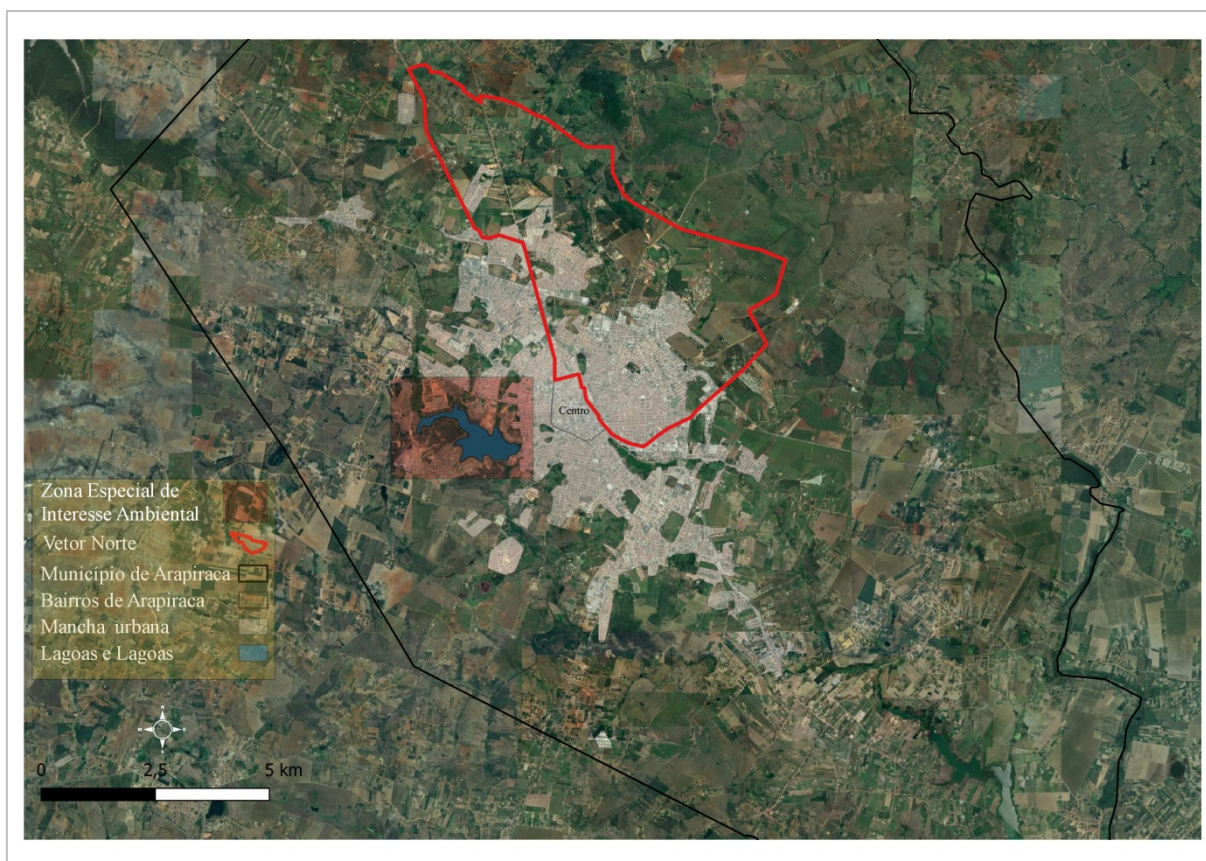


Fonte: Prefeitura Municipal de Arapiraca, 2022

Essa nova tipologia avança no vetor oeste da cidade tendo como princípio o Lago da Perucaba, perfazendo novos padrões de ocupação por parte da classe média e classe média alta. A infraestrutura apresentada torna-se atrativa para investimentos em habitação, tendo como

condicionante a localização e a mobilidade. A figura 38 mostra as áreas dos vetores em expansão.

Figura 38 - Município de Arapiraca e localização dos vetores em expansão, 2025



Fonte: Dados da pesquisa (2024)
Elaborado pelo autor

O expressivo crescimento no setor de serviços especializados em Arapiraca vem crescendo desde 2010, com a consolidação do ensino superior e a instituição de empreendimentos em diversos setores da economia, condicionou a gestão estadual a repensar o fluxo em algumas rodovias do agreste alagoano tendo como pressupostos os eixos de crescimento em Arapiraca. Com a presença de equipamentos de saúde na AL-220, onde sua duplicação foi inaugurada em Julho de 2024, o governo do Estado vem investindo em mobilidade a exemplo também do andamento da duplicação da rodovia AL-115, que liga Arapiraca a Palmeira dos Índios, onde se situa o campus da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que vem possibilitando maior fluidez e influenciando a ocupação dessas áreas. A figura 38 traz a posição de um dos complexos hospitalares mais importantes de Arapiraca, enquanto a figura 39 indica a localização da UFAL, campus Arapiraca.

Figura 39 - Complexo hospitalar Manoel André na AL-220, 2025



Fonte: *Google Earth*, 2024.

Figura 40 - Rodovia AL-115 onde se localiza o Campus da Universidade Federal de Alagoas, 2025

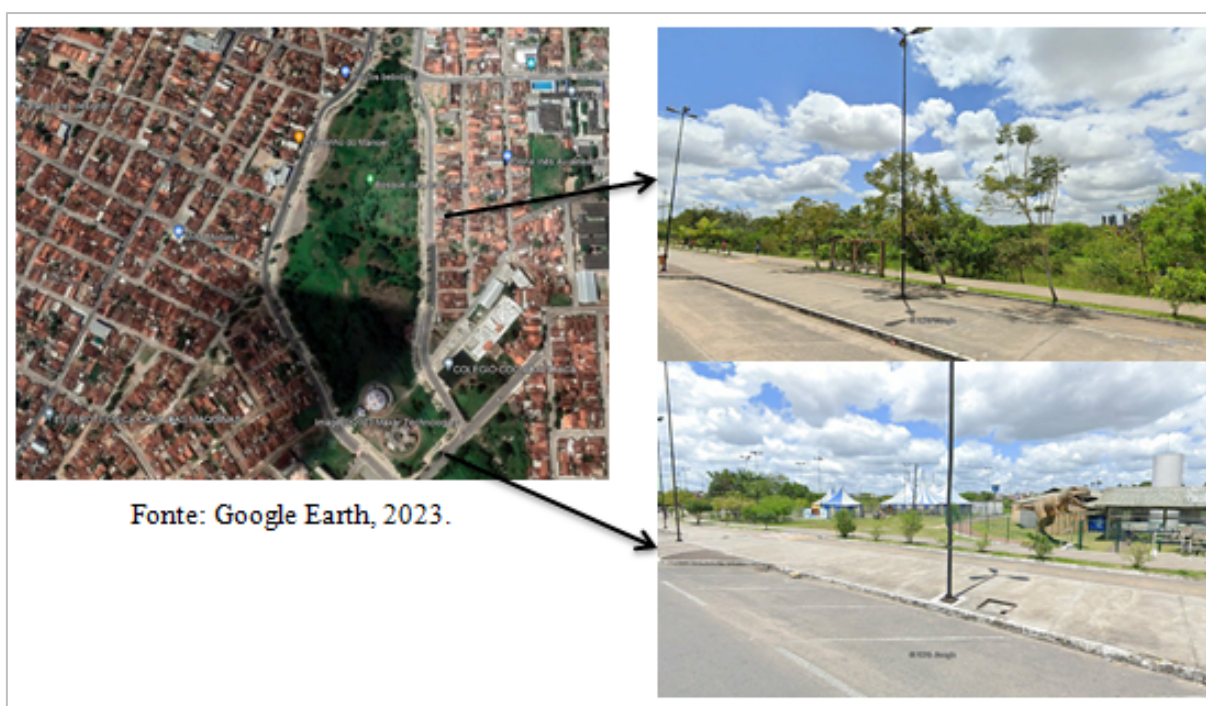


Fonte: *Google Earth*, 2024

Inaugurada em 2011 e resguardada por instrumentos jurídicos-urbanísticos, o Bosque

das Arapiracas representa um dos maiores processos de gentrificação⁴⁰ da história de Arapiraca. Moradores da antiga favela do Caboge e da Quiçassa foram desapropriados e expropriados do direito ao centro, sendo alocados no conjunto Jardim das Paineiras⁴¹. Atualmente, o bosque tornou-se um local de lazer da classe média. A figura 41 retrata o local após a reurbanização da área.

Figura 41 - Bosque das Arapiracas, 2023



Elaboração: Autor, 2023

Essas famílias foram transferidas para residências de programas habitacionais definidas no Plano Diretor (2006), denominadas Zonas Especiais de Interesse Social níveis B e C⁴². Essas áreas se encontram em sua maioria às margens da AL-220, constituídas pelos seguintes bairros: ZEIS B - Zélia Barbosa Rocha (Poço Frio); ZEIS C – Planalto, Cavaco, Senador Arnon de Mello, Baixa Grande, Brasiliana, Santa Edwirges, Santa Esmeralda e São Luiz. Evidentemente, o poder público dirigiu a ocupação dessas localidades por serem vazios

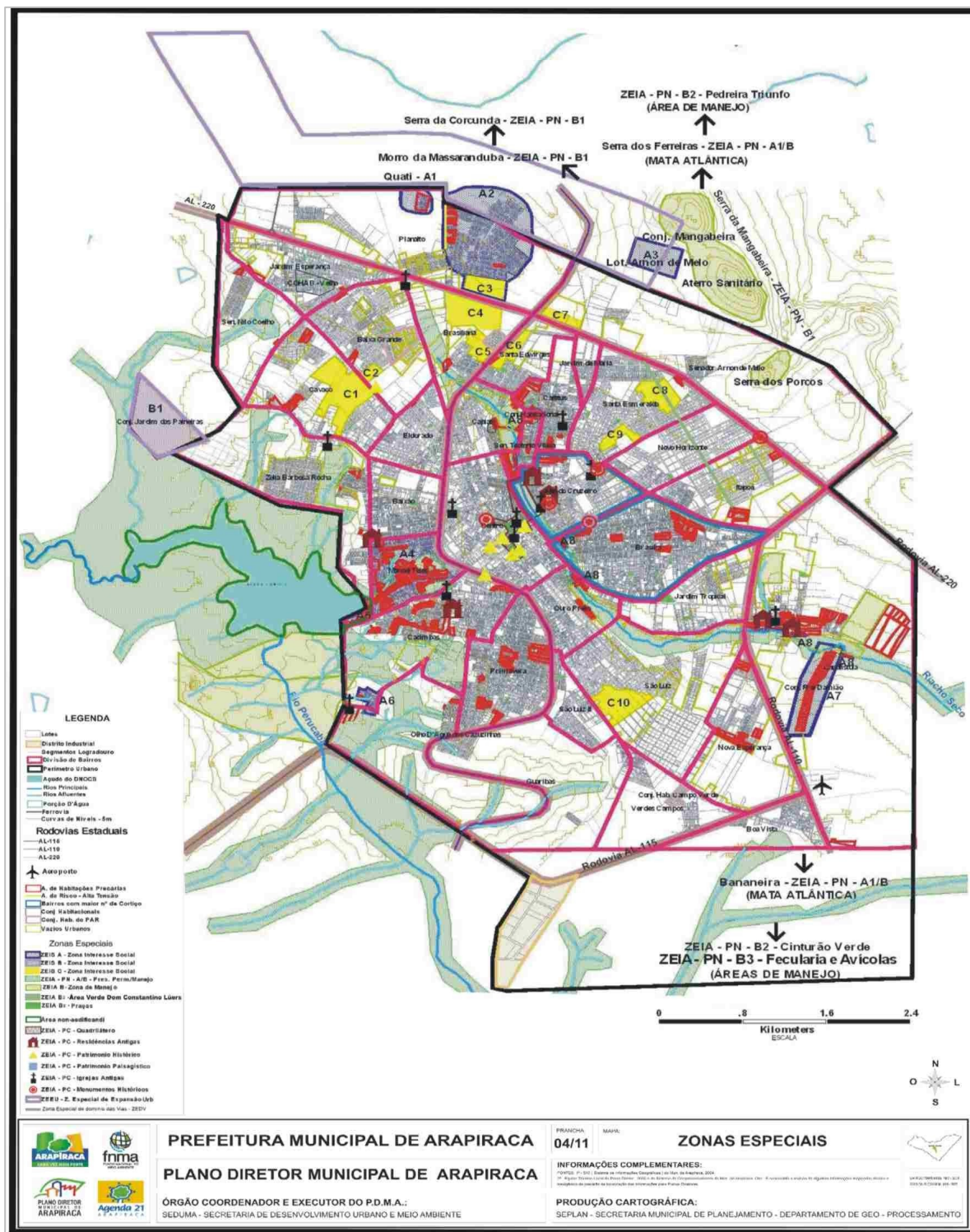
⁴⁰ Na definição dada por Glass (1964) para a gentrificação, esta corresponderia ao conjunto de dois fatores observados em determinada área: (i) um processo de desalojamento de residentes pertencentes ao proletariado, substituídos por grupos oriundos de classes sociais mais altas e (ii) um processo de reabilitação física destas áreas. (Glass, 1964, p.27)

⁴¹ O Jardim das Paineiras, localizado no bairro Sen. Nilo Coelho, foi viabilizado pelo Programa Habitar Brasil BID (HBB) (Neves, 2022, p. 176).

⁴² ZEIS A – destinada prioritariamente à regularização fundiária; ZEIS B - áreas ocupadas, por população de baixa renda, remanejadas de áreas não urbanizáveis e regularizáveis; e ZEIS C - vazios urbanos, privados ou públicos, destinados à habitação de interesse social.

urbanos, enquadrando-se no planejamento diretivo e distante das áreas saturadas da cidade. A figura 42 identifica a localização dessas áreas.

Figura 42 - Zonas Especiais de Arapiraca, 2006



Fonte: Plano Diretor de Arapiraca, 2006.

A precificação da cidade é vista como fator exponencial na ocupação do solo urbano. O projeto de ocupação urbana não visa democratizar o acesso da população de baixa renda aos espaços mais bem situados. A proposta aprovada no plano diretor condicionou a essa parcela da população ocupar zonas limítrofes em detrimento aos grandes empreendimentos que agora almeja a zona de ocupação dirigida (ZOD).

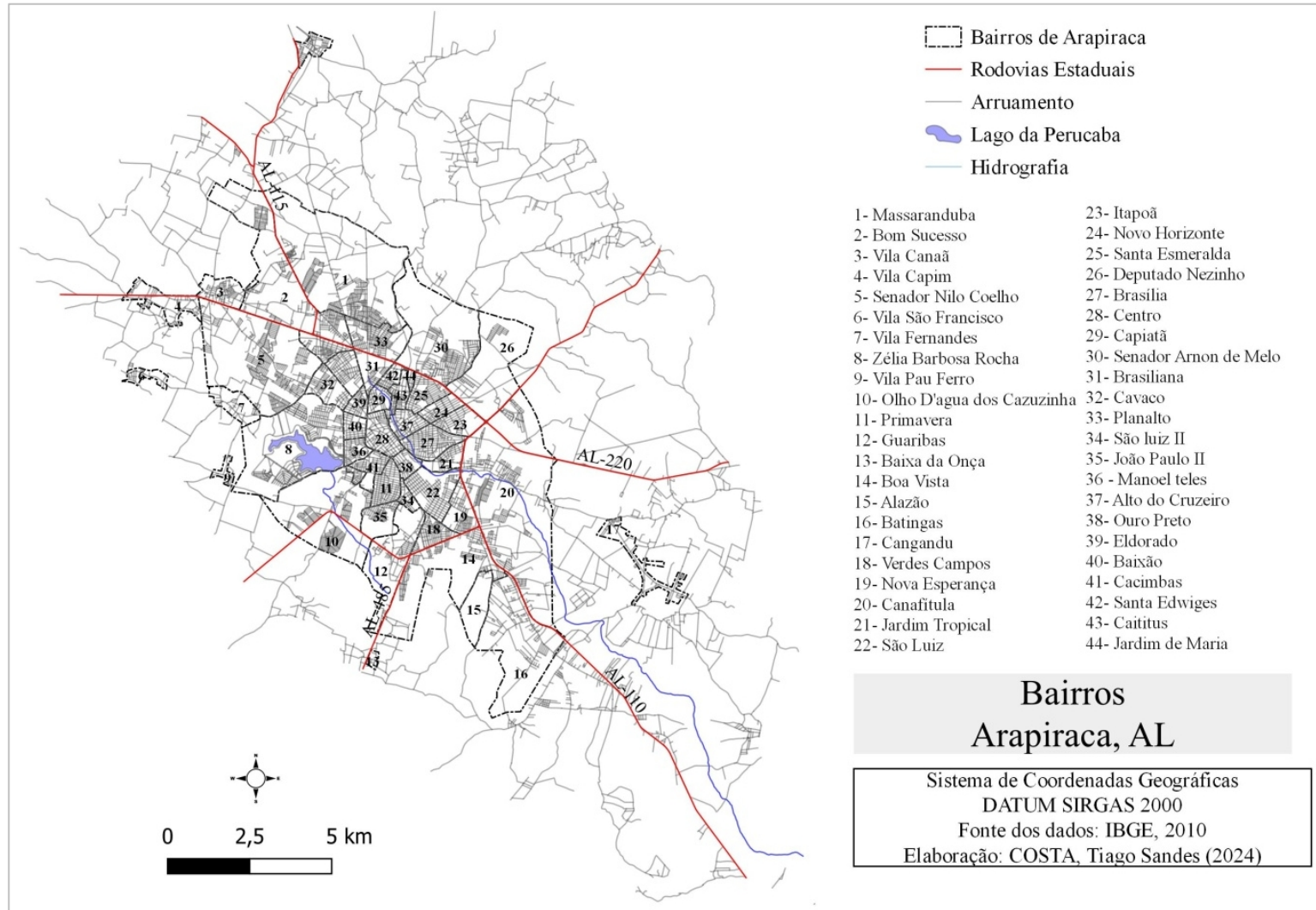
Nesse sentido, rediscutir o Plano Diretor de Arapiraca tornou-se indispensável para avaliar os resultados dessa política pública com participação social para projetar uma nova reconfiguração do espaço urbano tendo como pressupostos o planejamento urbano. Repensar a cidade do ponto de vista da garantia do direito ao acesso ao que ela produz é fundamental, proporcionando um desenvolvimento urbano sustentável com mobilidade e acessibilidade.

5.3 O desenho da cidade: o espaço intraurbano de Arapiraca

A cidade de Arapiraca despontando atualmente como referência em infraestrutura que a coloca em um patamar de crescimento econômico no agreste alagoano. Cite-se ainda o investimento em turismo com a urbanização do entorno do Lago da Perucaba e de mobilidade urbana com a construção de 8 km de ciclovia ligando os Bairros Brasiliana, Santa Edwirgens, Centro, Baixão e João Paulo II. O resultado da obra rendeu o prêmio *Smart City* na categoria *Urban Mobility* em 2024.

Atualmente, a cidade é constituída por 44 Bairros e sua disposição em relação ao centro demonstra uma interdependência mesmo que algumas localidades dispõe de subcentros. Com a saturação da parte central e os investimentos públicos e privados em novos eixos, os Bairros tornaram-se atrativos para investimentos diversificados, dispondo assim, de equipamentos que induziram nos últimos anos uma descentralização de serviços. A figura 43 mostra Arapiraca e seus Bairros.

Figura 43 - Bairros de Arapiraca (AL), 2023



Fonte: IBGE e Alagoas em dados, 2023.

As centralidades exercidas pelos diversos setores econômicos condicionam um maior fluxo de pessoas, serviços e mercadorias, tornando essas áreas centrais espaços concretos da cidade. Villaça aponta que na contemporaneidade, a metrópole apresenta três tipologias: o centro principal, os subcentros e os centros especializados.

Em uma cidade monocêntrica, o gradiente de preço da terra declina monotonicamente a partir do centro para as franjas, refletindo o conflito entre custo de locomoção e demanda por espaço para moradia. Em um modelo policêntrico, ao contrário, as subcentralidades alteram esse padrão de distribuição, introduzindo outras forças para a determinação do preço da terra. (Campos; Chagas, 2017, p. 3).

Por outro lado, Amorim Filho em seus estudos acerca da estrutura espacial urbana analisa a morfologia das cidades de diferentes níveis hierárquicos e portes a partir da tipologia das áreas intraurbanas. O modelo proposto embasasse em estudos de Burgess (1925), Hoyt (1939) e Harris e Ullman (1945). O quadro 7 apresenta a tipologia do zoneamento morfológico-funcional publicado no livro *A Morfologia das Cidades* (Amorim Filho; Sena Filho, 2005).

Quadro 8 - Zoneamento morfológico-funcional e níveis de hierarquia urbana: cidades médias.

Zona Central	Zona pericentral	Zona periférica	Zona periurbana
Centro principal bem definido funcionalmente (forte presença de equipamentos “raros”, de alcance regional); diferenciação funcional interna; paisagem e morfologia típicas (construções em altura; maior densidade de construções; forte movimento de veículos e de pessoas, animação); função residencial superada pelas funções terciárias; centro com polarização pelo menos microrregional, podendo alcançar o nível regional de polarização.	Extensa espacialmente; função residencial predominante; presença de subcentros especializados ou polifuncionais, ao longo dos eixos, de praças e de entroncamentos; diferenciação morfológica e paisagística em função de diferenças sócio-econômicas; presença de equipamentos especiais como hospitais, universidades, casernas, estações rodoviárias e ferroviárias, etc.	De dois tipos: contínua (como prolongamento da zona pericentral) e descontínua, ou polinuclear, formada por loteamentos (unidades organizadas) ou “vilas” (desorganizadas e, em certas regiões, verdadeiras favelas); presença de subcentros polifuncionais bem modestos (comércio e serviços de vizinhança) e de alguns subcentros especializados; extensão proporcional ao nível hierárquico e tamanho da cidade.	Presença de uma zona de transição urbano rural mais ou menos extensa, e que se confunde, nas imediações da cidade, com a periferia polinuclear e descontínua; presença de alguns equipamentos terciários pontuais; aumento das casas de campo, de clubes campestres e hotéis-fazenda; diminuição das fazendas e aumento das pequenas propriedades com produtos para a cidade média.

Fonte: Amorim Filho (2005, p. 72). Adaptado.

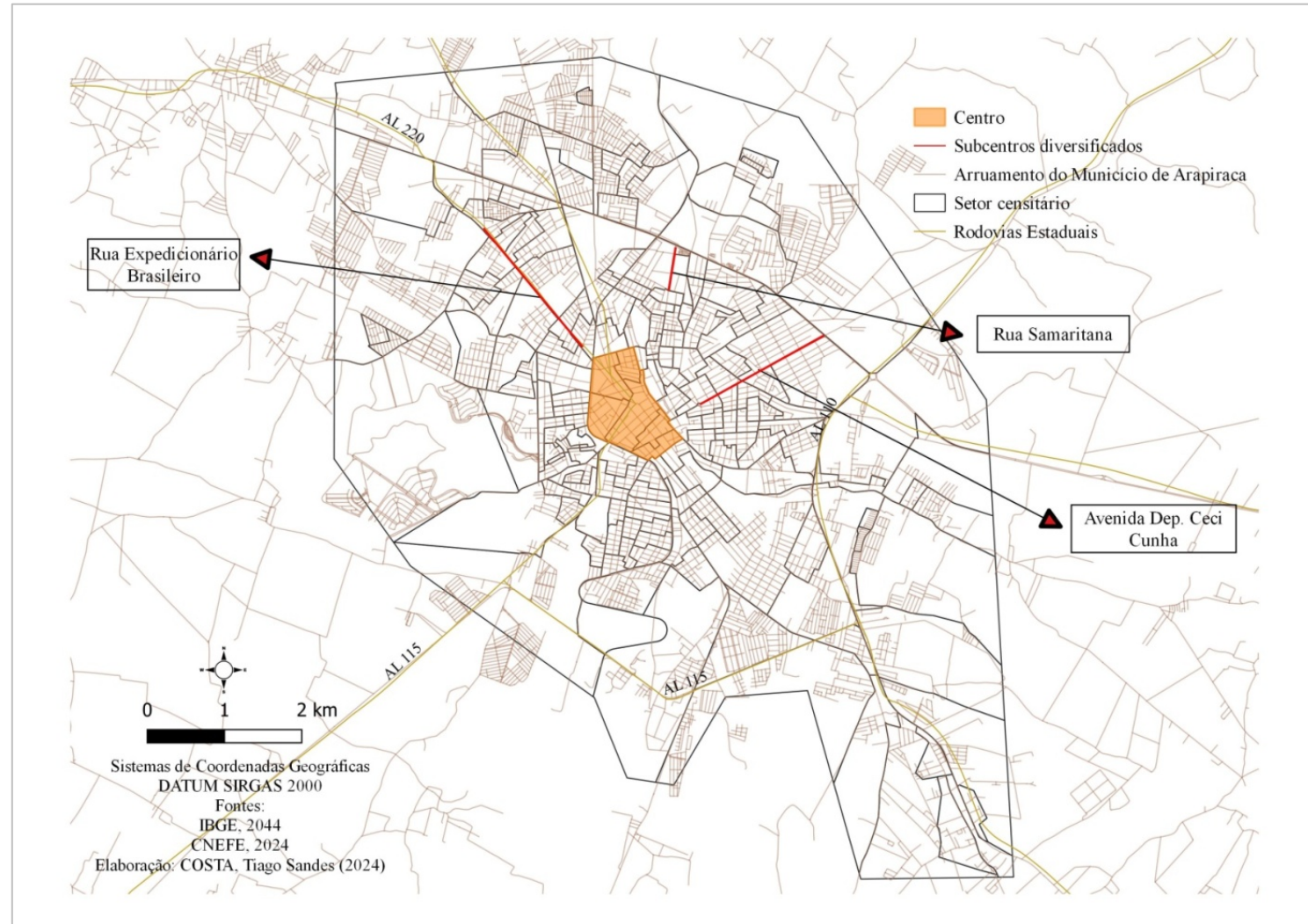
Desde então o modelo vem sendo aplicado em diversos estudos em cidades médias, permitindo a identificação, classificação e inter-relação dos elementos que compõem o espaço intraurbano dialogando com outras propostas metodológicas.

Empiricamente, em Arapiraca pode-se delimitar um centro principal em função da disposição dos principais estabelecimentos comerciais e de serviços. Mas na cidade nota-se ainda a presença de três subcentros⁴³ como se pode ver na Figura 44: um na Rua Samaritana, que apesar de não ter ligação direta com o centro, é uma via de grande acesso; outro em parte da Avenida Ceci Cunha e o terceiro na Rua Expedicionários Brasileiros, estas duas vias são corredores de acesso ao centro. O subcentro da Rua Samaritana, que tem como referência a cidade administrativa, conta também com órgãos do poder judiciário, bancos e com o *Shopping Partage Arapiraca* que oferece bens diversos. O subcentro da Av. Ceci Cunha é diversificado, concentrando uma gama de redes de franquia ligadas ao setor gastronômico e de farmácias, edifícios comerciais, delegacia do trabalho, consultórios médicos e odontológicos, posto de combustível e está próximo (um quarteirão) do campus I da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). O subcentro da Rua Expedicionários Brasileiros encontra-se bastante heterogênea, com supermercados de diversos portes, postos de combustível, feira livre, variado comércio de bens de consumo, bares, clínica PET, dentre outros.

Essas subcentros têm exercido novas formas de produção e descentralizado o fluxo de pessoas e serviços para fora do centro. Adiante, essa desconcentração reflete a saturação do centro principal desencadeando uma dispersão dos setores secundários e terciários. O quadro 9 apresenta os três subcentros diversificados de Arapiraca.

⁴³ Segundo Villaça (2001), o tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar.

Figura 44 - Centro e subcentros de Arapiraca (AL), 2022



Fonte: CNEFE, 2024
Elaborado pelo autor

Quadro 9 - Estabelecimentos que compõem os subcentros diversificados de Arapiraca, 2022

Subcentro	Estabelecimento
Av. Dep. Ceci Cunha	DSC Estabelecimento
	Estimular
	Fiber
	Empresarial Dr Francisco de Assis Silva
	Claudio Canuto Advogados
	CAPS
	Justica do Trabalho
	Restaurante Parrilla Grill
	Instituto Moraes Odontologia Estetica
	Selfit
	Advocacia Wesley Souza de Andrade
	Leblon Petiscaria
	Advocacia Rutenea da CS de Oliveira
	Centro da SMTT
	Estet Kar Centro Estético Automotivo
	Posto Júnior
	Up Tecnologia
	Afeto
	Edificio Empresarial
	Engenharq
Avenida Empresarial	
San Genaro Pizzaria	
Metropolitan	
Av. Dep. Ceci Cunha	Supermercado São Luiz
	House Food Park
	Especialize Odontologia
	Cruzeiro do Sul
	Hospital dos Olhos
	Medkids
	Emanuele Sandrine Psicologia
	DEA Odontologia
	Ortodontia Calisto
	Rafaelle Rodrigues Odontologia
	Consultorio Odontologico
	Nutricionista
	Neuro Infância

Continua

Cont. Quadro9

	Candy Club
	Flores Mais Arranjos Florais
	Cultura Inglesa
	Maxilo Facial Center
	Marques Ventura e Alves Banca de Advogados
	Mendonça de Assis Odontologia
	Napelle Laser Depilação
	Dryclean Usa
	Centro de Acolhimento para Dependentes Quimicos
	Lojas Guido Premium
	Vieira Tecidos e Retalhos
	Mamorial Encontro com Jesus
	Marmorarte
	Donatta
	Sisters Store
	Flavio Bike
	Geny Modas
	Plasmed
	Anexo da Secretaria de Saúde
	Vieira Tecidos e Retalhos
	Memorial Osacre
	Agreste Distribuidora
	Multicar
	Andrezinho Auto Center
	Santos Advocacia
	Rafael Motos
	Mecânica de Torno Berlarmino
	Salão de Beleza
	Oficina de Motos
	Hygor Moto Pecas
	Arapiraca Pneus
	Navegue Net
	Partage <i>Shopping</i> Arapiraca
	Complexo Integrado de Justica Especializada
Rua Samaritana	Defensoria Pública Estadual
	Ministério Público Estadual
	Cidade Administrativa
	Caixa Econômica Federal

Fonte: CENEF, 2024

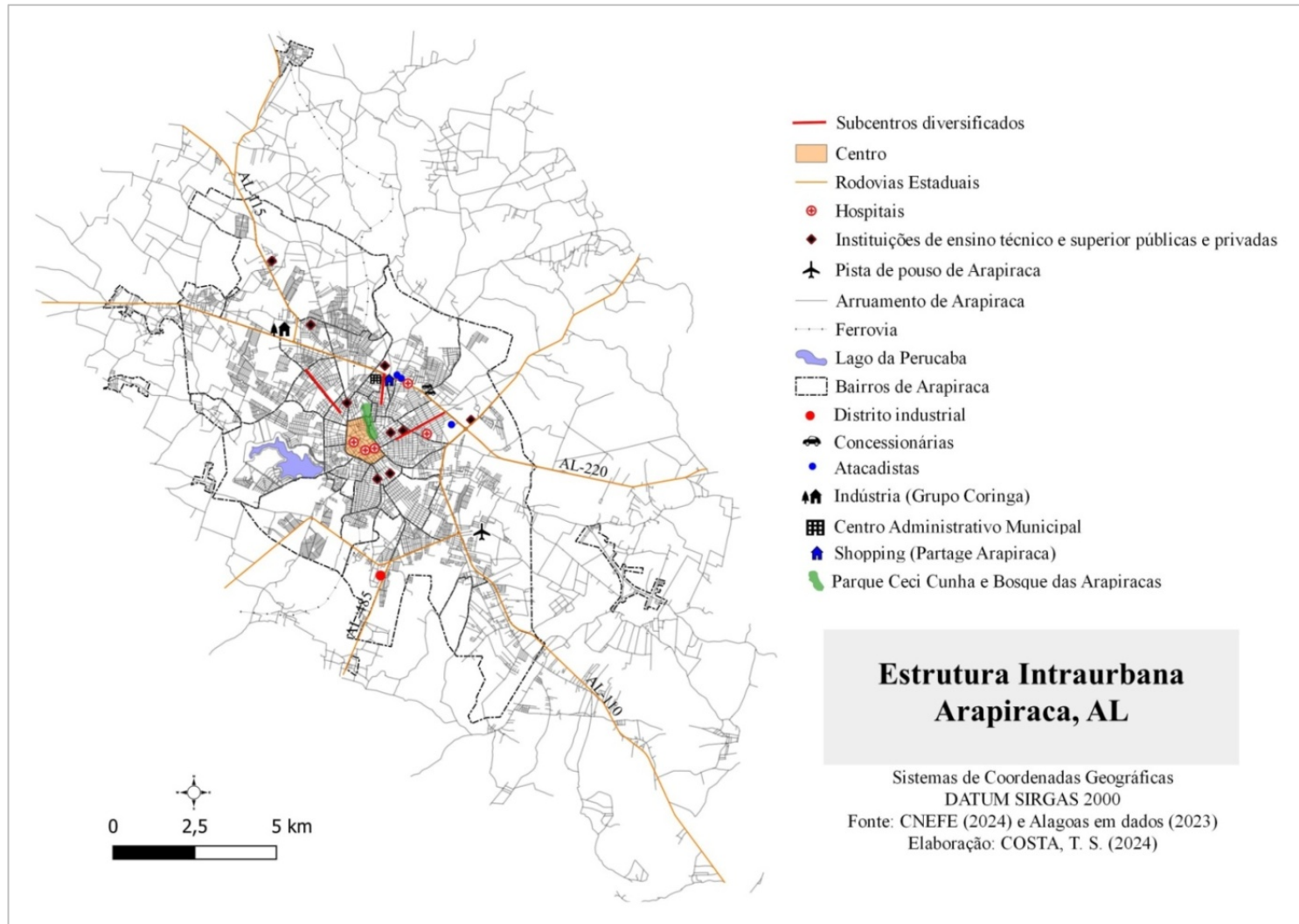
Elementos comuns à gênese das cidades como igrejas, praças, edifícios institucionais e rádios estão localizados na área central. Graças à sua centralidade, os equipamentos públicos e privados constituem estruturas intraurbanas capazes de alterar a morfologia da cidade induzindo a criação subcentros como ocorreu em Arapiraca. Após a criação do Partage Arapiraca *Shopping* o sucentro da Rua Samaritana foi criado, e posteriormente a Cidade Administrativa foi implantada, ou seja, houve uma descentralização devido a grande aglomeração do centro. Rosano e Batella (2019) descrevem que:

A área central, resultante do processo de centralização, passa de tal modo por transformações que afetam a cidade como um todo, modificando a estrutura espacial das atividades terciárias, que passam a se localizar em áreas distantes do centro principal. O resultado dessas mudanças implica em novas formas de produção e consumo no espaço, ocasionando novas centralidades, inter e intraurbanas. (Rosano; Batella, 2019, p. 2)

Os outros dois subcentros não são tão “novos”, e seguem um modelo mais tradicional e comum às grandes cidades e cidades médias, antes da tendência de criação de shoppings “importada” das metrópoles. Além disso, no caso de Arapiraca, os equipamentos de educação e saúde impulsionaram a urbanização para além da franja da cidade com a edificação dos espaços residenciais fechados e outros empreendimentos.

Ao analisar a disposição da estrutura intraurbana através dos elementos que a compõe, observa-se uma predisposição da presença de novos investimentos próximos ao subcentro da Rua Samaritana que é uma via de acesso a rodovia AL-220. Notadamente, essa rodovia concentra uma fluidez com a cidade principalmente pelos seus eixos de acesso ao centro, seus subcentros. A figura 45 espacializa os principais elementos que constituem essa estrutura.

Figura 45 - Estrutura intraurbana de Arapiraca (AL), 2025



Fonte: IBGE (2023), Alagoas em dados (2023) e CNEFE (2024).
 Elaborado pelo autor

Além dos subcentros, algumas ruas e avenidas se transformaram em importantes vias de acesso ao centro. Elencam-se a Rua São João, Rua Governador Luís Duarte, Rua Ventura de Farias e a Rua Maurício Pereira como principais corredores de tráfegos. A figura 46 demonstra essas rotas estão em posição estratégica no entorno da cidade garantindo uma confluência em todos os sentidos.

Figura 46 - Principais avenidas e ruas de Arapiraca (AL) 2025



Fonte: Alagoas em dados, CNEFE e *Google Earth*, 2025
Elaborado pelo autor

Numa outra perspectiva de planejamento urbano, o Plano Diretor do município é o principal norte sobre o recorte do tecido urbano. Tendo sua última alteração em 2016, através da lei municipal nº 3238/2016 que redefiniu o perímetro urbano e introduziu áreas urbanizadas fora do perímetro, denominadas de núcleos urbanos (ilhas urbanas isoladas). Mas é necessária uma nova legislação, de modo a rever a Lei de Uso e Ocupação, especialmente que contemple novos direcionamentos na ocupação do solo dado que a expansão urbana de Arapiraca desde 2016 tem sido pautada no espraiamento dos loteamentos fechados. A expansão do perímetro urbano ocorrida em 2016, e logo a evidente expansão da mancha urbana, permitiu a ampliação da cobrança do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), mas não foi acompanhada da ampliação dos serviços públicos de modo que estes pudessem tornar-se mais acessíveis às novas áreas ocupadas. Santoro afirma que:

As cidades têm ampliado suas manchas urbanas, pressionadas, sobretudo, pelos interesses imobiliários e fundiários. A análise do recente ciclo de planos diretores elaborados pós-Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01) dá exemplos de diversas cidades no estado de São Paulo que estão estimulando o espraiamento urbano, inclusive algumas onde ocorreu uma diminuição da população (Santoro *et al*, 2010, p. 433).

Em Arapiraca não é diferente, inclusive com a necessidade de alteração do plano diretor, a cidade de Arapiraca segue um ritmo de dilatação da sua área urbana. É complementar, entendermos suas tendências e forma para que não ocorra uma ocupação desordenada do solo. É fato que a instrumentalização para o planejamento urbano está posta, com uma legislação que atende as especificidades impostas ao crescimento urbano.

5.4 A paisagem arapiraquense: evolução do uso e ocupação do solo e morfologia urbana

O planejamento urbano é dever do poder público municipal, e uma das formas de lida com ele é determinar o uso e ocupação do solo urbano, mas há que se considerar que o território do município é urbano e rural. Sendo assim, a utilização de dados e o acompanhamento do uso e ocupação do solo são essenciais para que a ocupação e expansão urbana ocorram com vistas a garantir ou ao menor procurar gerir o território para que o município seja sustentável, tanto no campo (zona rural) quanto na cidade (zona urbana). Para isso, o acompanhamento do uso e ocupação deve ser periódico para que avanço da área urbana sobre a rural não seja tão impactante. Acompanhar, gerir e fiscalizar para evitar atos ilegais é chave.

Nessa lógica, a seguir constam duas tabelas, a 5 e a 6, que apresentam respectivamente os tipos de uso e ocupação do solo de Arapiraca, seja de sua zona rural, seja da urbana. Nelas constam dados de 2006 e 2016, em que se pode notar que a zona rural diminuiu e logo a urbana aumentou em extensão e participação. Ao analisar as tipologias apresentadas na tabela 5, que constam dados correspondentes a área rural do município, pôde-se observar a diminuição da vegetação nativa em detrimento ao urbano rarefeito e a expansão da área urbanizada com um incremento de ERF e indústrias, a exemplo da R.M. Indústria no setor de aço e a Mafrios no setor alimentício. Outro ponto que converge na mudança da paisagem é a diminuição das áreas agricultáveis. Nos últimos anos, o município vem dinamizando sua produção agrícola com a diversificação na produção. Contudo, essas áreas estão dando espaço à expansão da cidade.

Tabela 5 - Dados do uso do solo da zona rural do Município de Arapiraca, nos anos de 2006 e 2016, calculados a partir do perímetro de 2006.

Usos	2006		2016	
	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)
Vegetação	3.417,95	12,2	1.087,42	4,54
Lavoura	14.974,9	53,45	9.653,57	40,29
Pastagem	9.179,20	32,76	12.344,75	51,52
Urbano rarefeito	119,28	0,43	345,98	1,44
Área Urbanizada	28,13	0,1	57,6	0,24
Solo exposto	74,86	0,27	125,42	0,52
Corpos d'Água	222,24	0,79	199,95	0,83
Loteamento	-	-	0,34	0,00
Indústria	-	-	9,53	0,04
Capoeira	-	-	135,48	0,57
Campo Sujo	-	-	2,46	0,01
Totais	28.015,5	100,00	23.961,96	100,0

Fonte: Melo, 2019.

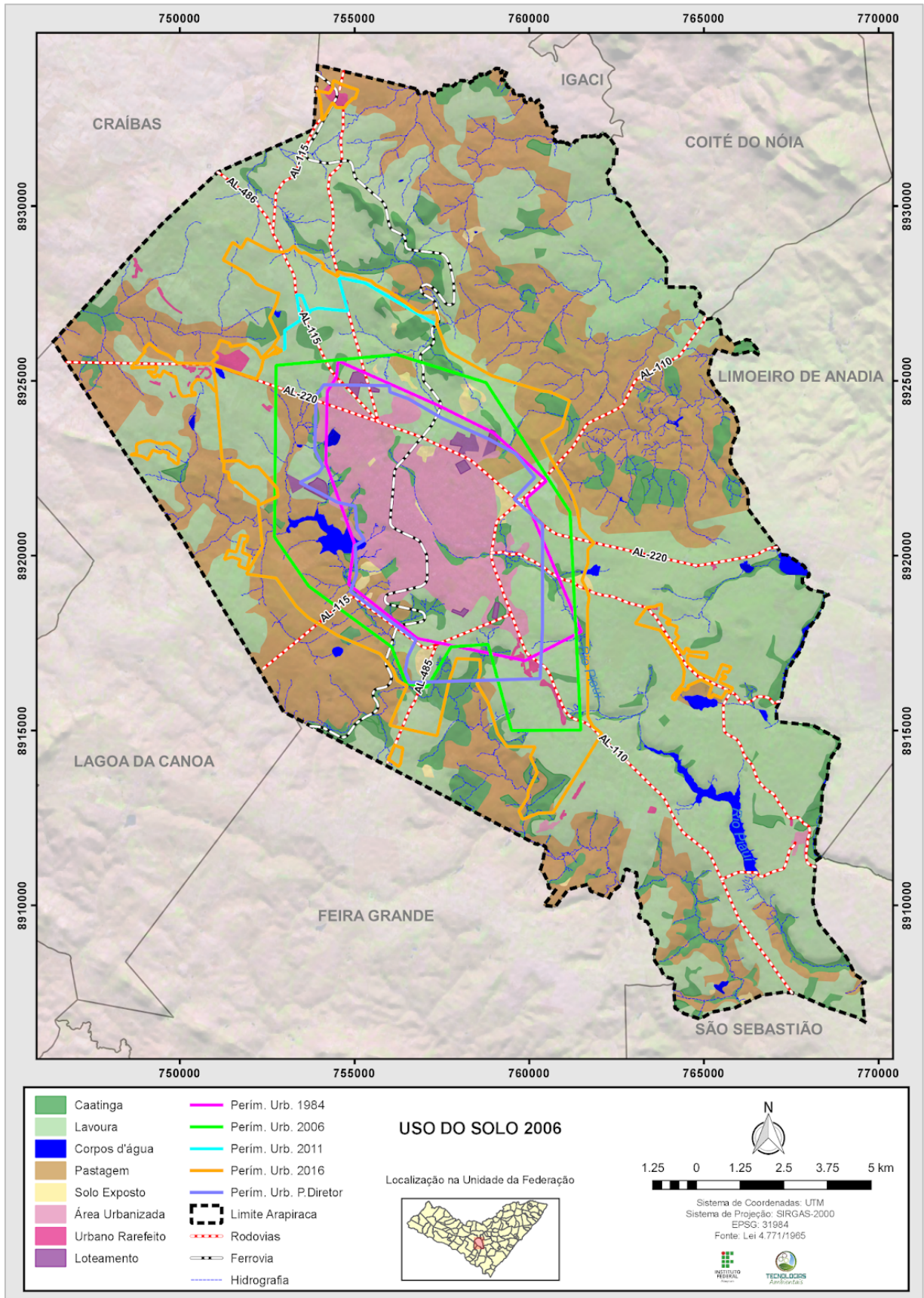
Tabela 6 - Dados do uso e ocupação do solo do território de Arapiraca, nos anos de 2006 e 2016.

Classes	2006		2016	
	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)
Vegetação	4.042,48	11,68	1.377,98	3,97
Lavoura	17.411,5	50,33	12.648,87	36,57
Pastagem	10.092,41	29,18	15.798,98	45,67
Urbano rarefeito	166,4	0,47	678,44	1,95
Área urbanizada	2.114,53	6,11	2.356,72	6,82
Solo exposto	281,7	0,82	290,24	0,84
Corpos d'água	342,73	0,99	310,23	0,89
Loteamento	143,38	0,42	853,14	2,47
Indústria	-	-	37,43	0,11
Capoeira	-	-	181,95	0,52
Campo Sujo	-	-	61,13	0,17
Total	3.4595,13	100,00	3.4595,13	100,00

Fonte: Melo, 2019.

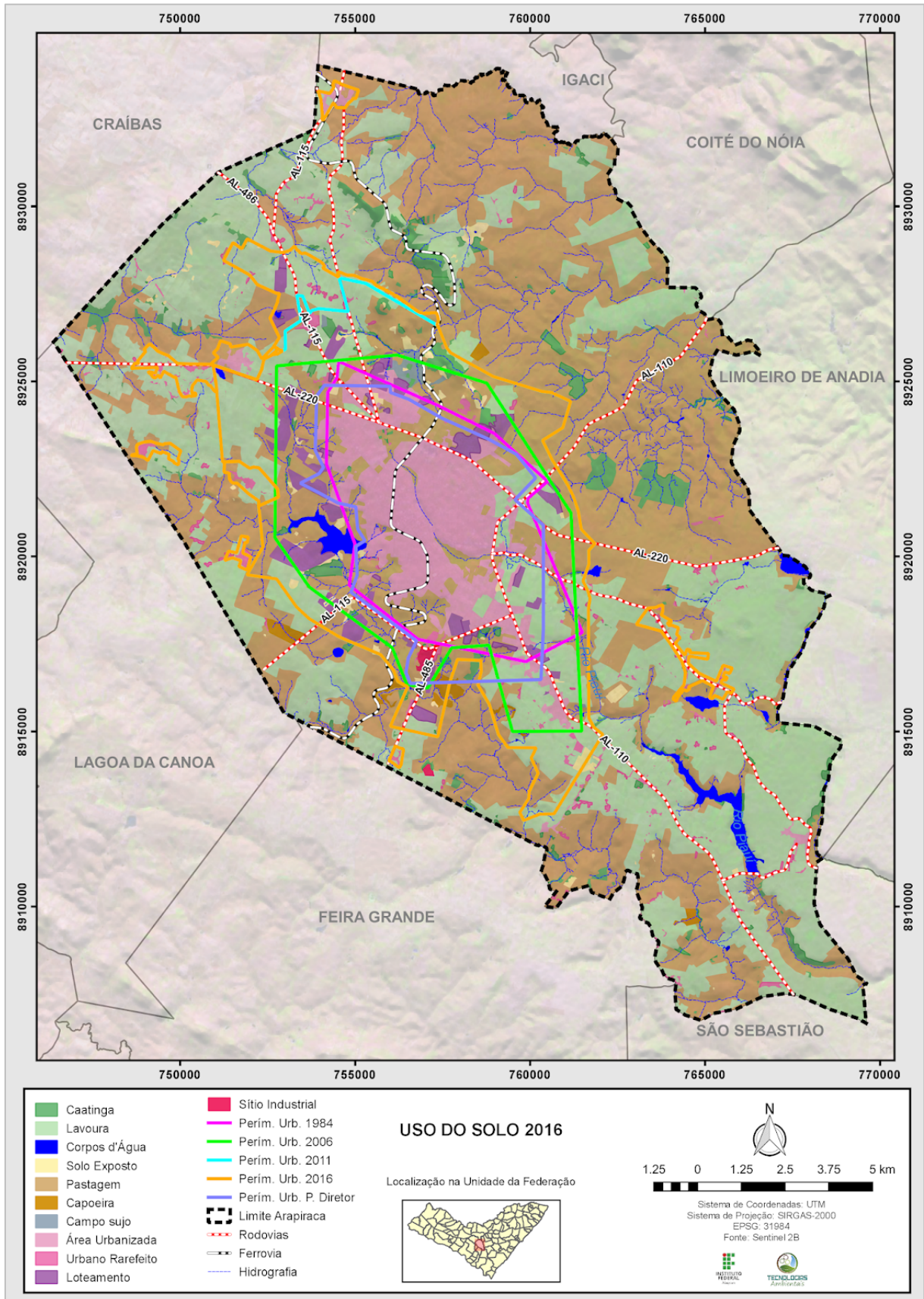
Pela tabela 6 pode-se ver que o cenário se repete quando se analisa o município de Arapiraca como um todo. Chama atenção à redução significativa da área de vegetação e o crescimento da ocupação promovida pelos agentes imobiliários e, por conseguinte, os grandes empreendimentos privados. Nas figuras 47 e 48 é possível analisar essa predisposição.

Figura 47 - Uso e Ocupação do Solo do Município de Arapiraca, ano 2006



Fonte: Melo, 2019.

Figura 48 - Uso e Ocupação do Solo do Município de Arapiraca, ano 2016



Fonte: Melo, 2019.

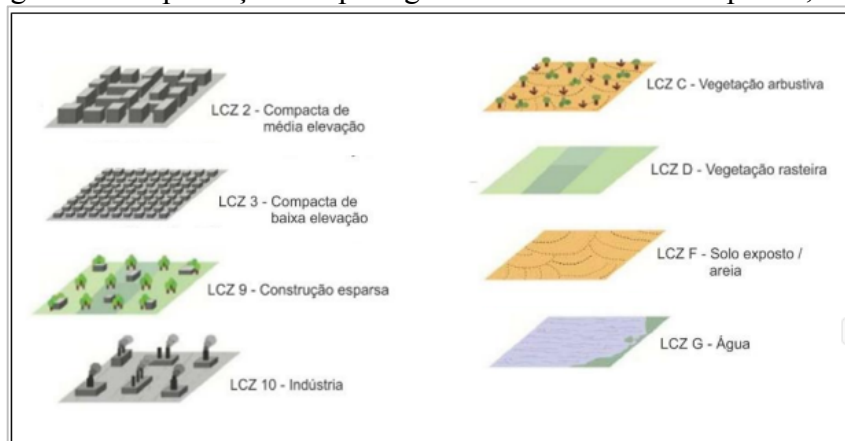
O uso e ocupação do solo nesses dois períodos distintos permitem identificar as áreas de especulação imobiliária localizadas no limiar da cidade. As tipologias descritas como pastagem, solo exposto, vegetação de capoeira e campo sujo que se encontram na órbita do perímetro urbano estão sendo destinadas para especulação imobiliária. Nessa perspectiva, Martins e Souza vêm afirmar que:

Na cidade de Arapiraca essa dinâmica, tem apresentado expressividade principalmente em áreas periféricas, com o surgimento de condomínios e loteamentos fechados de médio e alto padrão. Destacam-se os empreendimentos de alto padrão, uma vez que com o crescimento da cidade novos serviços se tornam necessários e as aspirações e necessidades da população de maior poder aquisitivo vão mudando, tendo como ponto fundamental a manutenção do símbolo de status que é facilmente reconhecido pela localização e tipo de moradia na cidade (Martins; Souza, 2019, p. 9).

Souza tem destacado que “grandes áreas servindo de pastagem para umas tantas cabeças de gado, por exemplo, nada mais são, frequentemente, que uma “maquiagem” para glebas mantidas como reserva de valor por empreendedores urbanos” (Souza 2003. p. 27). Essa lógica reflete diretamente na localização dos ERF. A ocupação do Lago da Perucaba é um exemplo de como essas áreas estão cedendo espaço para novos empreendimentos e produtos imobiliários.

Como explicitado na Metodologia, à classificação de *Local Climate Zones* (LCZ's) foi adotada para identificação dos padrões de ocupação do solo no município de Arapiraca que categorizaram a forma da cidade. Vale lembrar que em sua totalidade as LCZ's apresentam dois grupos constituídos por 17 classes para a análise das áreas construídas e de cobertura do solo. Mas no município de Arapiraca foram identificadas apenas 8 classes das 17, expressas na figura 49.

Figura 49 - Tipificação das paisagens encontradas em Arapiraca, 2024



Fonte: Adaptado de Stewart e Oke (2012)

Ao se identificar as classes pôde-se chegar a um panorama das formas pelas quais o território está sendo ocupado. A disposição da indústria, do comércio e serviços e das áreas habitacionais estabelecem padrões intraurbanos muito específicos que denotam o andamento de uma mudança na morfologia urbana. A figura 50 retrata essa disposição tipológica em Arapiraca.

Figura 51 - Tipologias encontradas em Arapiraca, 2024

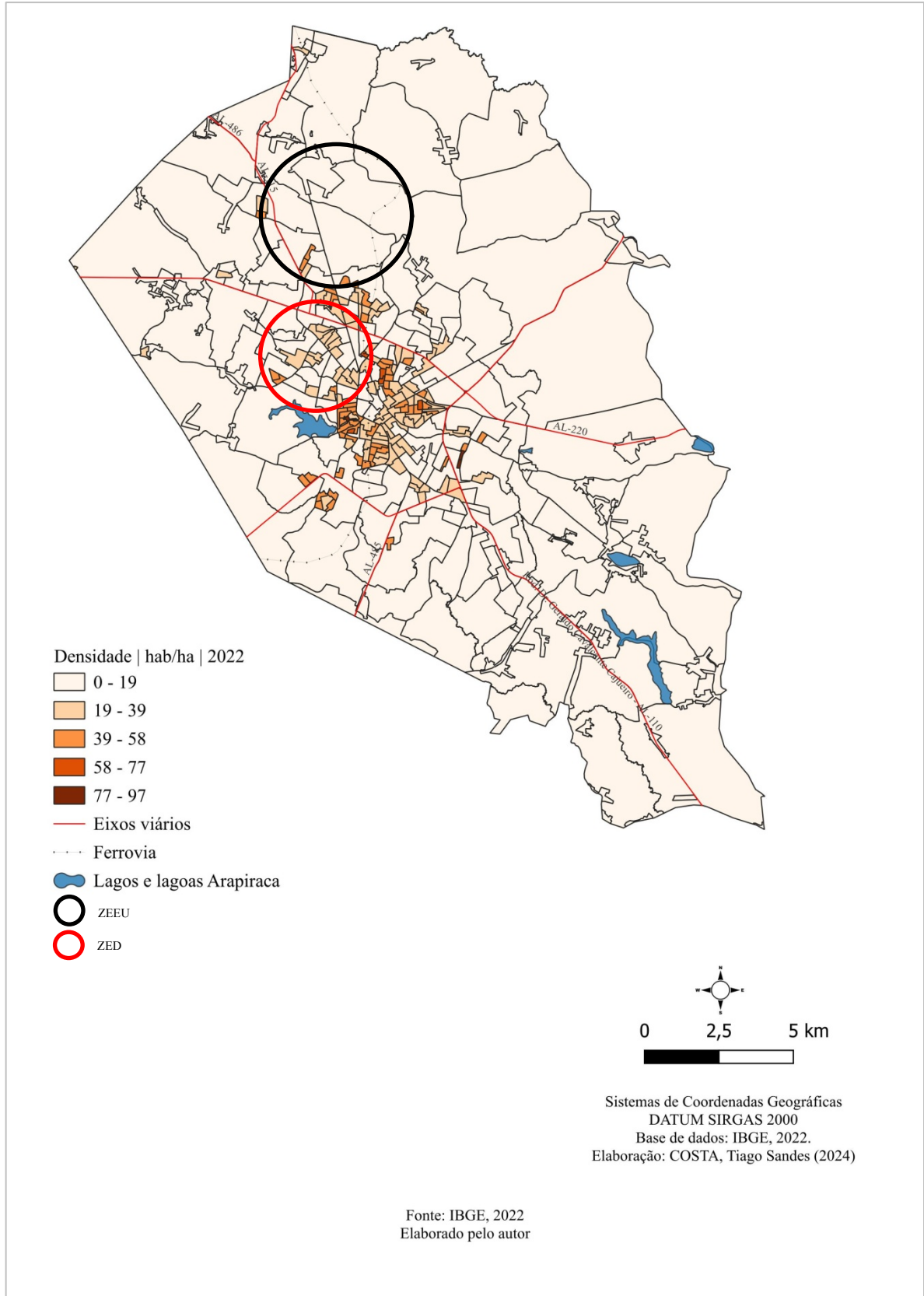


Fonte: *Google Earth*, 2024.

Algumas construções, a exemplo do Perucaba bairro planejado, encontram-se com edificações espassadas (classe 9). A classe 10 localiza e identifica polígonos relacionados a indústria. Como exemplificação, por meio do *Google Earth*, identificou-se uma das maiores indústrias do nordeste, o grupo Coringa. Com algumas particularidades, a vegetação rasteira ainda permeia a paisagem urbana, próximo aos corpos hídricos e na porção sul e leste do município. As classes D e F correspondem as superfícies agricultáveis ligadas às culturas de fumo, mandioca, amendoim, milho, feijão e hortaliças que se tornaram de grande importância para economia local. A classe G identifica os corpos hídricos, com destaque para o lago da Perucaba, que mantém relevância para a colônia de pescadores garantindo renda e subsistência.

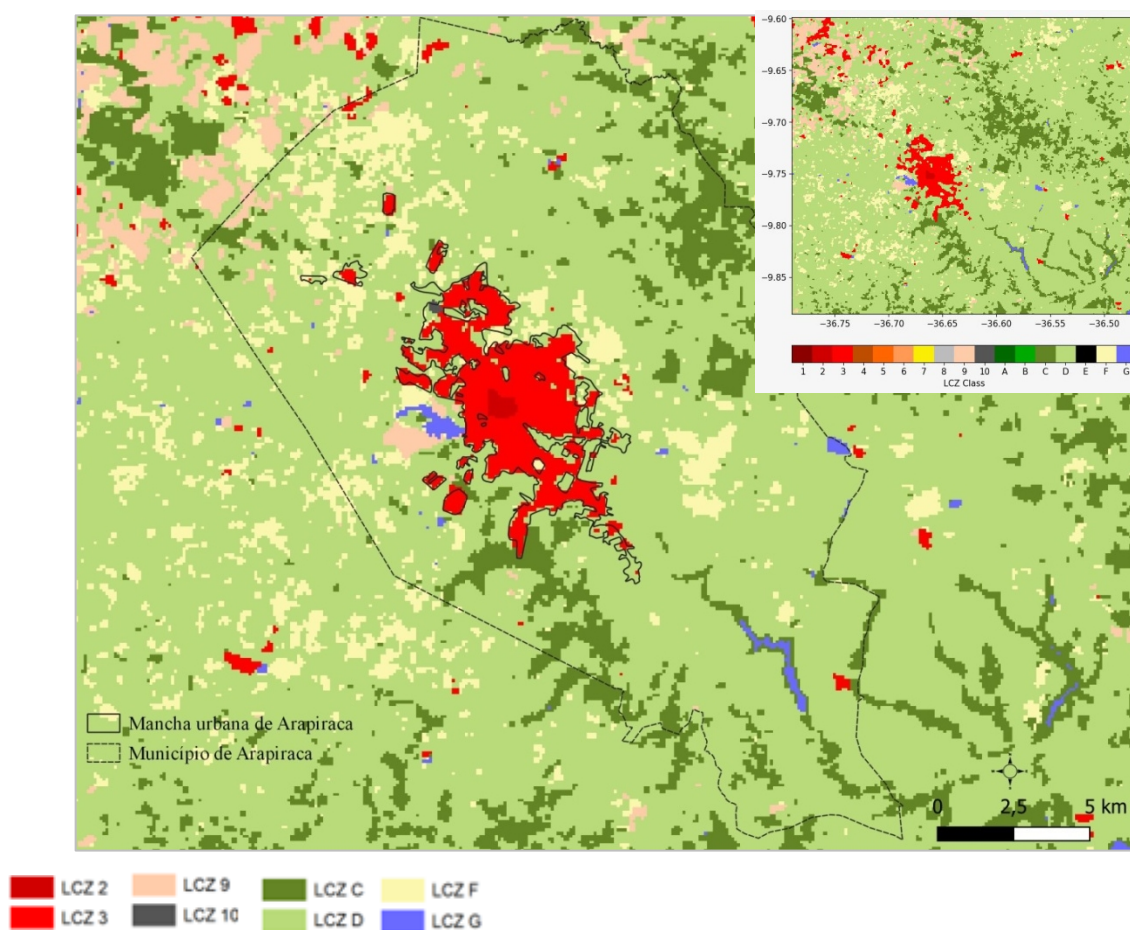
O ambiente construído de Arapiraca apresenta uma área central compactada pela junção de prédios e estruturas prediais verticais. Essa zona tem por característica a concentração do comércio varejista, agências bancárias, rádios, hotéis e instituições públicas, a exemplo da Companhia de Saneamento de Alagoas, caracterizando-a com média elevação (classe 2). Característicos de classe 3, os bairros apresentam um adensamento populacional com quadras ocupadas por construções de moradias onde também configura-se os conjuntos habitacionais de interesse social, com solo totalmente impermeável. Essa tipologia definiu-se pela quase inexistência de arborização e de baixa elevação. A na figura 51 pode-se visualizar a densidade por setor censitário.

Figura 52 - Densidade urbana de Arapiraca, por setor censitário, 2022



Os dados de densidade urbana corroboram para o entendimento dessas especificidades. As áreas próximas ao centro, como se pode ver na Figura 51, continuam sendo onde há grande adensamento populacional. Contudo, observa-se que do centro em direção ao norte e oeste, em que se encontram os empreendimentos imobiliários, há setores com baixíssima densidade demográfica o que sugere uma descontinuidade. A Figura 52 em que consta a tipologia de ocupação, conforme o Sistema de classificação da paisagem, através de Zonas Climáticas Locais, como apresentado na Metodologia, sistematiza essa espacialização.

Figura 53 - Tipologias de ocupação do solo em Arapiraca, 2025



Fonte: Classificação *LCZ-WUDAPT*, cena: 10/11/2024.

Elaborado pelo autor

Analisando a localização e os padrões de ocupação dos casos em estudo observam-se os seguintes padrões tipológicos:

- Os bairros da cidade de Arapiraca apresentam a mesma tipicidade dos conjuntos

de interesse social. Apesar de haver uma distinção de renda entre algumas localidades, a exemplo de Olho D'água dos Cazuzinhas (baixa renda) e Alto do Cruzeiro (renda média alta), a tipologia de ocupação do solo se enquadra na classe 3. Observa-se a presença de vegetação em corredores pela cidade, tendo como exemplo o Parque Ceci Cunha, e canteiros de corredores viários como a Avenida Ceci Cunha.

- Há áreas rarefeitas nos residenciais fechados, tendo como pressuposto a manutenção de arborização com forte tendência de se constituir uma área aberta de baixa elevação (classe 6). O Perucaba bairro planejado é um exemplo claro. Conglomera três grandes espaços residenciais fechados de alto padrão (Jardins Perucaba I e II e o Reserva Perucaba).
- Sem a consolidação do distrito industrial, há uma dispersão das indústrias pela cidade, a exemplo do grupo Coringa.

Um atributo a considerar é a proximidade do bairro planejado com o residencial Vale Perucaba. A atipicidade desse elemento não se reflete nos demais espaços residenciais fechados de alto padrão. A periferização dos empreendimentos em Arapiraca não está espacialmente próxima às elites, condicionando-a a espaços estratégicos da cidade.

As modificações dialogam com as transformações ocorridas nas cidades latino-americanas, como evidenciado por Janoschka (2002), ao identificar novos elementos estruturantes. Ao identificar ilhas (residências, produtivas, comerciais e precárias) em seu trabalho, verifica-se que há um ordenamento desses elementos na composição da estrutura morfológica de Arapiraca.

- Ilhas residenciais: Condomínio vertical e Bairro privado residencial;
- Ilhas produtivas: Espaço industrial;
- Ilhas comerciais: Shopping periférico;
- Ilhas de precariedade: Bairro precário periférico e antigo Bairro precário (consolidado) e;
- Ruas e avenidas que cortam a cidade.

Portanto, podemos destacar a distinção entre as estruturas apresentadas com destaque

para o arranjo socioespacial que estabelece uma dicotomia locacional em que se encontram diferentes padrões econômicos e sociais que demonstram a segregam a cidade. Compreender as ações dos diferentes agentes sociais ao longo do desenvolvimento histórico materializa a interpretação da constituição das cidades contemporâneas.

6 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM ARAPIRACA

[...] “a partir do final do século XX e começo do século XXI, se nota uma mudança de direção destes fluxos em direção a cidades médias. Mesmo com o crescimento da economia, as migrações são vistas como fonte de muitos desequilíbrios tanto econômicos quanto sociais, nas regiões de origem e também nas de destino. O aumento populacional econômico das cidades médias leva a uma série de mudanças, reformulando e reestruturando o espaço e as relações dentro delas” (Calvete, 2011, p. 23).

Conforme a citação supracitada, os fluxos de pessoas, especialmente os migratórios, têm ocorrido rumo às cidades médias. A predisposição das relações econômicas, sociais e espaciais estabelecidas no espaço urbano vem refletindo diretamente nas relações dialéticas entre o mercado e a cidade. A atração populacional que elas exercem sobre si a partir do desenvolvimento econômico reproduz distopias que refêtem em novos padrões da estrutura intraurbana. As duas primeiras décadas do século XXI trazem reflexões sobre os impactos causados pela fragmentação do tecido urbano a partir da inserção do capital imobiliário (Ferreto, 2018). Dal Pozzo (2015) salienta que a fragmentação é condicionante da reestruturação do espaço urbano, iniciada na segunda metade do século XX nas grandes metrópoles e mais recentemente em cidades médias, ou seja, apresentando descontinuidades espaciais.

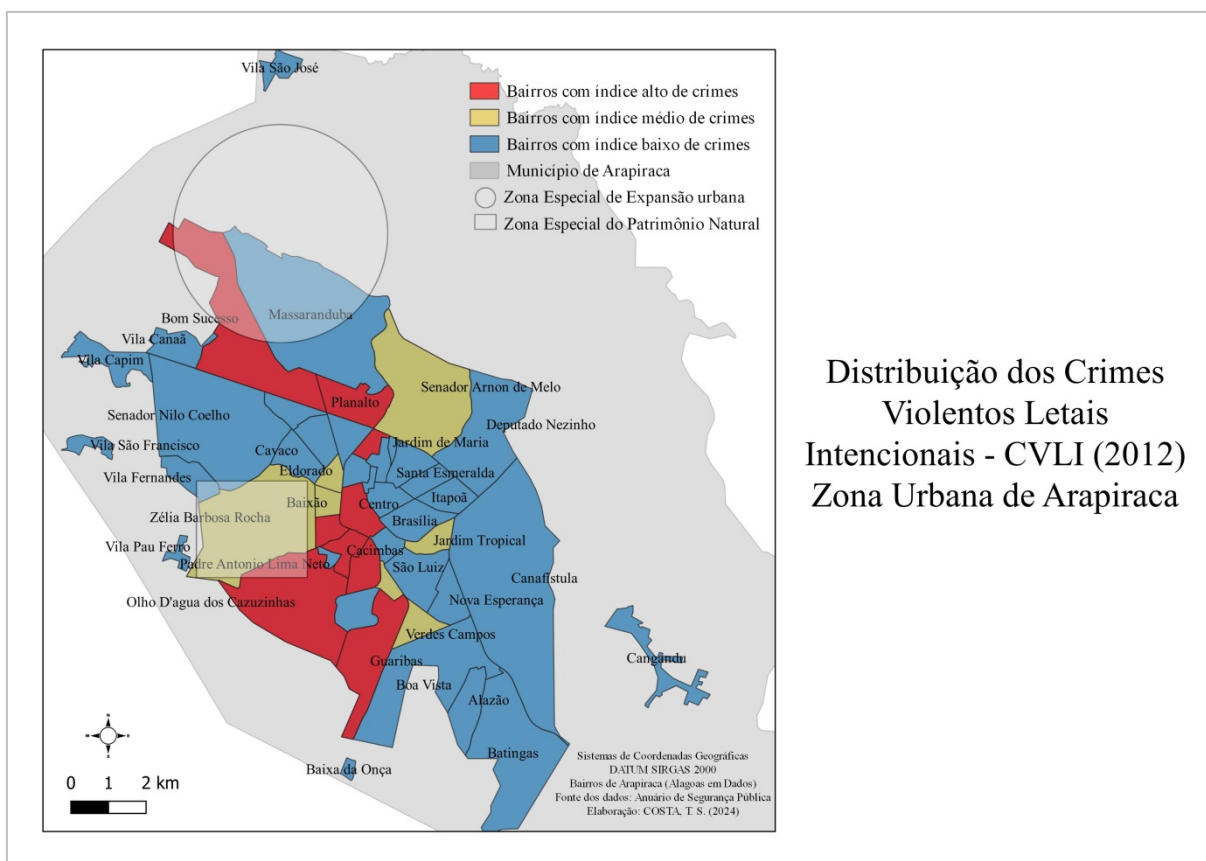
Cabe ressaltar que a disposição dos equipamentos urbanos e dos produtos imobiliários em Arapiraca despontou como indutora das modificações ocorridas no espaço nas últimas décadas. A compreensão dos estágios da evolução desses espaços em diferentes escalas proporciona uma discussão sobre o espraiamento das cidades para além de suas franjas, condicionando-as a um processo de segregação socioespacial, apresentando uma mudança significativa na estrutura urbana, na qual se constata em grandes centros urbanos. Dentre outras as mudanças ocorridas ao logo dessas duas últimas décadas, destaca-se o impacto do mercado imobiliário na segregação socioespacial da cidade de Arapiraca a partir da inserção de novas modalidades de empreendimentos residenciais que transformaram a paisagem urbana.

6.1 A violência do medo: os contrastes da cidade de Arapiraca

Sendo as zonas de expansão urbana e de ocupação dirigida principais vetores de investimentos por parte do setor imobiliário e partindo da premissa de que esses espaços residenciais estão “entre muros”, a violência pode estar exercendo uma condicionante na estrutura morfológico-funcional da cidade. Fernandes (2009) trata que o sentido abstrato da

insegurança condiciona novos itinerários urbanos, onde espaços controlados tornam-se capazes de inibir a violência urbana. Freitas e Costa enfatizam que “a violência, o sentimento de medo e a sensação de insegurança, associados às novas dinâmicas do mercado imobiliário, geraram uma nova forma produção e apropriação da cidade e contribuem para expansão de conjuntos residenciais murados” (Freitas; Costa, 2021, p. 28). No caso de Arapiraca, nota-se como consta na figura 52, que os índices vêm se comportando desde 2012, percebe-se que os condomínios estão inseridos em bairros de alta incidência criminal ou ocupam zonas limítrofes. Nesse ano, foram registrados 149 Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). Desses, 107 casos ocorreram na zona urbana conforme apresentado a seguir.

Figure 54 - Índice de criminalidade em Arapiraca, por bairros, 2012



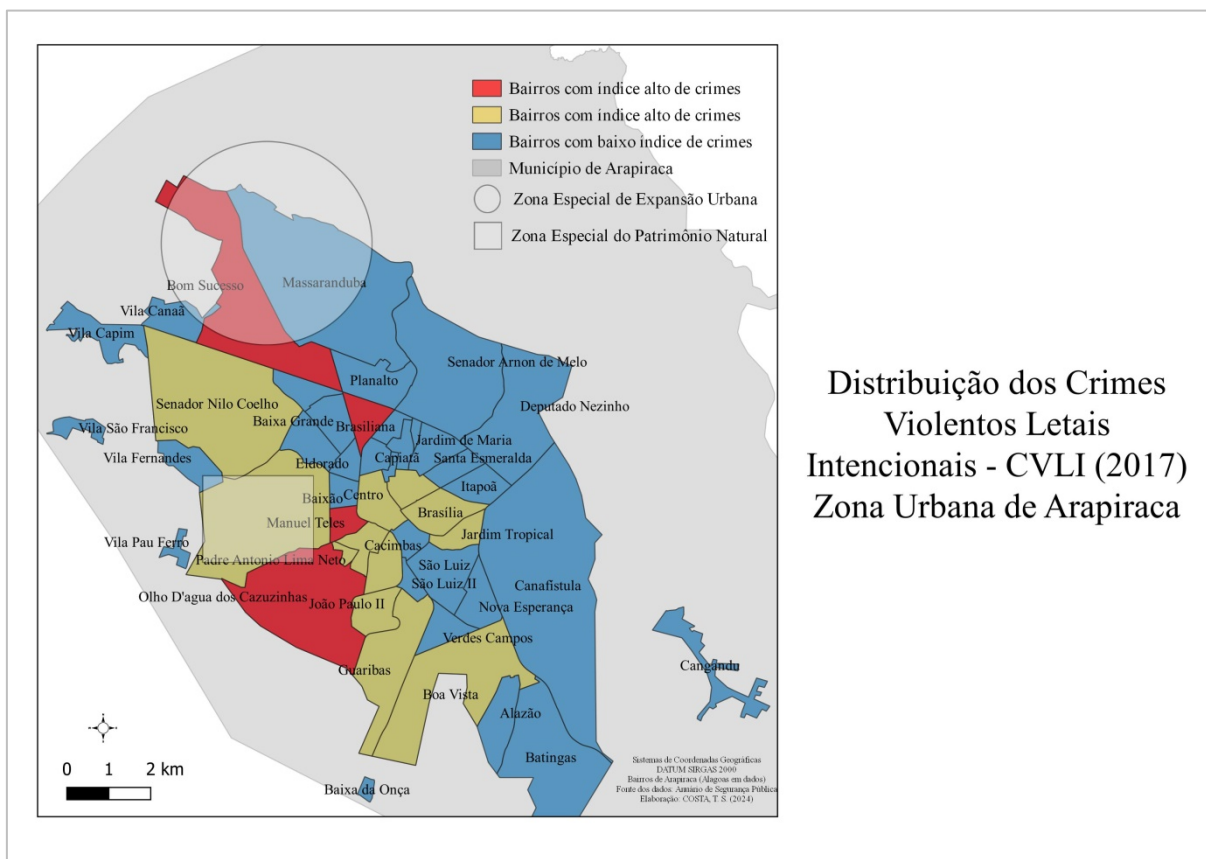
Fonte: Boletim Estatístico Crimes Violentos Letais Intencionais, 2012.

Elaborado pelo autor

No ano de 2012 os Bairros Bom Sucesso, Manoel Teles, Planalto, Brasiliana, Centro Cacimbas, Olho D'água dos Cazuzinhas e Guaribas tiveram uma maior incidência de crimes. Conforme figura 55, houve uma redução da violência entre os anos de 2012 e 2017 nos Bairros Planalto, Centro e Cacimbas mantendo os bairros Bom Sucesso e Brasiliana e Manoel Teles e

Olho D'água dos Cazuzinhas nos altos índices de criminalidade que vitimaram em sua maioria a população negra e parda na faixa etária de 30 a 59 anos (66,7%). Nesse ano, ocorreram 137 CVLI com um total de 99 casos registrados na zona urbana.

Figure 55 - Índice de criminalidade em Arapiraca, por bairros, 2017

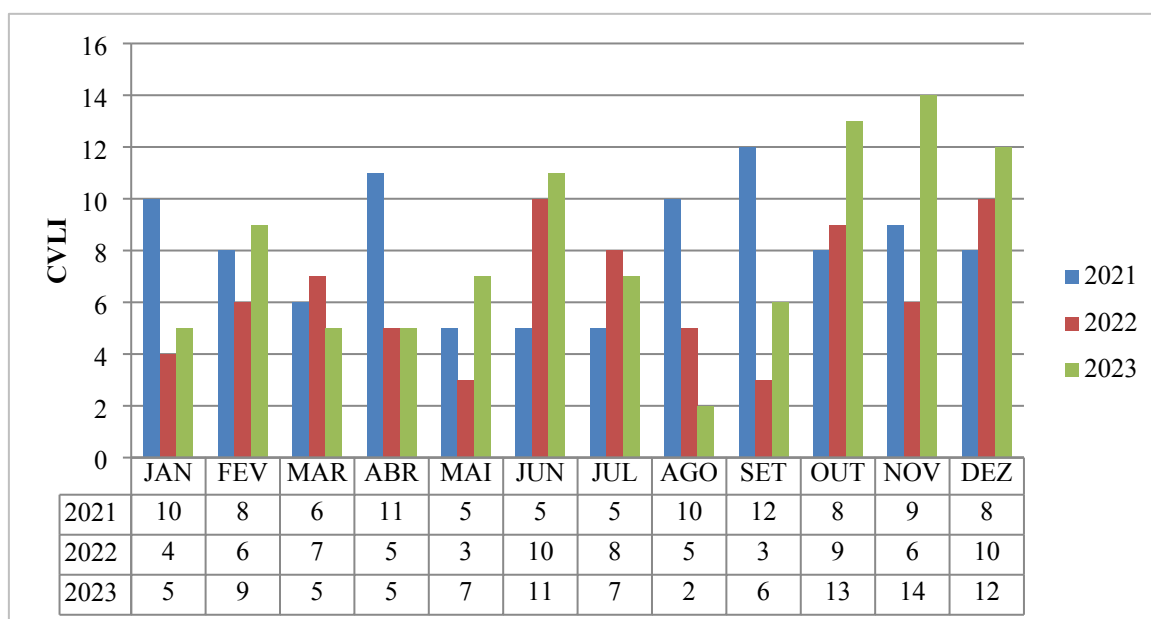


Fonte: Boletim Estatístico Crimes Violentos Letais Intencionais, 2017.
Elaborado pelo autor

Apesar de uma redução nos últimos anos, à cidade de Arapiraca ainda mantém níveis altos de violência. Ao verificarmos essas condições, onde a população tenta remediar o medo de morar em determinadas regiões, observa-se uma tendência de crescimento dos espaços residenciais fechados como solução em curto prazo para minimizar a sensação de insegurança. Os residenciais Morumbi (Bairro Brasiliana), Jardim das Bromélias (Bairro Bom sucesso), Tucano (Bairro Bom Sucesso), Fonte da Vida (Bairro Olha D'água dos Cazuzinhas) e Rubi (Bairro São Luiz) estão localizados em áreas criminalidade alta. Já os residenciais JBR (Bairro Senador Nilo Coelho), Sol Nascente, Reserva Perucaba, Jardins Perucaba I e II e Riviera do lago (Bairro Zélia Barbosa), Pedra azul (Bairro Guaribas) e Bem Viver (Bairro Boa Vista), apresentam níveis intermediários e estão em áreas limítrofes aos bairros com maior incidência.

O gráfico 6 apresenta o número de crimes letais para os anos 2021, 2022 e 2023, que apresentaram respectivamente 87, 76 e 96, ou seja, números menores que o ano 2017 em que foram constatados 137. Logo, houve uma redução do número de crimes, mas a realidade ainda gera preocupação e sensação de insegurança nos residentes. No Gráfico pode-se notar que não há um padrão de ocorrência, mas que em meses de festas, junho (festas juninas) e dezembro (Natal) o número de crimes aumentou.

Gráfico 6 - Crimes Violentos Letais Intencionais em Arapiraca de 2021 a 2023



Fonte: Boletim Estatístico Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), 2023.
Elaborado pelo autor

Comumente ocupando a faixa periurbana e flutuando nas contradições impostas pelos espaços residenciais de alto padrão, os Conjuntos Habitacionais de Interesse Social (CHIS) encontram-se desprovidos de serviços, segurança e equipamentos públicos que possibilitem uma melhor qualidade de vida. Essas localidades, em sua maioria, estão localizadas nos Bairros Manoel Teles, Olho D'água dos Cazuzinhas e Bom Sucesso que apresentam um alto índice de vulnerabilidade. Esses loteamentos ocupam a faixa de expansão urbana da cidade nos vetores norte e oeste conforme planejamento urbano do plano diretor. A figura 55 permite visualizar a localização dessas áreas.

Figura 56 - Espaços residenciais em Arapiraca, 2024



Fonte: Prefeitura Municipal de Arapiraca, 2024
 Elaborado pelo autor

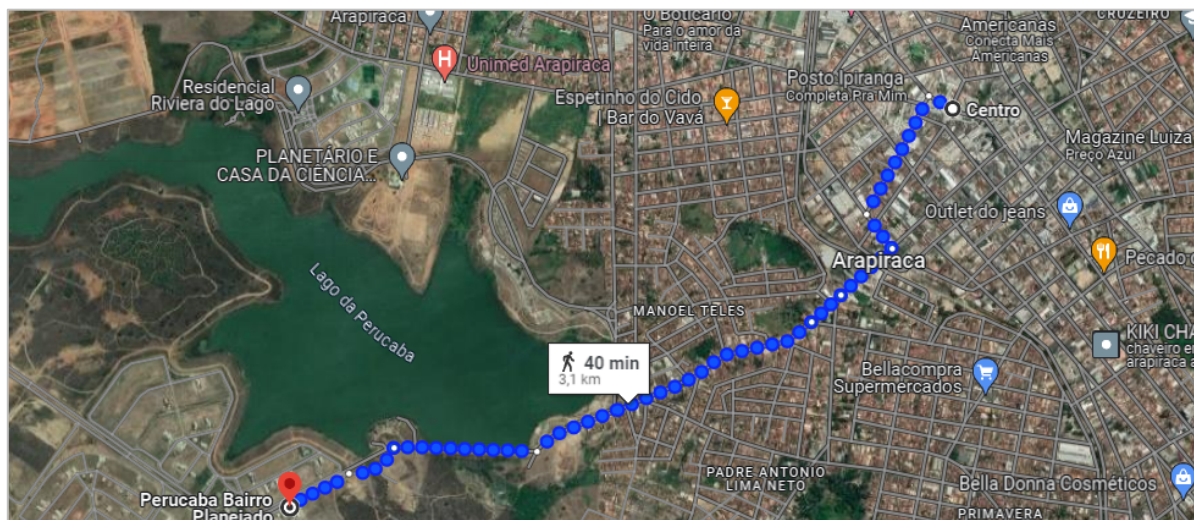
Os residentes dessas Habitações de Interesse Social (HIS) permanecem, mesmo que parcialmente, cerceados do acesso aos equipamentos públicos e ao centro devido principalmente ao déficit no sistema de transporte público. De forma hegemônica, essas habitações estão localizadas distantes do centro da cidade e em sua maioria não dispõem dos serviços ofertados pelo Estado quando comparados ao Perucaba bairro planejado.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) se tornou uma política de Estado voltada para mitigar o déficit habitacional no país. Com isso, surgiram novas relações espaciais, desencadeadas tanto pela mão do estado, quanto pelos agentes imobiliários, que conduziram o reordenamento territorial. Jorge e Miyazaki reiteram que:

Muitas políticas habitacionais, ao garantir o acesso à moradia à população, continuaram a insistir em modelos que reproduzem problemas urbanos já conhecidos, como, por exemplo, a construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas e distantes da área urbana consolidada. Facilmente perceptível que muitos indivíduos, mesmo tendo obtido a casa própria, encontram-se segregados, bastante prejudicados pelas dificuldades referentes ao transporte, à saúde, à educação, ao saneamento, à segurança, dentre tantos outros direitos conferidos aos cidadãos, enfim, aos serviços públicos essenciais. (Jorge; Miyazaki, 2020, p. 90)

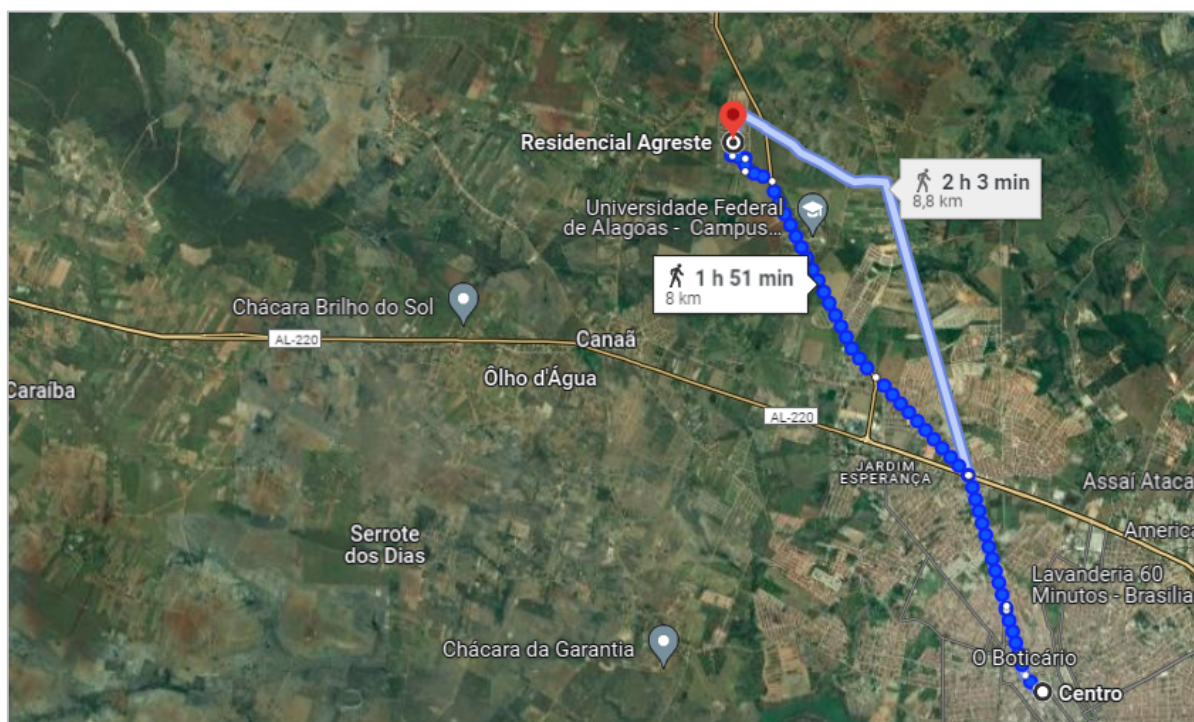
Essas novas “ilhas urbanas”, que flutuam no entorno da cidade, mostram a realidade imposta a essas pessoas no que se refere à ineficiência do Estado em prestar serviços públicos e dignificar a vida em condições melhores. Em se tratando de mobilidade urbana, a figura 57 reproduz a localização do Perucaba (Alto padrão) e a figura 58 a do Residencial Agreste (PMCMV) perfazendo seus trajetos em direção ao centro a pé. Afinal, a população residente nestes comumente não dispõem de veículo próprio. E com relação ao transporte público, observa-se uma dependência do transporte de passageiros que faz a linha Palmeira dos Índios a Arapiraca para que os moradores do Residencial Agreste possam se deslocar até o centro.

Figura 57 - Distância do Perucaba bairro planejado para o centro de Arapiraca, 2023



Fonte: Google maps, 2023.

Figura 58 - Distância do Residencial Agreste para o centro de Arapiraca, 2023



Fonte: Google maps, 2023.

É fato que a localização e a falta de estrutura dos conjuntos residenciais condiciona os moradores dessas áreas a buscarem assistência médica e escolas em lugares mais distantes do seu local de moradia. Cabe ressaltar que, em sua maioria, os residentes dessas áreas não dispõem de transporte particular.

O Conjunto Habitacional Agreste passou por uma modificação do espaço, o local antes era utilizado para agricultura, e hoje se encontra loteado, tornando-se um território usado para a moradia para a população que não possuía uma casa própria. No entanto o local não é valorizado se comparado a condomínios que também cresceram bastante em Arapiraca nos últimos anos. O conjunto apresenta infraestrutura precária com pequenas casas, e problemas no saneamento básico, na pavimentação e falta de áreas de lazer para a população (Santos, 2019, p. 16).

Apesar das políticas de estado mitigar o problema da moradia, estas residências ainda carecem de atenção do poder público. Essas políticas habitacionais impulsionaram novos padrões de ocupação do solo urbano resultando no alastramento de loteamentos na primeira década do século XXI e se reconfigurando como novas tipologias a partir de 2010.

6.2 Expansão e consolidação dos espaços residenciais fechados (ERF)

Ao evidenciar essa predisposição na cidade de Arapiraca, constata-se um incremento no número de lotes abertos entre os anos de 2000 e 2015, inclusive com a entrega do primeiro residencial vertical, o Espace (Figura 59), representando uma nova tipologia de espaços residenciais verticais de alto padrão. Ao atentar para o período 2000-2015, pode-se observar na Figura 60 que a partir de 2010, ou seja, em cinco anos, houve um aumento significativo no número de loteamentos. A especulação imobiliária em torno do Lago da Perucaba tem início nesse período, com o loteamento da Zona Especial de Interesse Ambiental conforme representado na figura 58.

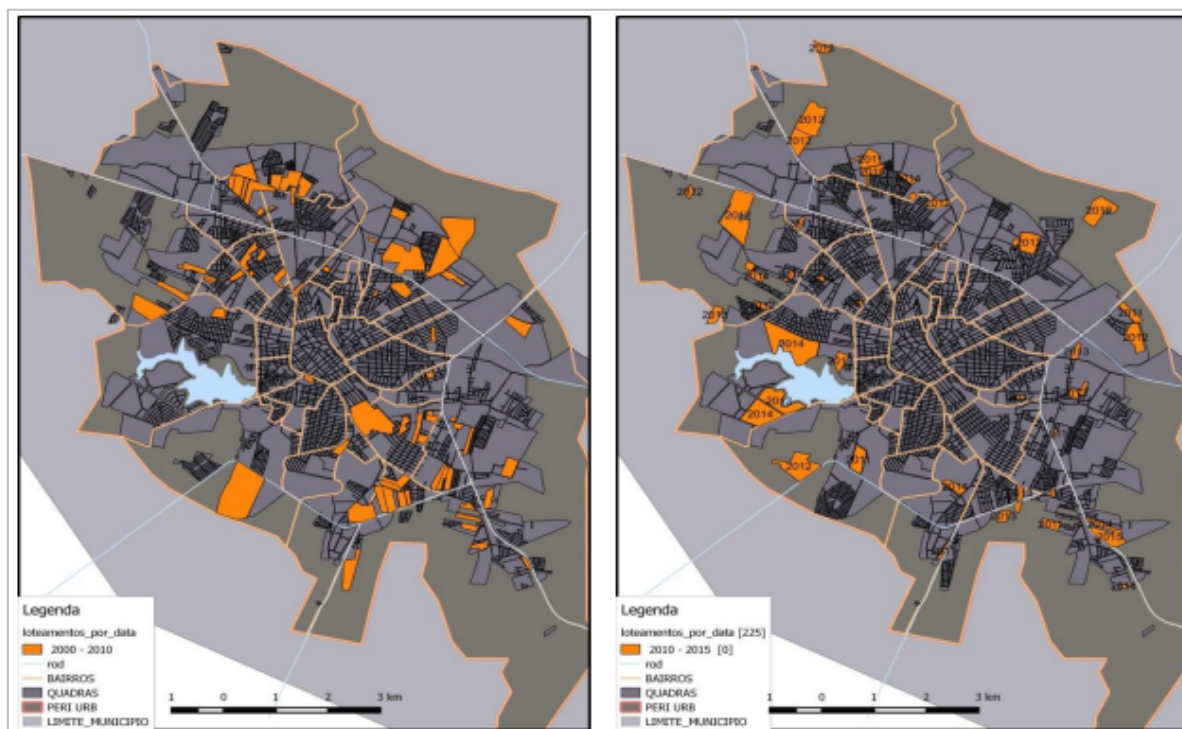
Figura 59 - Espace Arapiraca, 2024



Fonte: André Felipe imóveis, 2024

. Ao atentar para esse período, pode-se observar que a partir de 2010, ou seja, em cinco anos, houve uma ampliação significativa no número de loteamentos. A especulação imobiliária em torno do Lago da Perucaba tem início nesse período, com o loteamento da Zona Especial do Patrimônio Natural conforme representado na figura 59.

Figura 60 - Evolução dos loteamentos entre 2000 e 2015 em Arapiraca (AL)

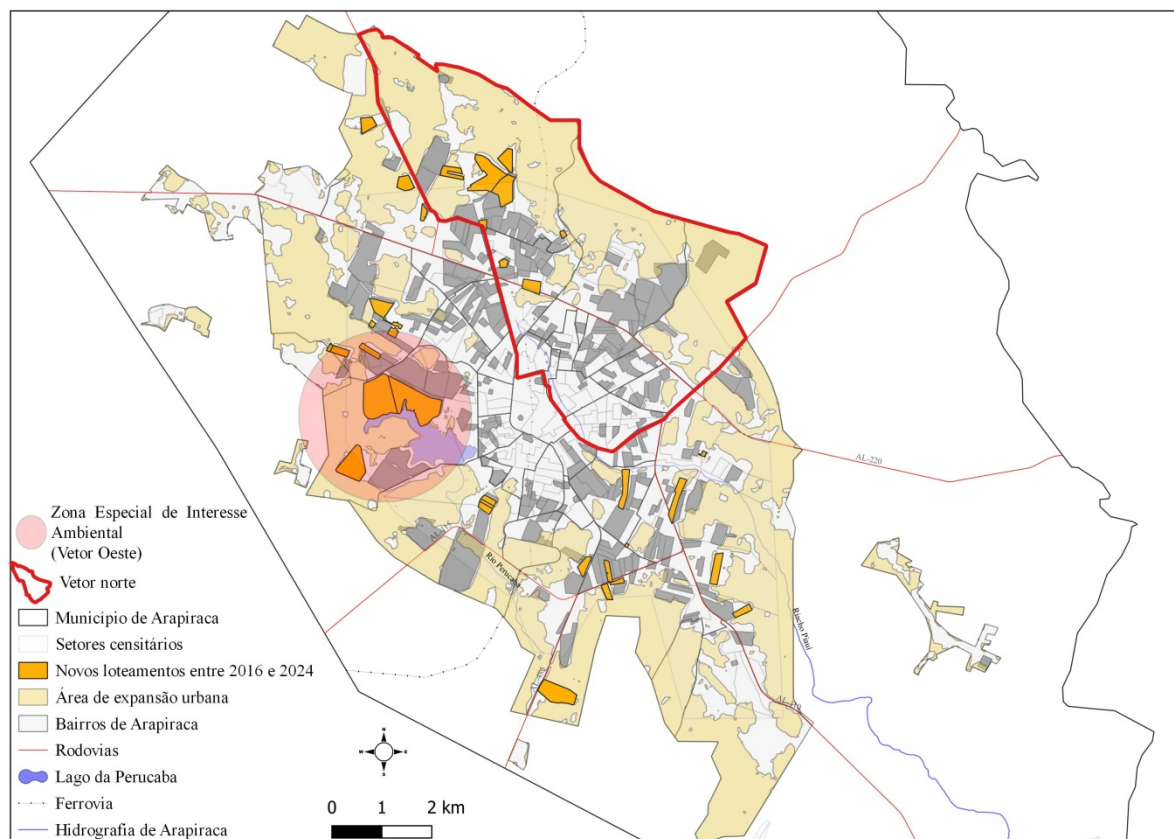


Fonte: Damasceno, et al. (2016)

A consolidação dos vetores de expansão Norte e Oeste (Lago da Perucaba), prevista por lei⁴⁴, reconfigurou as áreas de expansão com a abertura de mais trinta e seis novos loteamentos entre os anos de 2016 e 2024 seguindo a tendência de ocupação das franjas da cidade, configurando o modelo de “cidade loteada”. Note-se entre 2000-2010 surgiram muitos loteamentos em várias direções, inclusive nas porções Sul/Sudeste conduzindo ao maior adensamento destas. Já entre 2010-2015⁴⁵ poucos loteamentos apareceram nestas porções do espaço urbano de Arapiraca. Já entre 2016 e 2024, os novos loteamentos são apresentados na figura 60, que permite verificar que as porções Norte e Oeste da cidade seguiram sendo de interesse do mercado imobiliário.

⁴⁴ Lei municipal nº 3238/2016.

Figura 61 - Localização de novos loteamentos em Arapiraca, 2024



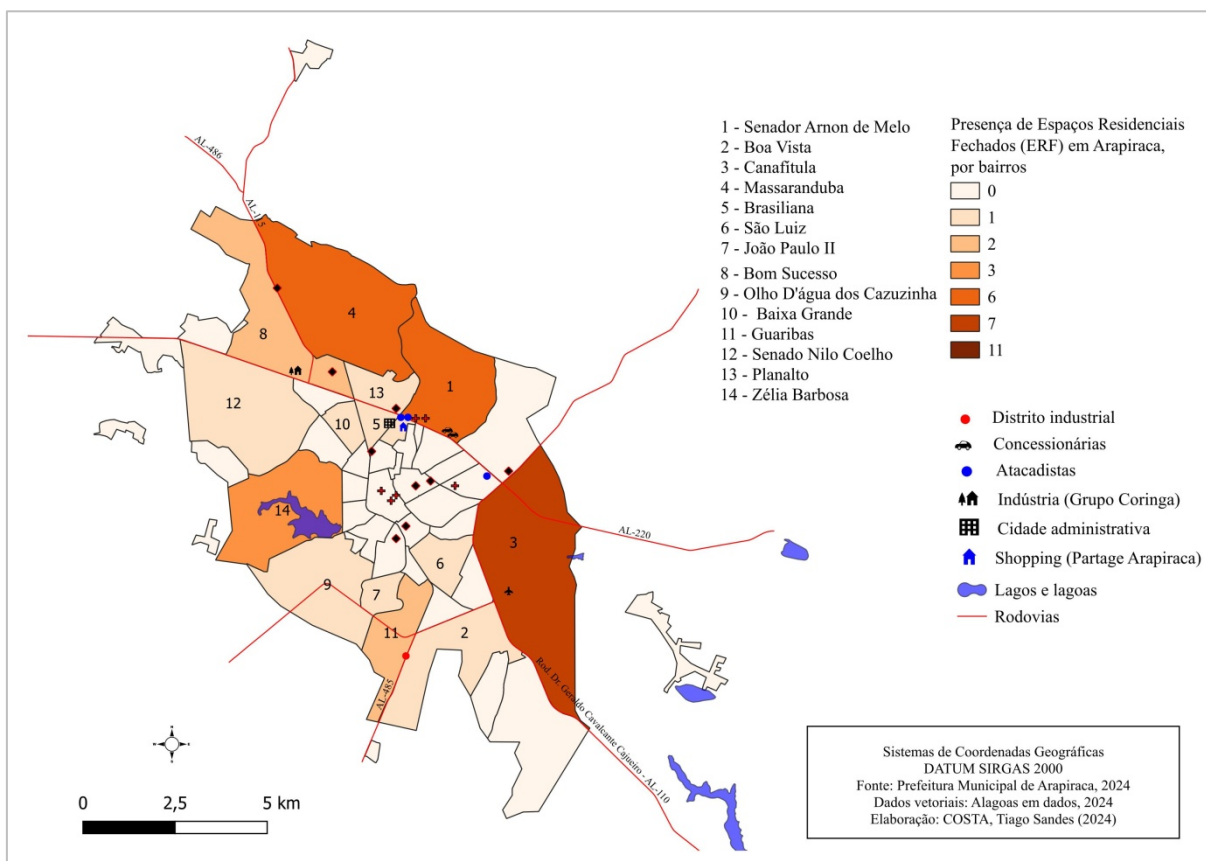
Fonte: Dados da pesquisa
Elaborado pelo autor

Ao analisar os três períodos, é perceptível um grande número de empreendimentos residenciais fechados ao longo dos últimos 24 anos. Com os ERF"s a organização do espaço de Arapiraca foi sendo alterada, ou seja, além dos espaços residenciais espaços, comerciais e de serviços como *Shopping* (2013), dois Subcentros foram constituídos (Rua Samaritana e Av. Ceci Cunha) tendo-se ampliando o Subcentro da Rua expedicionários Brasileiros. Apesar de 24 anos ser um período relativamente curto, alguns dos empreendimentos iniciais tornaram-se antiquados e/ou mesmo perderam sua atratividade, afinal, alguns como demonstrado, não foram regularizados perante o poder público municipal e os novos vieram com uma "roupagem" mais chamativa.

Ao considerar a execução de um produto de alta renda, onde mesmo fechado ainda há serviços prestados pelo município, devido a não normatização, inúmeros loteamentos que induzem a autossegregação de seus condômines não tem previsão legal. Atualmente, 14 bairros de Arapiraca concentram 53 espaços residenciais fechados conforme apresentado na

figura 61. Estes estão em todas as direções da cidade ainda que algumas porções contem com maior número deles.

Figura 62 - Número de espaços residenciais fechados em Arapiraca, por bairros 2024



Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Arapiraca, 2022.

Os bairros com maior concentração de espaços residenciais fechados são: Canafistula, a Leste, Senador Arnon de Melo e Massaranduba na ZEEU, seguido pelo bairro Zélia Barbosa que se encontra na Zona Especial de Interesse Ambiental. Essa espacialização reconfigura um novo eixo de crescimento desses projetos estimulados pela revitalização urbanística e pela mobilidade que o bairro oferece. Canafistula é considerada o berço da cultura arapiraquense e ainda concentra escolas, centro de saúde e uma vasta área arborizada. A oferta de tipos residenciais murados, aos segmentos de maiores rendas, permitiu a constituição de um setor composto por bairros com elevado poder aquisitivo, onde se verifica o estabelecimento de uma segregação em escala reduzida.

6.3 A cidade socioespacialmente segregada: novos padrões de localização periférica em Arapiraca

Nas duas últimas décadas Arapiraca vivenciou uma expansão urbana marcada pela dispersão da classe com alto poder aquisitivo para áreas periféricas da cidade e marcadas pela sua aproximação espacial de setores mais vulneráveis inseridas nas ZEIS. Contudo, essa tendência vem aprofundando a segregação socioespacial materializada pela introdução do capital imobiliário através do estabelecimento dos espaços residenciais de médio e alto padrão. Essa diferenciação espacial pode ainda vir acarretar uma divisão socioeconômica reproduzindo desigualdades. Carlos vem afirmar que “oposições e contrastes vão estabelecendo conflitos ao mesmo tempo em que revelam uma ordem autoritária sob o domínio do capital” (Carlos, 2013, p.103).

Comomitentemente se observa a ampliação da industrialização por setores periféricos da cidade, principalmente às margens das rodovias AL 110 e AL-115, e a tentativa de revitalização do distrito industrial. No que se refere aos equipamentos urbanos, principalmente os equipamentos de saúde e de educação, também estão situados nessas rodovias, a exemplo do Campus do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e dos principais hospitais (Chama, Unidade de Emergência do Agreste e o Memorial Ágape) que norteiam o espraiamento da cidade.

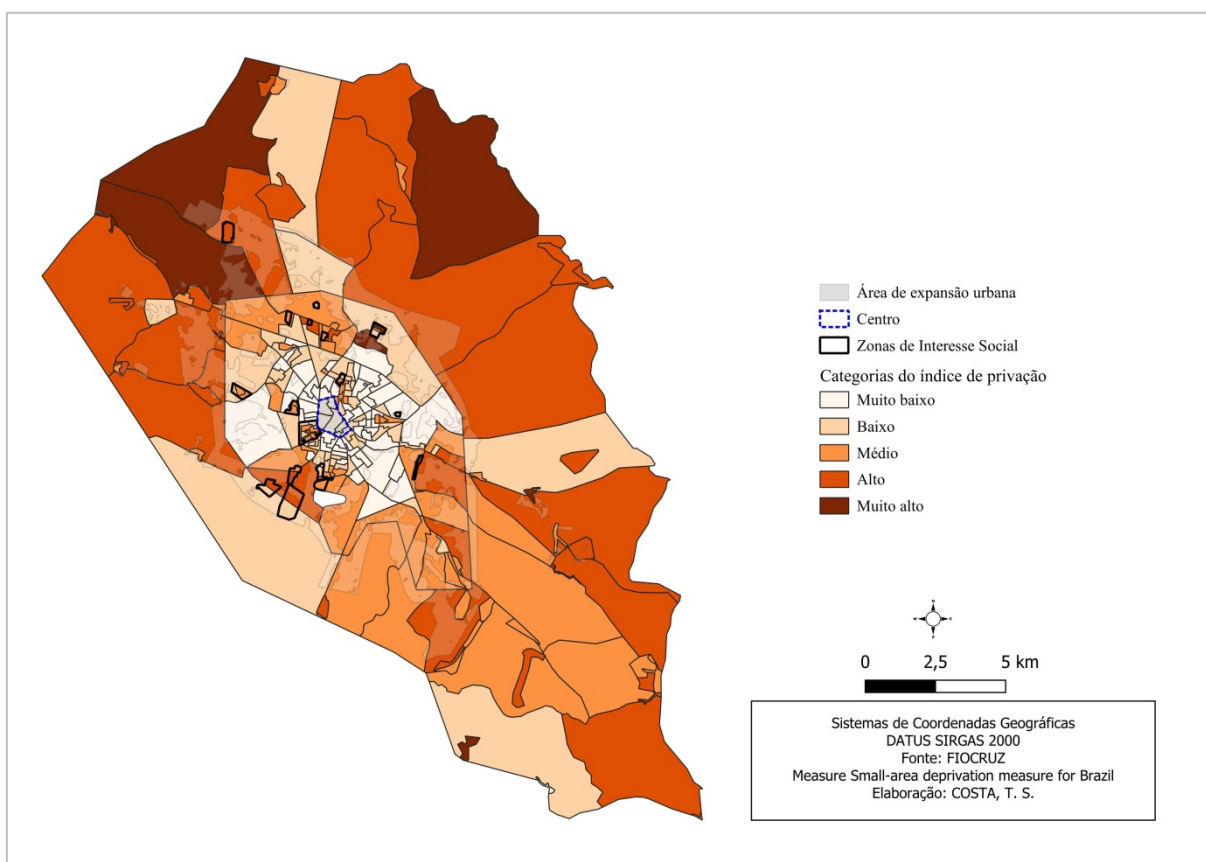
As áreas centrais condensam hoje de conjuntos prediais compactas de média elevação. Contudo, diferentemente do restante da cidade que cresce de forma horizontal, há uma forte tendência de reestruturação que comporte estruturas verticais que atendam a demanda do setor comercial e a inserção de novos subcentros diversificados. Os espaços residenciais traduzem apenas o período de ocupação inicial da cidade, com casas mais antigas e que hoje sedem espaço para investimentos em novos empreendimentos comerciais.

A estrutura intraurbana de Arapiraca vem se desenvolvendo a partir de uma lógica de permanência e ruptura tendo como pressupostos o modelo periférico de habitação popular atrelada a uma descontinuidade alicerçada na nova centralidade trazida pela presença do *Partage Arapiraca shopping*, espaços residenciais fechados e o Perucaba Bairro Planejado. Sposito (2013) faz referência aos processos de estruturação espacial em curso, onde as lógicas de apropriação e usos desses espaços transformam o espaço urbano. O avanço da ocupação pelas áreas periféricas apontadas pelo Plano Diretor do Município como Zona Especial de Expansão Urbana (ZEEU) Zona de Expansão Dirigida (ZED) demonstram padrões descontínuos e fragmentados com o avanço da mancha urbana.

Cabe ressaltar que a criminalidade não é um fator hegemônico que impõe a espacialização dos ERF pela cidade. O Bairro Canafistula, por exemplo, vem nos últimos anos vem sendo protagonista de investimentos imobiliários e retratado pelo baixo índice de criminalidade como apontado anteriormente nas figuras 32 e 33. Diferentemente dos outros vetores de expansão, não houve uma ocupação dirigida nas duas primeiras décadas tornando-a atrativa para o setor de investimento imobiliário.

Ainda sobre esse processo, cabe destacar que diferentemente da localização dos ERF de alto padrão que espacialmente não se encontram próximos aos conjuntos do PMCMV, outros residencias de classe média e os conjuntos habitacionais resultantes de programas habitacionais dividem os mesmo padrões de localização, revelando desigualdades na infraestrutura. Isso ocorre devido à condicionalidade na escolha de onde morar, levando em consideração o local do empreendimento. Utilizando-se como base o IBP, pôde-se identificar o grau de privação dessa população segundo sua disposição retratada na figura 62.

Figura 63 - Índice Brasileiro de Privação (IBP) em Arapiraca, por setor censitário, 2020



Fonte: Cidacs/Fiocruz Bahia; Censo 2010 [adaptado pelo autor].

Os conjuntos residenciais provenientes de programas habitacionais localizam-se em áreas de médio a alto índice de privação. Essa disposição reflete diretamente na qualidade de vida propiciando um desprovimento de acesso a infraestrutura básica e de mobilidade urbana em detrimento aos residenciais de médio e alto nível. Segundo Cerqueira e Diniz, investigações recentes realizadas acerca das desigualdades de acessibilidade nas cidades brasileiras validaram que grupos de baixa renda apresentam níveis de acessibilidade mais baixos às oportunidades, engendrando uma série de consequências negativas. (Cerqueira; Diniz, 2023, p. 8). No bairro Massaranduba, pode-se perceber as diferenças dos padrões de infraestrutura presentes nas vias de acesso em detrimento aos assentamentos precários. Apesar de estarem em um mesmo conglomerado residencial, a acessibilidade e a falta de uma infraestrutura básica reforça as disparidades encontradas a partir do IBP. A figura 63 redimensiona esses padrões que se reflete no Bairro Canafistula e em outras localidades de Arapiraca.

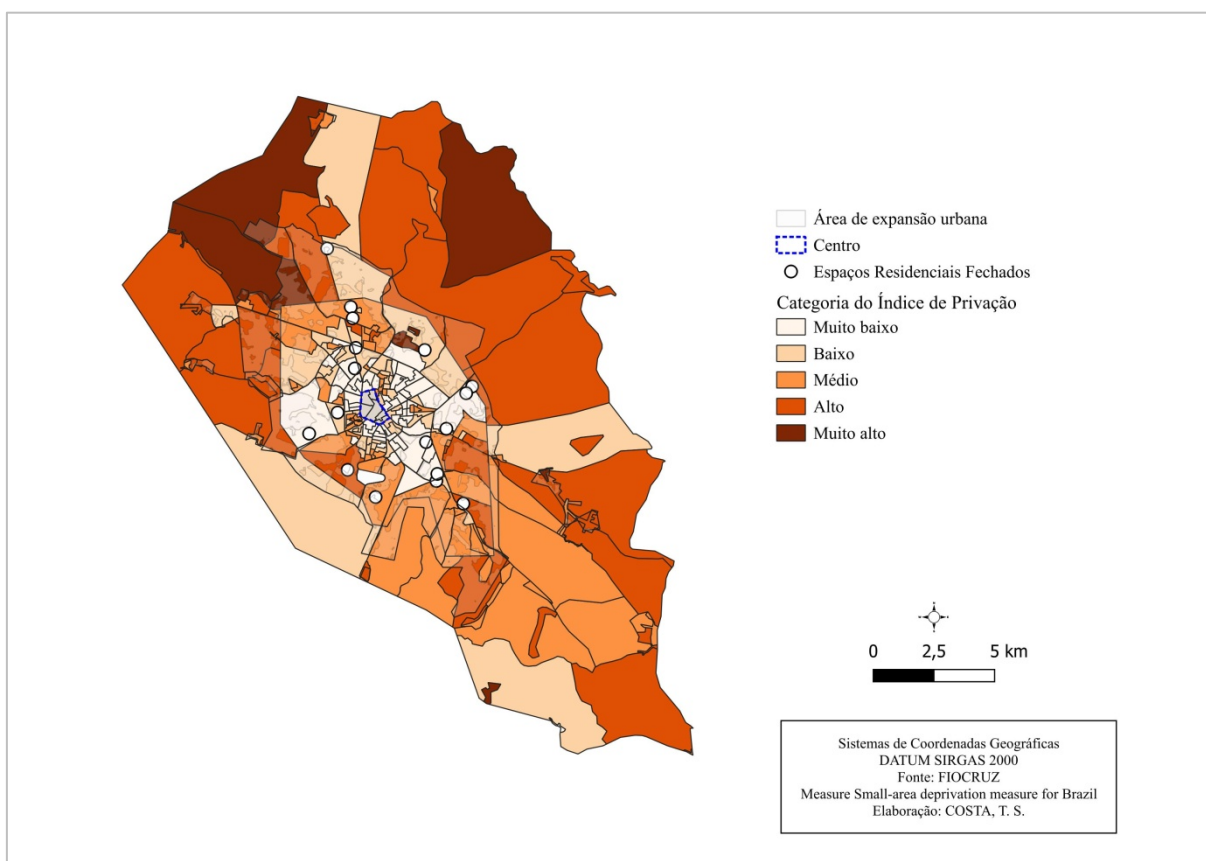
Figura 64 - Posição dos ERF e assentamentos precários no Bairro Massaranduba, 2022



Fonte: Neves, 2022

O calçamento no Bairro se estende até o acesso aos ERF condicionando aos moradores dos conjuntos uma precariedade de acesso a essas localidades. Fica evidente que além da autosegregação, sejam em ERF verticais ou horizontais, há um processo de aprofundamento da segregação socioespacial na cidade de Arapiraca. Dal Pozo (2015) já demonstrava em seus estudos a ascendência dessa tipologia de moradia em cidades médias, inclusive de habitação popular para pessoas de classe média e verticalização dos empreendimentos para classe média-alta e alta. A figura 64 faz uma relação direta ao relacionarmos a localização dos empreendimentos de médio e alto padrão com o IBP.

Figura 65 - Índice Brasileiro de Privação (IBP) em Arapiraca, por setor censitário, 2020



Fonte: Cidacs/Fiocruz Bahia; Censo 2010 [adaptado pelo autor].

Os ERF estão inseridos em uma área classificada como de muito baixo a médio índice de privação. Nessas localidades ainda pode-se evidenciar acesso ao centro com maior mobilidade. A infraestrutura básica também encontra-se presente próximos a esses espaços residenciais, agregando valor aos imóveis e ao solo em seu entorno.

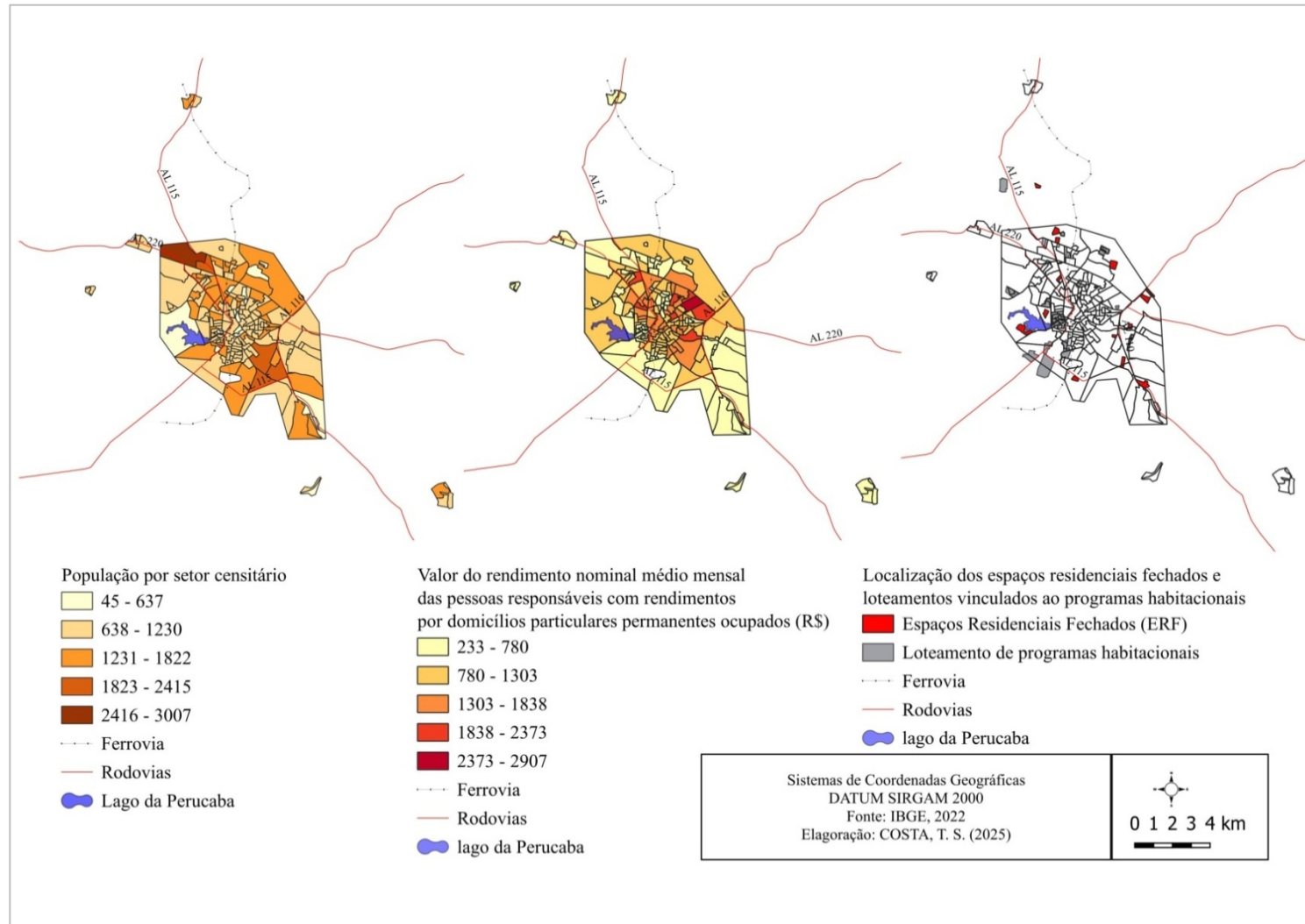
Os dados do censo demográfico do IBGE de 2010 revelam os aspectos inerentes a segregação socioespacial. Notadamente há uma dispersão populacional para fora do centro

tendo como advento a periferação dos ERF conjuntamente com os conjuntos residenciais do PMCMV do governo federal. O plano de mitigação do déficit habitacional, com a popularização de casas loteadas, vem transformando o limiar da cidade de Arapiraca a medida que o planejamento urbano pautado na expansão da mancha urbana com a ocupação de áreas rarefeitas transformam o espaço intraurbano.

Ao dimensionar o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por essas moradias em setores censitários verifica-se que a população que encontra-se nas áreas periféricas da cidade detém o menor poder aquisitivo. Até o Censo de ano (2010), alguns ERF não tinham sido entregues pelas incorporadoras indicando um modelo centro-periferia, onde as classes média-alta e alta se concentram mais próximos ao centro. Portanto, o recorte temporal para entender a estruturação intraurbana de Arapiraca e a mudança do modelo espacial na segunda metade do século XX foi preponderante para compreender a segregação promovida pela inserção dos ERF. A junção do adensamento populacional, renda e a localização desses espaços residenciais nos traz uma dimensão do modelo centro-periferia e de como a posição dos loteamentos, que posteriormente dão espaço a estruturas de alta renda, começam a descentralizar serviços para a franja da cidade.

A figura 65 reproduz espacialmente a justaposição da população e sua renda demonstrando um perfil urbano no início de 2010 em suas zonas e com os vetores norte e oeste ainda incipiente no que diz respeito ao padrão financeiro. Proeminentemente, o entorno do Lago da Perucaba apresenta-se com baixa densidade de ocupação e com renda mediana. Ao abordar o espraiamento dos loteamentos, a exemplo do residencial agreste, observa-se a presença de loteamentos para além da cidade que conjuntamente se firma como indutor da mancha urbana.

Figura 66 - Coleção de mapas com dados populacionais, de renda e localização dos ERF e ZEIS, 2010



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010
 Elaborado Pelo Autor

A partida da disponibilização dos dados populacionais e de renda do censo de 2022 constata-se um ganho demográfico no vetor norte realçado pela presença do campus da UFAL e o alargamento de empreendimentos imobiliários nessa área. Obras como a da Sementeira Residence e o Residencial Tucano estão em andamento e darão um novo padrão de urbanização as margens da AL-115. A figura 66 mostra o andamento de uma dessas obras.

Figura 67 - Sementeira Residence em Arapiraca, 2025



Fonte: Deom Moreno imóveis, 2025

É importante ressaltar que os equipamentos de educação em Arapiraca vêm promovendo uma atração de investimentos em ERF que, conseqüentemente, atrai infraestrutura e melhores condições de mobilidade em contrapartida aos locais de edificações precárias. Na AL-110, rodovia de acesso ao IFAL, temos um dos maiores ERF de Arapiraca, o AltaVille Residence. De padrão elevado, é um dos espaços residências que congrega todos os elementos oferecidos por esse tipo de moradia. A figura 67 mostra sua vista parcial.

Figura 68 - Vista panorâmica do AltaVille Residence em Arapiraca, 2025

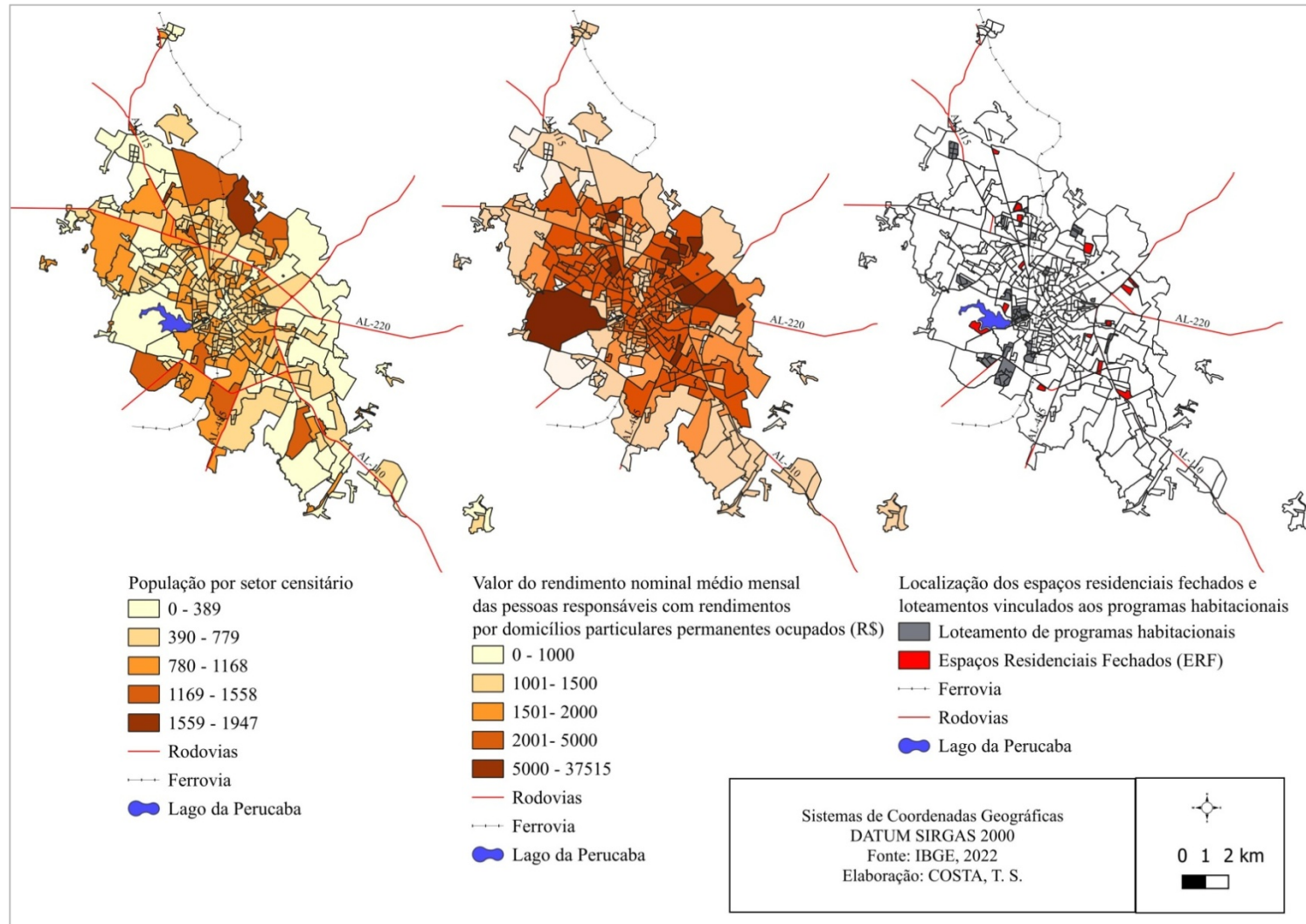


Fonte: Deom Moreno imóveis, 2025

O entorno do Lago da Perucaba vem sendo ocupado nos últimos anos. Com a construção de um Bairro planejado já desponta como uma das áreas mais disputadas no mercado de imóveis. A figura 67 demonstra o grau de poder aquisitivo dos moradores que compõem os três ERF diferentemente do que ocorria até 2010. As zonas pericentrais da cidade de Arapiraca desempenharam um papel importante para a tipologia de ocupação do solo que vieram a se desenvolver nos últimos 20 anos. Os primeiros ERF de médio padrão localizam-se nessas áreas, tornando-se estratégico para o setor imobiliário.

A coleção de mapas com setores censitários de 2022, presente da figura 68, mostra a tendência de ocupação não observada no último censo (2010). O modelo centro-periferia dá espaço ao modelo de cidade fragmentada associada às metrópoles latino-americanas, com a elite fixando-se em ERF em regiões periféricas da cidade criando ilhas residenciais enquanto modelo de desenvolvimento urbano.

Figura 69 - Coleção de mapas com dados populacionais, de renda e localização dos ERF e ZEIS, 2022



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2022
Elaborado Pelo Autor

Ao se analisar a coleção de mapas, fica perceptível que as áreas onde se localizam os ERF"s⁴⁵ apresentam um maior rendimento nominal. Ao compararmos a localização do Perucaba Bairro Planejado a partir das variáveis renda e população observamos que essa fração apresentasse rarefeita e com alto rendimento. Apesar do Bairro Zélia Barbosa Rocha está inserida na Zona de Ocupação Dirigida (ZOD), a área que compreende o Bairro Planejado está em uma Zona Especial de Interesse Ambiental com ocupação restrita e fiscalização intensa. Em sua totalidade, a disposição dos ERF"s aponta ainda para baixa densidade demográfica e um rendimento relativamente alto ao compararmos com outros setores da cidade em que se localizam as Habitações de Interesse Social.

É notório que ERF"s vêm modificando a paisagem urbana ao longo dos anos. O processo gradativo da estratificação social e autossegração puderam ser constatados, tendo como resultado emite a cidade socioespacialmente segregada, tanto do ponto de vista econômico quanto socioespacial, exarcebando profundas desigualdades socioespaciais.

Ao longo das décadas, a cidade vem crescendo e dinamizando sua economia à medida que ocupa um lugar central na rede urbana alagoana. É admitido que as atividades econômicas permitissem uma interação espacial, a partir do seu perfil funcional, inferindo uma primazia na sua região de influência. Em síntese, Arapiraca vem sofrendo alterações consideráveis, principalmente em seu espaço urbano. As cidades médias vêm apresentando a mesma tendência no que se refere à divisão de classes sociais diante da expansão do modelo de residência em espaços fechados.

⁴⁵ A figura traz para o centro das análises os 17 Espaços Residenciais Fechados que estão regulamentados pelo poder público municipal.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho dos trilhos na primeira metade do século XX, que induziu o processo de urbanização do estado de Alagoas, cedeu espaço para as rodovias que conduziram o desenvolvimento de Arapiraca. Entre as décadas de 1960 e 1980, com a consolidação da produção fumageira, o município vivenciou um movimento econômico que confluiria ao patamar de cidade média.

A expansão vertiginosa dos centros urbanos, estimulado pela dilatação populacional nos últimos anos, decorrente dos deslocamentos populacionais rumo às cidades, propiciou um desenvolvimento econômico desigual associado a graves problemas estruturantes nas cidades brasileiras. Em Arapiraca, os censos demográficos apontam um aumento significativo da população entre os anos de 1991 e 2022, passando de uma população de 144.091 habitantes para 234.696 habitantes em 30 anos. Esse adensamento populacional atrelado à transição econômica em que a cidade atravessa até os dias atuais ampliou sua centralidade desencadeando sua expansão urbana. A Região Metropolitana de Arapiraca caracteriza-se pela incidência de fluxo de capitais vinculada a Arapiraca, condicionando-a subsidiar todo o conjunto de cidades com a provisão de absorver uma demanda do mercado. Essa lógica não restringesse as grandes metrópoles nacionais e regionais, ela vem se reproduzindo socioespacialmente em cidades médias refletindo na segregação socioespacial. Essa dualidade conduzida pelo estado a partir de programas habitacionais como o Programa Minha Casa Minha Vida, na tentativa de remediar o déficit habitacional, e pelo capital imobiliário por meio da financeirização do solo urbano.

Os estudos sobre as regiões de influência das cidades (REGIC) possibilitou uma melhor compreensão sobre a dinâmica estabelecida pela cidade de Arapiraca em sua hinterlândia. Sua posição geográfica é um fator estratégico para seu desenvolvimento. A ligação entre o Sertão e a Zona da Mata com suas vias de acesso interestadual tornaram-se fundamentais na indução da industrialização e posterior escoamento da produção. Cabe destacar a revogação da Lei Complementar nº 27 de 2009 que agregou a Região Metropolitana de Palmeira dos Índios a Região Metropolitana de Arapiraca outorgando sua notoriedade na hierarquia urbana no estado.

Os dados socioeconômicos revelam uma economia diversificada e se destaca na economia estadual. Ocupando o 2º no ranking do PIB e apresentando números importantes na produção agrícola, no comércio e serviços e IDHM, vem despontando com uma forte tendência de crescimento. Com incremento demográfico desde a década de 1990, Arapiraca

se constitui como centro de atração populacional indicando uma continuidade nos próximos anos.

Ao analisar a centralidade nota-se que a cidade vem exercendo um alcance por toda sua região intermediária demonstrando uma constância no seu processo de urbanização. Nas últimas duas décadas Arapiraca também vêm ganhando expressão na rede urbana nordestina, graças ao setor de serviços ligado ao comércio atacadista e varejista e ampliação de equipamentos de educação e de saúde, esse último de alta complexidade, em constante processo de industrialização, tornando-se um polo de investimentos que demandou uma recente e acelerada mudança no seu espaço intraurbano. Esses fatores estão atrelados ao crescente investimento na indústria alimentícia (Fábricas de biscoitos, HADA alimentos, Popular alimentos, Grupo Coringa, dentre outros) e no comércio atacadista (Atacadão, Assaí Atacadista Azul Atacarejo, dentre outros). No âmbito da rede urbana, Arapiraca vem reproduzindo uma cristalização nos últimos 20 anos devido ao seu poder de atração e uma constante interação espacial em níveis estadual e regional.

As duas primeiras décadas do século XX denotaram uma diversificação no quadro econômico da cidade com uma reestruturação socioespacial a partir da descentralização administrativa, acompanhada pela instalação de equipamentos públicos e privados e de novos produtos (*Shopping*) resultaram na formação de subcentros. A partir do CNEFE puderam-se identificar três subcentros que impulsionaram outros investimentos para fora do centro. O capital imobiliário está sendo relevante para indução desse processo. O plano diretor (2006) estabeleceu regras para o uso e ocupação do solo visando ocupar vazios urbanos para remediar a aglomeração em torno do centro (Macrozona Urbana de Requalificação) estabelecendo “partes” da cidade para ocupação residencial. Observa-se, inicialmente, o estabelecimento dos primeiros modelos de moradias em ERFs nas zonas pericentrais da cidade, ocupadas pela parcela da população de renda média e alta e com uma infraestrutura preestabelecida e com vias de mobilidade para quase todos os vetores da cidade. Dois eixos principais presentes no planejamento de expansão da cidade conduziram a ramificação dessa tipologia de habitação: O vetor norte (Zona Especial de Expansão Urbana) que se encontra na Macrozona Rural Mangabeiras e mais recentemente o vetor Oeste (Zona Especial de Interesse Ambiental) que se encontra na Macrozona Urbana Ocupação Dirigida.

As ZEIS, também inseridas nestes dois eixos, não apresenta a mesma infraestrutura disposta aos ERF. Em contraponto, o Bairro Canafitula desponta com forte tendência de exploração por parte do mercado imobiliário. Notadamente, algumas áreas da cidade vêm despertando interesse para investimentos em novos empreendimentos com a abertura de

loteamentos. Apesar de apenas 17 ERF estarem regularizados para funcionarem com todos os atributos instituídos a eles, sendo o cerne das análises, existem outros 235 loteamentos construídos ou em fase de conclusão. Dentre eles, 40 estão fechados de forma irregular e persistem com serviços públicos no seu interior. Um exemplo enfático é o condomínio Ouro Verde (empreendimento de alto padrão) que ainda se enquadra enquanto loteamento e tem serviços de polda e limpeza interna realizada pelo setor público.

Ao analisar a disposição dos Espaços Residenciais Fechados, verificou-se que o modelo centro-periferia vem cedendo espaço para um novo modelo, o de cidade fragmentada. Espacialmente, Arapiraca reflete um padrão de dispersão urbana com a presença de espaços residenciais descontínuos ao longo dos principais eixos viários tendo o meio físico contribuindo com a ocupação e posterior expansão urbana, afinal, apresenta pouca variação altimétrica. Mesmo que a violência urbana seja um fator característico dos vetores em expansão, essa condição não reflete significativamente o espraiamento dos Espaços Residenciais Fechados para as franjas da cidade.

Com relação à violência urbana em Arapiraca, constata-se que o aumento tem ocorrido principalmente nas ZEIS, enquanto nas áreas Espaços Residenciais Fechados os níveis são baixos, o que condiz com a expectativa dos residentes. Afinal, esse é um motivo declarado pelos residentes de se optar por residir nos ERFs. Como colocado, os bairros com maior índice de criminalidade na cidade estão localizados nas ZEIS, a exemplo de Olho D'água dos Cazuzinhas, Manoel Teles e Bom Sucesso.

As disparidades socioeconômicas ficam evidentes ao analisar os dados populacionais, de renda e de localização dos ERF e das HIS. Ao compararmos os dados disponíveis nos censos demográficos de 2010 e 2022 verifica-se o alto grau de concentração de renda nos Bairros Senador Arnon de Melo, Zélia Barbosa e Planalto, localidades essas que apresentam ERF de médio e alto padrão. Essas novas “ilhas residenciais” apresentam-se como agentes segregadores do espaço urbano. A cidade remete a uma parcela da sociedade autosegregada induzida pela sensação abstrata de segurança.

Essas desigualdades no espaço intraurbano de Arapiraca expõe a disfunção com relação à apropriação desse espaço, caracterizada pelas distorções no acesso a uma melhor qualidade de vida. O acesso ao abastecimento d'água, saneamento básico, infraestrutura adequada e políticas públicas que possibilitem uma maior inserção social e ao que a cidade produz remediaria os impactos negativos da privação. O centro deixa de ser um espaço residencial privilegiado enquanto observa-se a periferização dos ERF e a divisão social do espaço multifacetado.

Os estudos sobre segregação socioespacial em cidades não-metropolitanas e na escala intraurbana são recentes. Norteadora da pesquisa, a investigação dos processos de segregação socioespacial em Arapiraca confirmou a primeira hipótese do estudo. Do ponto de vista da produção do espaço urbana, pôde-se confirmar que a espacialização dos grandes empreendimentos imobiliários na constituição da paisagem urbana tem impactos diretos na escala intraurbana e na morfologia de Arapiraca. Alguns apontamentos são necessários para entendermos que, apesar da temporalidade e complexidade, apresenta padrões correspondentes e de natureza socioeconômica semelhante.

A autossegregação, reflexo do crescimento e do espraiamento dos ERF"s, reproduz espaços segregados em que os residentes isolam-se do convívio social e não utilizam os espaços públicos. A natureza da segregação socioespacial está intimamente ligada a segregação imposta a população de menor poder aquisitivo e a segregação induzida pelo capital imobiliário. Portanto, confirma-se a segunda hipótese da pesquisa quando se constata o afloramento desses residenciais em localidades com melhor infraestrutura em detrimento aos loteamentos localizados na Zona de Interesse Social (ZEIS) caracterizados por uma infraestrutura precária e carente de atenção básica.

Como discutido anteriormente no último capítulo, Arapiraca transita para consolidação do modelo cidade fragmentada. A natureza socioeconômica da segregação socioespacial se materializa nas desigualdades sociais e definidas pela precariedade estrutural e dificuldade de acesso aos equipamentos urbanos. Com isso, constata-se a comutação de processos de diferenciação para um espaço segregado e fragmentado socioespacialmente confirmando a hipótese da mudança do modelo centro-periferia para uma cidade fragmentada.

Tendo alcançado os objetivos, algumas questões inerentes aos estudos urbanos e mais especificamente às cidades médias brasileiras suscitam discussões sobre a complexidade intraurbana e ao futuro frente à urbanização contemporânea que aflinge as grandes metrópoles. Esse modelo de desenvolvimento, *locus* do padrão constituído em cidades latino-americanas, que decorre da capitalização do solo urbano, reproduz um modelo de metrópole que abriga grandes aglomerações com saturação de um modo de vida baseado em trânsito extremamente exaurido e com ocupação desordenada. Ao ser replicado nas cidades médias, especialmente em Arapiraca, o modelo de desenvolvimento traz consigo problemas urbanos comuns às metrópoles. A ocupação de áreas sem o pleno planejamento, questões ambientais, segurança pública, falta de mobilidade, dentre tantas outras margeiam seu padrão de desenvolvimento e coloca em xeque os mecanismos de mitigação desses impactos.

Em síntese, com a tese pôde-se identificar e aprofundar a investigação da evolução dos padrões estabelecidos diante do modelo instituído pelos espaços residências fechados no processo de segregação socioespacial. A tese pode contribuir para se repensar o planejamento urbano tendo como escopo o Plano Diretor, dado que este ilustra uma estratégia que busque novas *práxis* que conduzam a uma nova realidade para as cidades médias. Os gestores a acessando estarão munidos de maiores informações sobre Arapiraca e poderão a partir daí elaborar o novo Plano Diretor. Ademais, à medida que mais variáveis do Censo Demográfico de 2022 forem disponibilizadas, poder-se-á reanalisar o espaço de Arapiraca como complemento a esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPLANRIO/Zahar, 1987. *Apud* CORRÊA, L. C. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTALDI, S. M. (orgs). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, pp. 39-60.
- ALVAREZ, Isabel Pinto. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013.
- ALVES, L. A. Reestruturação urbana e criação de novas centralidades: considerações sobre os shoppings centers. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 37, p. 171–184, 2011. DOI: 10.14393/RCG123716395. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16395>. Acesso em: 3 jul. 2024.
- ALVIM, Ana Márcia Moreira. **Análise da rede urbana de Minas Gerais a partir dos fluxos migratórios nos períodos 1986-1991 e 1995-2000** / Ana Márcia Moreira Alvim. Belo Horizonte, 2009. 187f. : il
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. *Geografia e Ensino*, Belo Horizonte, ano II, n. 5, p. 5-34, jun.1984.
- AMORIM FILHO, Oswaldo.; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento Urbano e Regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro. IPEA, 2001. P. 01-34.
- AMORIM FILHO, O. B.; SENA FILHO, N. **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. 200p.
- ANDRADE, Manoel Correia. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. 2^a. ed. Recife: SUDENE, 1979.
- ARAPIRACA. (2006). **Lei nº 2.424, de 23 de janeiro de 2006**. Plano Diretor Municipal de Arapiraca. Arapiraca, 81p.
- ARAPIRACA. (2006b). **Lei nº 2.424, de 23 de janeiro de 2006**. Plano Diretor Municipal de Arapiraca. Arapiraca, 81p.
- ARAÚJO, Agnes Silva,; BARROS, Joana,; SARAIVA, Marcus Vinícius Pereira. Mudanças nos padrões de segregação das cidades médias no Estado de São Paulo entre 2000 e 2010. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 26, e202421pt, 2024. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202421pt>

BARROS, Aline de Almeida. **Incoesão social: estudo sobre loteamentos residenciais cercados em Arapiraca-AL**. 2022. Tese. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Alagoas, 2022.

BERGAMASCHI, Eliza.; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Os novos produtos imobiliários residenciais e as mudanças na organização espacial da cidade de Lajeado – RS **Geografia Ensino & Pesquisa**, vol. 18, n. 3, set./dez. 2014.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007. 316 p.

BORSODORF, A.; BÄHR, J.; JANOSCHKA, M. (2002) Die Dynamik stadtstrukturellen Wandels im Modell der lateinamerikanischen Stadt, **Geographica Helvetica**, v.57, n.4, p. 300 □ 310.

BORSODORF, Axel. Como modelar el desarrollo y la dinámica de la ciudad latinoamericana. **Eure** (Santiago), 2003, v. 29, n. 86, p. 37- 49.

BRANDÃO, Maryny Dyellen Barbosa Alves. **A política nacional de desenvolvimento urbano (pndu) e a política urbana de Arapiraca/AL: análise de sua efetividade no contexto do desenvolvimento sócioespacial**. 2018. Dissertação. Programa de pós-graduação em dinâmicas territoriais e cultura – PRODIC. 2018.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Penedo/AL: Editora Artes Geographica Typ e Pautação, 1909.

BRASIL. Lei n. 13.465, 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm. Acesso em 10 de abril de 2023.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp. 399 pp.

CAMPOS, Rodger Barros Antunes; CHAGAS, Andre Luis Squarize. Identificação e caracterização das subcentralidades de emprego no município de São Paulo. 2017, **Anais..** Niterói: ANPEC, 2017. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files_I/i10db97cd8be96c4e90c55f844b478111f1.pdf. Acesso em: 02 jun. 2024.

CAPEL, Horacio. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. **Revista de geografia**, [en línea], 1974, Vol. 8, Núm. 1, p. 19-56, Disponível em: <https://raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/45880> Acesso em: 18-02-2021.

CAPEL, H. **La morfología de las ciudades – II Aedes facere: técnica, cultura y clase social em la construcción de edificios**. Barcelona: Ediciones del Serbal. 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação Socioespacial. **Cidades**, v.4, n.6, 2007, p.45-60.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: Carlos, Ana Fani A; Souza, Marcelo Lopes; Sposito, Maria E.B. (orgs). **A produção do espaço urbano** – agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2013, p.53-74.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A tragédia urbana. In: Carlos, Ana Fani A; Volochko, Danilo; Alvarez, Isabel Pinto. (orgs). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015, p.132-148.

CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o “direito à cidade”. **Geosp – Espaço e Tempo** (On-line), v. 24, n. 3, p. 412-424, dez. 2020. ISSN 2179-0892. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/177180>. Acesso em: 22/05/2022

CASTELLO BRANCO, M. L. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPÓSITO, M. E. (Org). **Cidades Médias: Espaços em transição**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CARVALHO, P. F. B; VIEIRA JUNIOR, J. A. **O uso de métodos quantitativos na geografia**. Projeto FIP/PUC Minas: 2552-S1. janeiro 2010.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: Ipea/FBSP, 2017.

CERQUEIRA, Eugênia Viana.; DINIZ, Alexandre Magno Alves. As desigualdades de acessibilidade às oportunidades cotidianas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Open Edition Journals. Confins** [En ligne], 58 | 2023, mis en ligne le 27 mars 2023, consulté le 20 juin 2025. URL : <http://journals.openedition.org/confins/50719> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.50719>

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 94p. CORRÊA, Roberto Lobato. A rede Urbana. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias: espaços de transição**. Expressão popular: São Paulo, 2007. p. 23-34.

CORRÊA, Roberto L. Espaço um conceito-chave na geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. – São Paulo: Ática, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. – São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, T. S.; SANDES, G. N. de S. Geovisualização da expansão do ensino superior em duas regiões geográficas imediatas do estado de Alagoas. **Diversitas Journal**, 8(4), 2959–2974. <https://doi.org/10.48017/dj.v8i4.2683>

CONTE, Cláudia Heloiza. Cidades Médias: Discutindo o Tema. **Sociedade e Território**, Natal, v. 25, nº 1, p. 45 - 61, jan./jun. 2013.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Territórios de autosegregação e de segregação imposta: fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos**. Presidente Prudente, 2011. 316 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas: Os territórios de consumo segmentado em Ribeirão Preto e Presidente Prudente**. Presidente Prudente, 2015. Tese. (Doutorado em Geografia) – UNESP Rio Claro.

DAMASCENO, A. T.; ALMEIDA, G. A.; TENÓRIO, M. A.; NEVES, R. R.; BARBOSA, R. V. R.; DAMASCENO, S. G.; ROMÃO, S. R. L. Análise espacial do desenho urbano contemporâneo: o processo de evolução da ocupação urbana a partir da expansão dos empreendimentos privados em Arapiraca/AL, Brasil. In: 7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável, 2016, Maceió. **Anais...** Maceió, p.1-12, 2016.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: PINI, 2000. 200 p.

DEUS, João Batista de. As cidades médias na nova configuração territorial brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, V. 4, n 1-2, p.81-91. Jan/Jun.2004.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Revista nova economia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p.35-64, set. 1993.

DIODATO, Railson Vieira. **Da concepção de um Polo Cloroquímico ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Química e do Plástico de Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDMA, Universidade Federal de Alagoas, 2017.

ESPINDOLA, Thomaz do Bomfim. **Geografia Alagoana ou Descrição Physica, Política e Histórica da Província das Alagoas**. 2ª Ed. Maceió: Typographia do Liberal, 1871.

EUFRÁSIO, M. A. **Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)**. 2. Ed. São Paulo: Editora 34, 2013 [1999]

FEITOSA, F. F.; BARROS, J., MARQUES, E. C. L.; GIANNOTTI, M. Measuring Changes

in Residential Segregation in São Paulo in the 2000s. In: VAN HAM, M.; TAMMARU, T.;

UBAREVIČIENĖ, R.; JANSSEN, H. (org.) **Urban Socio-Economic Segregation and Income Inequality**. New York: Springer, 2021.

FERNANDES, Edésio. Do Código Civil ao Estatuto da Cidade: algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil. In: VALENÇA, Márcio Moraes (Org.). **Cidade Illegal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

FERNANDES, F. L. **Violência, medo e estigma**: efeitos sócio-espaciais da “atualização” do “mito da marginalidade” no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/718528.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

FERNANDES, J. S. Cidades médias e reestruturação urbana no Nordeste brasileiro. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 526–552, [2021]. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2263>. Acesso em 28/06/2024.

FERRARE, J. O. P. **Marechal Deodoro**: um itinerário de referências culturais. Maceió: Edições Catavento, 2002.

FERREIRA, Alvaro. **A cidade do século XXI**: segregação e banalização do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2011. 324 p.

FERREIRA, Álvaro. **A Cidade no século XXI**: segregação e banalização do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

FERRETO, D. **Passo Fundo**: estruturação urbana de uma cidade média gaúcha. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FERRETO, D. **Segregação socioespacial em cidades médias gaúchas**: Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria. 2018. 222 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FIRMINO, P. C. S. **Arapiraca/AL e Itabaiana/SE**: a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro. 2016. 316fls. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia, São Paulo, 2016.

FREITAS, Fabiano Lucas da Silva.; COSTA, Maria Clélia Lustosa. Medo, violência e fragmentação socioespacial na Região Metropolitana de Fortaleza. **Ateliê Geográfico - Goiânia-GO**, v. 15, n. 2, ago/2021, p. 27 – 49

GARCIA, R. A.; NOGUEIRA, M. A Inserção das Cidades Médias Mineiras na Rede Urbana de Minas Gerais. In: **Seminário sobre Economia Mineira**, 13, 2008, Diamantina. Seminários de Diamantina, Diamantina: Cedeplar-UFMG, 2008.

GAUTHIER, P.; GILLILAND, J. Mapping urban morphology: a classification scheme for

interpreting contributions to the study of urban form. **Urban Morphology**, v. 10, n. 1, p. 41-50, 2006.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

GOULART, J. O. TERCI,; Eliana T.; OTERO, Estevam Vanale. **Caderno C R H**, Salvador, v. 29, n. 78, p. 553-570, Set./Dez. 2016

GLASS, Ruth. **London: Aspects of change**, Londres, MacGibbon & Kee, 1964.

GUIMARÃES, Hilário Espírito Santo. “**Condomínios**” Atípicos. **A Privatização e a Feudalização dos espaços Públicos**. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=1055.31503>. Acesso em: 05/09/2023.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 29, p. 11–24, jan., 2003.

HENRIQUE, Wendel. Diferenças e Repetições na Produção do Espaço Urbano de Cidades Pequenas e Médias. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Org): **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. 250 p.

HOLANDA, Virgínia C. C. de; Transformações socioespaciais das Cidades Médias Cearenses. **Geografia UFPE**, Recife, vol. 28, n. 1, p. 6-13, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228639/0>. Acesso em: 15 out. 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: configuração atual e tendências da rede urbana no Brasil. Brasília: Ipea, 2001. 70 Brasília, junho de 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Rede urbana brasileira como agenda de pesquisa no Ipea: retrospecto e perspectivas. Brasília: Ipea, 2016. 82 p. Disponível em: Acesso em: 20 ago. 2023.

JONES, A. N.; LARKHAM, P. J. **Glossary of urban form**. Norwich: Geo Books, 1991. Disponível em: <<http://www.urbanform.org/glossary/online.html>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

JORGE, R. M. S. D.; MIYAZAKI, V. K. Análise sobre os impactos do programa minha casa minha vida na cidade de Ituiutaba-MG. **Revista GeoUECE**, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 87–103, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/4469>. Acesso em: 8 jul. 2023.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3. ed. Porto: Fundação Gulbenkian, 2004. 589 p.

LANTE, Ricardo Giamloureço. **Espaços de auto-segregação: Parque Faber em São Carlos**. Presidente Prudente: UNESP, 2006

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Urupês, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Trad. GUTIÉRREZ, Emílio Martínéz. (do original: *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974). Madrid: Capitán Swing Libros, 2013. 451p.

LEITE, Jurandyr Carvalho Ferrari; SOUZA, Kamille Leão. **O Novo Perfil do Nordeste brasileiro no Censo Demográfico 2010**. Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza, 2012.

Disponível em:

https://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/novo_perfil_nordeste_brasileiro_censo_de_mografico_2010.pdf/34cfcc2e-1048-4dc1-9342-46b13eda208b. Acesso em: 12/12/2024.

LIMA, Ivan Fernandes. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Editora do Brasil S/A. 1965.

LO, C. P. The application of geospatial technology to urban morphological research. **Urban Morphology**, v. 11, n. 2, p. 81-90, 2007.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARISCO, L. M. Revisitando autores sobre os conceitos de segregação socioespacial e exclusão social na análise da produção desigual do espaço urbano. **Revista Contexto Geográfico**, 5(9), 45–56. <https://doi.org/10.28998/contegeo.5i9.9998>

MARTINS, P. D.; MAIA, D. S. Produção do Espaço e Estruturação da Cidade: o Bairro do Altiplano Cabo Branco „Nobre” em João Pessoa-PB. **Espaço Aberto**. 7(2), 137-155. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/EspacoAberto/article/view/13026> Acesso em 23 Junho 2024.

MARTINS, Carla Maria Correia.; SOUZA, Roberto Silva de. Segregação socioespacial urbana: o caso de espaços residenciais fechados em Arapiraca-AL. **Anais do Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**, Maceió, 2019.

MASCARENHAS, J.C.; BELTRÃO, B.A. & SOUZA JÚNIOR, L.C. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Arapiraca, estado de Alagoas**. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.13 p.

MELO, Lorena Medeiros Barros. **Diagnósticos de Usos Incompatíveis na Zona Rural do Município de Arapiraca – AL no Período de 2006 a 2017: uma análise jurídica à luz do ordenamento urbano-ambiental**. 2019. 111p. Dissertação, Mestrado (Tecnologias Ambientais) – Instituto Federal de Alagoas, Marechal Deodoro, 2019.

MENDONÇA, C. A. P. Enciclopédia dos municípios de Alagoas. Maceió: Núcleo de Projetos Especiais, 2012.

MIYAZAKI, V. K. **Estruturação da cidade e morfologia urbana: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista**. 2013. 305 f. Tese (doutorado em Geografia) -Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013.

MUNICÍPIOS de Alagoas. 3. ed. Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2012.

MUNIZ, B.; MACHADO, R. Alagoa do Sul de Vila à Cidade: memórias urbanas na perspectiva da Cartografia Histórica. **Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia**

Histórica, Paraty, 2011. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia>. Acesso em: 21 set. 2023.

NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise. Emergence d'une notion: quelques repères historiques. In: NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise. **La fragmentation en question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale**. Paris: L'Harmattan, 2002, p. 19-103.

NEVES, Rafael Rust. **Autossegregação em cidades médias: configuração intraurbana e práticas espaciais dos moradores de residenciais horizontais fechados, em Arapiraca** / Rafael Rust Neves. – Recife, 2022. 397f.: il.

OLIVEIRA, Maria Angélica de. **Análise dos aspectos sociais e naturais no processo de produção do espaço urbano: condomínios fechados em Buritama - SP**. 2004. Iniciação Científica.

PADUA, Rafael Faleiros de. Produção estratégica do espaço e os “novos produtos imobiliários”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVARES, Isabel Pinto. (orgs.). **A cidade como negócio**: Contexto, 2015, p. 145-163.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. A nova geografia do comércio e do consumo em cidades médias: produção do espaço urbano e reestruturação da cidade. In: XVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. 2017. **Anais...** São Paulo. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1689> Acesso: 08/01/2024.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes.; MORAES, Ana Cristina Santos.; OLIVEIRA, Aline Alves. Cidades médias do Nordeste: breves considerações acerca dos dinamismos e desafios no pós 1990. **Gestão & Regionalidade** – Vol. 33. Nº 97. Jan-Abr/2017.

PONTES, B. M. S. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPOSITO, E. S; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.) **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 327-347.

PRETECEILLE, Edmond. Division sociale de l'espace et globalisation. Le cas de la métropole parisienne. **Sociétés contemporaines**, n. °22-23, p. 33-67 1995. Disponível em: < http://www.persee.fr/doc/socco_1150-1944_1995_num_22_1_1530>. Acesso em: 6 set. 2023.

Regiões de Influência das Cidades -1993 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

Regiões de Influência das Cidades -2007 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

Regiões de Influência das Cidades: 2018 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil: 1500-1720**. 1968. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968. . Acesso em: 08 jul. 2024.

RIBEIRO, Luiz Cesar. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IPPUR/UFRJ, FASE, 1997.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. Transformações socioeconômicas e mudanças na rede de localidades centrais no Rio de Janeiro: o papel de Campos dos Goytacazes, Macaé e Itaperuna (1966-2007). **Espaço e Economia**: Revista brasileira de geografia econômica. Ano I, Número 1, 2012.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades Socioespaciais – A luta pelo direito à cidade. **CIDADES**, v. 4, n. 6, 2007, p. 73-88.

RODRIGUES, A. M. Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.;

PINTAUDI, S. M. (Org.) **A Cidade Contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 147-169.

ROMÃO, Simone Rachel L; Irmão, José Matias; Lira, Rosa M. Ângelo de Oliveira. **A cidade do futuro: Agenda 21 Arapiraca**. Maceió: IDEARIO, 2008.

ROSADO, V. B.; BATELLA, W. Reestruturação urbana e subcentros: o embrionário processo de descentralização das atividades econômicas em Viçosa-MG. **Brazilian Geographical Journal**, Ituiutaba, v. 8, n. 1, p. 123–135, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/50873>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SABATINI, F.; CÁRCERES, G.; CERDA, J. Segregación residencial em las principales ciudades chilenas: tendencia de las três últimas décadas e posibles curso de acción. **Revista Eire**, v. XXVIII, n. 82, pp. 21-42, 2001.

SALAS, Minor Mora.; SOLANO, Franklin. **Segregación urbana: um acercamiento conceptual**. In: Revista de Ciências Sociais. Universidade de Costa Rica, Núm. 61 Pág. 17-26, 1993.

SANTORO, Paula Freire.; COBRA, Patricia Lemos.; BONDUKI, Nabil. Cidades que crescem horizontalmente: o ordenamento territorial justo da mudança de uso rural para urbano. **Caderno Metropolitano**, São Paulo, v. 12, n. 24, pp. 417-440, jul/dez 2010

SANTOS FILHO, Antônio Muniz dos. **Desigualdade e diferenciação socioespacial em cidades médias do sertão do São Francisco: Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) - formação socioespacial e meio técnico-científico-informacional**. 2021. Tese. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Alagoas, 2021.

SANTOS FERNANDES, J. Cidades médias e reestruturação urbana no Nordeste brasileiro. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 526–552, [2021]. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2263>.

SANTOS, Jordânia Ezequiel dos. **A produção da moradia no espaço urbano de Arapiraca/AL: uma análise socioespacial do residencial agreste**. Maceió, AL. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Alagoas, 2019.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. – São Paulo. Ed. Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. – São Paulo. Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. 2. Ed. São Paulo: Edusp, 2010.

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado**: Fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. 28 p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 – ed. 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, M. H. P. **Implantação de florestas energéticas em Alagoas**: desafios, implicações socioeconômicas e ambientais. Dissertação de mestrado. 2016.63 p.

SANTOS, W.G. dos. **Razões da desordem**. Rio de Janeiro, Rocco, 1993. 152 p. SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. 7ª ed. São Paulo: EdUSP, 2014. 176 p.

SANTOS, M. C.; SOUZA, V. E. M. Organização espacial do agreste alagoano: a base econômica das funções urbanas de Arapiraca e de Palmeira dos Índios. In: I Encontro Alagoano de estudantes de Geografia. 2017. Arapiraca. **Anais [...]**

SATHLER, D.; AMORIM FILHO, O. B.; VARAJÃO, G. F. D. (org.). **Cidades médias**: bases teóricas e estudos aplicados à Diamantina. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SAVÉRIO SPOSITO, Eliseu. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.168 p.

SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.) **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.1-34.

SILVA, J. A. da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 2ª ed. Rev. At. 2ª tiragem. São Paulo: MALHEIROS EDITORES, 1997, 421p.

SILVA, Margarete Maria de Araújo. “Aos destituídos, as cabeceiras: O lugar das favelas em Belo Horizonte”. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Vol. 20, N. 2, p.94-123, jul./dez.2013.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.), **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

SINGER, Paul. Migrações internas: Considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia política da urbanização**. 14^o ed. Revista – São Paulo, Contexto, 1998 p. 218-250.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues.; FEDOZZI, Luciano. **Porto Alegre e sua região metropolitana no contexto das contradições da metropolização brasileira contemporânea**. Sociologias (UFRGS), v. 18, p. 162-197, 2016.

SOBARZO, Oscar. **A segregação sócio-espacial em Presidente Prudente**: análise dos condomínios horizontais. Presidente Prudente: UNESP, 1999. Dissertação de mestrado.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 189p.

SOUZA, M. J. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. **Rio de Janeiro: Bertrand Brasil**, 2003. 558 p.

SOUZA, Júlio César Oliveira de.; MARISCO, Luciane Maranha de Oliveira. Reestruturação da rede urbana e dinâmica socioeconômica em cidades médias: o caso de Arapiraca. **Caderno Prudentino de Geografia**, nº 13, vol. 1, 2009, p. 55-75.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O Chão em Presidente Prudente**: a lógica da expansão territorial urbana. Rio Claro, 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Geociências e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

_____. **O Chão arranha o céu**: a lógica da (re)produção monopolista da cidade. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo, Contexto, 1991.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Tese (Livre docência). Presidente Prudente: UNESP, 2005.

SPÓSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B.; MAIS, D.; GOMES, E. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPÓSITO, M.E. (Org). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, M. Encarnação B. (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 123-145.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In:

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

TEODORO DOS SANTOS, Ana Paula. **A reestruturação do território da região fumageira de Alagoas**. 2014. 228 p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

URBINA, S. **Fundamentos da testagem Psicológica**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

VASCONCELOS, P. de A. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilhéus: Editus, 1999.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A Aplicação do Conceito de Segregação Residencial ao Contexto Brasileiro na Longa Duração. **Revista Cidades**, v. 1, n. 2, p. 259-274, 2004.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (org.) **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. – São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001. 373p.

VIOTTO, Jordana. “Cresce o número de lançamentos com apartamentos e escritórios”. Folha de São Paulo. Caderno de imóveis. São Paulo, 11 Set de 2011.

ZANDONADI, Júlio César. **A expansão territorial urbana na cidade de Marília-SP e os loteamentos fechados**. Presidente Prudente: UNESP, 2005.